

análise de imprensa

Luis

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO	
Documento recebido em	25 Jul 79
Distribuído em	25 Jul 79
do envelope n.º	25 JUL 79 00107
para a reunião ordinária de	

SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR

Do ponto de vista da leitura da Imprensa

Jornais de 17
a 25 JUL. 79

Formalmente indigitada a eng^ª Maria de Lourdes Pintassilgo para a chefia do Governo de gestão, declara-se em toda a sua força uma batalha política que começa por ser em torno dela, e do Presidente pelo procedimento que seguiu, mas é já, também, o início da campanha eleitoral. É saliente o aparecimento de um bloco de oposição ao Governo e ao General Ramalho Eanes, que em termos de influência nos meios de Com.Social ultrapassa um pouco a área considerada afecta aos partidos da Aliança Democrática. A crítica deste sector ultrapassa, também, os dois alvos citados, e ataca, neste momento, praticamente todas as instituições características da democracia.

1. OPOSIÇÃO A DEMOCRACIA ?

Dir-se-ia que todas as figuras e instituições da democracia portuguesa se estão a portar mal ou mesmo provaram, sem possibilidade de remissão, que não servem ; é este o ponto a que se chega pela leitura da polémica proveniente do bloco de oposição neste momento constituído :

O PRESIDENTE : PERDIDO

As críticas mais moderadas apontam-lhe o que consideram vícios de legalismo e tendência para jogadas de compensação ; as mais agressivas chamam-lhe claramente traidor. Torna-se frequente nos textos a linguagem de explicação póstuma pela "queda" do Presidente, atribuída em parte ao aprisionamento pelos seus "cortesãos-conselheiros", e menciona-se o carácter "definitivo" dos erros cometidos.

A ASSEMBLEIA : IRRECUPERÁVEL

A não imediata dissolução da Assembleia, e o facto de ser ainda ela a apreciar o Governo de gestão, é considerado incorrecto e um gesto de cedência aos interesses do PS e do PC ; a AR constitui-se em "permanente ameaça desestabilizadora" ("J.Novo" de qua.18). Para Vera Lagoa, trata-se de "uma provocação chamada 'maioria de esquerda' arvorada em Parlamento" e de "um Parlamento ignaro e ridículo".



A CONSTITUIÇÃO : ILEGÍTIMA

Trata-se aqui da questão da "livre revisão" (Medeiros Ferreira) e do "referendo" (António José Saraiva e outros) ; no "D.Notícias" de 20, Ant.José Saraiva põe em questão a legitimidade tanto da Ass.Constituinte co da Constituição de 1976 - "... qualquer texto constitucional que venha a ser referendado terá uma legitimidade superior à da Constituição actual, que não foi referendada nem aprovada por representantes indiscutíveis do Povo." Gonçalo Ribeiro Teles chama-lhe "verdadeiro aborto que não permite o prosseguimento da evolução democrática e a recuperação do País" ("Capital" de ter.24).

O GOVERNO : INACEITÁVEL

Especialmente receado pelo que pode vir a fazer no sector da Com. Social estatizada, e definido por Sá Carneiro como correspondendo ao "presidencialismo eanista, com um projecto de socialismo africano apoiado no poder militar". Os jornais caracterizam-no pondo o acento tónico em "defeitos" diferentes : para o "Expresso" (como para Sá Carneiro) é o mais "presidencial" dos governos ; para o "Diabo" e "O Dez de Junho" é o "governo do tenente-coronel" (Melo Antunes) ; para o "Correio da Manhã", pelo menos nas suas edições da semana passada, o Presidente estaria a "segurar" ou "reservar" ne le algumas pastas fundamentais, não deixando tudo ao arbítrio de M.Lourdes Pintassilgo.

AS ELEIÇÕES : SABOTADAS

O termo é de Vera Lagoa, mas a ideia está presente noutros comentários, e mesmo no artigo de Sá Carneiro no "Povo Livre" : "As eleições não podem com tudo isto ser imparciais e isentas. Mas haveremos de ganhá-las para com essa vitória por termo à farsa que temos vivido e que cumpre denunciar."

2. ARRUMAÇÃO PARTIDÁRIA E TEMAS MILITARES

Seguem alguns recortes com notícias sobre movimentações de personalidades, eventualmente geradoras de grupos políticos organizados para as próximas eleições (os elementos da ASDI poderiam repartir-se em dois blocos, um dos quais aproximando-se dos "Reformadores", mas já com as pontes cortadas para o General Ramalho Eanes). Mal esboçados os contornos do que se refere como um futuro "partido presidencial". Artigos recentes de Raul Rego muito severos para com o Presidente, por causa da dissolução da Assembleia ; a posição oficial do Partido Socialista mantém que era possível outra solução e o General Ramalho Eanes assume a responsabilidade pela presente evolução.

SECRETARIA DE ESTADO

S.A.C.R., 25 JUL.79

Ruis



Ascensão e queda de um Presidente

por Mário Cília

Jornal novo 18.7.79

A ambiguidade e as meias-soluções continuam a caracterizar a vida política portuguesa, transformando o País numa espécie de laboratório de ensaios em que cada qual se diverte ensaiando as mais diversas e por vezes bizantinas experiências.

Vem isto a propósito da última comunicação ao País do Presidente da República, na qual o chefe do Estado se resolveu, finalmente, a anunciar a dissolução da Assembleia desistindo, pelo menos à primeira vista, de avalizar a formação de um 5.º governo, como o PS e a chamada ASDI reclamavam.

Até aqui, tudo certo e, portanto, a decisão presidencial está inteiramente de acordo com o pensar e os desejos da maioria esmagadora da população.

Apenas se poderá apontar, e com razão, que a iniciativa anunciada apenas pecou por tardia, pois de há muito que se sabia que esta era a única possível solução para a crise política e institucional que o País atravessa e que se tem deixado arrastar desnecessariamente.

De louvar, ainda, que o Presidente da República não tenha deixado levar, pelo menos aparentemente, pelo choradinho dos socialistas que, no seu frenesim de regressarem ao governo, promoveram toda uma ignóbil campanha de coacção e de chantagem que, em certos momentos e em certas atitudes, atingiu o ridículo.

Todavia, a tardia resolução presidencial ficou em metade, o que sinceramente se lastima, não só por revelar (e confirmar) mais uma vez o medo que Belém revela sempre que tem de tomar uma decisão importante como, ainda, por oferecer com demasia clareza a imagem de o Presidente da República ter pretendido enveredar por uma espécie de jogo de compensação.

Com o devido respeito que a instituição Presidente da República nos merece, seja quem for o seu titular, a atitude presidencial tem algo de semelhante à actuação de alguns árbitros de futebol que seguem um sistema de compensação no assinalar das faltas, julgando que, assim procedendo, conseguem agradar a todos quando, afinal, o que acontece é não agradarem a ninguém e complicarem a sua missão, além de, evidentemente, estragarem o jogo e falsearem o resultado...

Uma metodologia pelo menos estranha...

Na verdade, mesmo sem enveredar pelos complicados e sofisticados mecanismos jurídico-constitucionais, não se entende que:

1. O Presidente da República, tendo concluído, como concluiu, a indispensabilidade de dissolver a Assembleia, por se terem esgotado todas as outras vias de solução da crise, não tenha procedido logo a essa dissolução. Tinha todos os poderes para assim proceder e tinha, sobretudo, o consenso da maioria da população e dos partidos parlamentares, pois, como se sabe, apenas os socialistas eram abertamente contrários a esta solução;

2. Muito menos se entende que um governo de gestão, cuja única missão será a de despachar assuntos correntes e de preparar eleições, seja forçado a apresentar um programa e, mais, que esse programa tenha de ser apresentado ao Parlamento e por ele apreciado, discutido e aceite.

A partir daqui, isto é, partindo desta estranha metodologia, todas as ilacções são possíveis e, por isso, não se estranhará certamente que tanto os

comentadores políticos como os vulgares cidadãos comecem a ver mosquitos na outra banda, tão escaldados estão já, uns e outros, dos truques em que a vida política portuguesa tem sido fértil de há cinco anos para cá.

Não queremos com isto dizer, evidentemente, que no espírito do Presidente da República existam segundos sentidos ou planos diabólicos. Mas que a retorcida metodologia por si perfilhada para todo este processo é realmente muito estranha, isso ninguém o poderá negar.

Também não acreditamos que o PR tenha sido forçado a seguir esta retorcida metodologia, pois reconhecemos ao general Ramalho Eanes personalidade suficiente para não aceitar coacções ou chantagens venham elas de onde vierem.

Aceitemos, portanto, e pelo menos por enquanto, que o Presidente da República agiu por si próprio, em plena e total liberdade e que, portanto, a metodologia que apresentou ao País na sexta-feira (dia 13) à noite é de sua inteira e exclusiva iniciativa e responsabilidade.

Sendo assim, não poderá deixar de lhe assacar a inteira responsabilidade por, mais uma vez, ter preferido uma solução extraordinariamente discutível, incompreensível para a maioria dos Portugueses e que não deixará de se repercutir num novo e mais pesado agravamento da crise, no seu triplo aspecto político-económico e social.

Do mesmo modo, será de sua inteira responsabilidade tudo o que daqui para a frente, poderá acontecer e de cuja gravidade todos estamos conscientes.

Para já, uma coisa é certa: as eleições intercalares, a realizarem-se, nunca serão antes de fins de Novembro ou início de De-

zembro, pois vai recomençar-se a via-sacra da visita a Belém de mais uns tantos primo-ministriáveis, a escolha de um deles, a formação do Executivo, a elaboração do seu Programa e a sua apresentação e discussão no Parlamento.

Ora, como em Portugal, face aos exemplos anteriores, estas coisas se processam sempre a passo de caracol, temos que, na melhor das hipóteses, a Assembleia, a ser dissolvida, só o será lá bem dentro de Agosto.

Mas outra hipótese, e bem mais grave, se pode verificar e essa será a de o Programa do Governo de gestão ser chumbado no seu exame parlamentar.

Note-se que para isso acontecer bastarão os votos conjuntos do PS e da chamada ASDI ou do PS e do PCP, o que quer dizer, para já, que a hipótese de chumbo parlamentar não é tão teórica como à primeira vista pode parecer... sobretudo se não esquecermos qual tem sido, sobretudo nos últimos tempos, a atitude dos socialistas no que se refere à dissolução da Assembleia e à realização de eleições intercalares ou antecipadas.

A assim acontecer, cairíamos num novo e muito mais perigoso impasse, com as instituições democráticas totalmente bloqueadas e a consequente abertura a soluções cariz não democrático.

Certamente que, a decidir como decidir, tanto o PR como os seus conselheiros analisaram e ponderaram bem todas as consequências de uma decisão e de uma metodologia que a maioria dos cidadãos deste País não entendem e que, justamente por não entenderem, lhes permite pensar que, mais uma vez, o general Ramalho Eanes se desfez do sentir da Nação.

E esse desfezamento é



de tal modo evidente que, neste momento, se assiste a uma situação na verdade muito estranha e que dá que pensar: o único partido que aceitou a metodologia presidencial foi o Partido Comunista...

Não só a aceitou como, pelas declarações dos seus «leaders», a aplaudiu...

Muito estranho, na verdade!

Queda de um Presidente

Tudo isto vem, afinal, na sequência de outra decisão do general Ramalho Eanes e, ainda, de outras posições por si assumidas no decorrer do seu mandato que têm causado naturalmente estranheza e firme contestação das forças políticas que o apoiaram e elegeram.

Por isso, também, a sua imagem já fortemente desgastada, tanto a nível interno como externo, sofreu mais um rude golpe, com a agravante de esse golpe surgir num momento extremamente grave da vida nacional, no auge de uma crise que nos poderá conduzir a breve trecho à derrocada final e que, pelo menos para já, constitui uma profunda machadada no crédito e na dignidade de que, em todas as circunstâncias mas sobretudo nos momentos de crise e de ruptura, se devem revestir as instituições democráticas.

Talvez tenham razão quantos pensam que, depois de uma ascensão pulperante, se iniciou a queda do Presidente da República eleito pelo voto democrático de 61% dos Portugueses em 1976!

Para já — e esta é uma verdade indesmentível — apenas o Partido Comunista não contesta (e apoia) uma das mais controversas e enigmáticas decisões do general António Ramalho Eanes.

Quem quiser que tire as suas conclusões — e ilações...

Actuação preocupante

O Governo do prof. Mota Pinto demitiu-se no dia 6 de Junho passado. Mês e meio depois, o País continua à espera que o Presidente da República se resolva a nomear um Primeiro-Ministro que constitua um gabinete capaz de o substituir.

Há, neste arrastamento da crise pelo general Ramalho Eanes, algo de estranho e incompreensível. Aliás, todo o processo seguido por Belém após a demissão de Mota Pinto reveste aspectos de difícil, se não impossível, entendimento para a generalidade dos cidadãos conscientes, os quais não podem deixar de preocupar-se ante a situação de paralisia em que se insiste em manter o País.

O general Ramalho Eanes começou por gastar semanas num lento exercício de meditação, acompanhado de sucessivas audiências a partidos, parceiros sociais e individualidades (algumas das quais não se sabe a que título), para, depois, apresentar aos portugueses uma lista de hipóteses de Governo cuja inviabilidade era de antemão conhecida.

Ultrapassada esta fase, consumiu uma semana a tirar a conclusão de que se impunha a dissolução da Assembleia da República, com a consequente convocação de eleições legislativas intercalares.

Presentemente, Eanes surpreende o País pela demora em assumir as consequências da decisão tomada: não só a Assembleia da República permanece em funções, constituindo-se em permanente ameaça desestabilizadora, graças à acção da «maioria de esquerda», como não está marcada a data das eleições, nem se encontra indigitado qualquer Primeiro-Ministro.

Como se tudo isto não fosse, por si só, extremamente preocupante, o Presidente da República, numa interpretação bizarra de uma Constituição que o País repudia, resolveu seguir, para a investidura de um Governo de gestão, o processo de nomeação de um Governo Constitucional normal, exigindo que o mesmo apresente à Assembleia (para que esta, embora em vias de dissolução, o aprove ou o rejeite) um Programa político — quando, pela sua própria natureza, tal Governo não tem que ter, nem deve ter, qualquer programa que não seja a preparação e a execução do acto eleitoral, assegurando simultaneamente a gestão dos assuntos correntes do Estado.

Entre outras consequências graves, esta absurda situação está a permitir uma autêntica operação de propaganda visando a nomeação para Primeiro-Ministro de uma individualidade cujo perfil político é, de todo, incompatível com o que deve exigir-se no chefe de um Governo neutral.

Continua, assim, a ser inteiramente pertinente a pergunta que, há dois dias, fizemos neste local: que pretende Ramalho Eanes?

Torquato da Luz



Editorial

Não paralisando o Parlamento (através do acto de dissolução da câmara) e decidindo submeter o programa (que programa?) do Governo de gestão ao voto desse mesmo Parlamento (demitido na passada sexta-feira pela palavra do Chefe do Estado) o Presidente da República cometeu um erro técnico grave, nada resolveu politicamente, alargando as fissuras extensas existentes na sociedade portuguesa e deixou perplexo o povo português.

Como pode admitir-se que uma câmara demitida ou dissolvida, continue a aprovar leis? Se a câmara é demitida é porque é considerada ineficiente, incapaz de responder aos superiores interesses da nação; e como pode admitir-se que essa câmara se apreste para julgar o Governo que vai preparar os mecanismos da sua substituição?

Perante situação tão patética (ridícula) estamos em novo impasse. Esta noite o Presidente da República deverá nomear a engra. Maria de Lourdes Pintasilgo Primeiro-Ministro a qual ficará assim, encarregada de formar Governo. Com esse acto, o Presidente da República sabe de antemão que vai ter a hostilidade parlamentar do PSD e do CDS; restam a seu favor (de forma ainda não clara) o PS e o PCP. Uma observação fria leva a crer que o PCP e o PS não vão rejeitar o programa do governo da engra. Maria de Lourdes Pintasilgo que significará que este passará na assembleia pela maioria de esquerda. Quer dizer que o acto eleitoral, que devia ser dirigido por um governo independente, vai ser conduzido por um governo acusado de estar sob a pressão de forças da esquerda. Daqui vai tirar dividendos políticos essencialmente a Aliança Democrática mas quem entra em queda livre é o Presidente da República, facto que não covinha aos portugueses nem à democracia. Nos últimos dias algumas pessoas lembraram a tendência socialista do hoje general Ramalho Eanes. Este teria um receio atávico não propriamente do fascismo mas, sim, do capitalismo. Seria este aliás, o novo pânico da classe política de esquerda emergente do 25 de Abril. Para Eanes e outras pessoas da sua área de pensamento, o capitalismo constitui uma praga da sociedade que é preciso combater, uma tal política tem conduzido o País à degradação constante e acelerada, com a entrada já no campo da miséria. Milhares de portugueses efectivamente experimentam a tragédia da fome proveniente de uma crise endémica de desemprego. Não se entende assim, o pensamento dos políticos que recelam o capitalismo. Este só é condenável quando se enraíza em sociedades não demo-

cráticas. Em sociedades democráticas como a nossa que pavor pode infundir o capitalismo se este é confrontado diariamente com o poder dos sindicatos o poder dos parlamentos e a liberdade da informação? Daqui também um reparo muito sério ao Partido Socialista quanto a uma tendência visível para designar o bloco PSD/CDS/PPM de bloco de direita. Em Portugal não se compreendeu, ainda, que para além da direita e da esquerda há também, o centro. São Governos de centro, aliás, os que existem em Espanha na França e na Suécia pelo menos. A direita portuguesa não tem hoje outra expressão que não seja através da publicação de um jornal — «A Rua» — de resto como se sabe, com reduzida tiragem. Para que portanto recriar a direita se o fenómeno português se catalizou, após a revolução, em três definidas cor-

rentes — a de esquerda, caracterizada pelo PCP, a de centro-esquerda definida pelo PS (especialmente enquanto tiver no seu quadro dirigente, notórios sociais-democratas) e a do centro, constituída pelo CDS e que foi agora reforçada com a aliança feita por este partido com o PSD e o PPM.

Mas voltemos ao ridículo impasse criado — mais uma vez o que começa a ser significativo — pela última decisão do Presidente da República. Nomeado esta noite a engra. Maria de Lourdes Pintasilgo como Primeiro-Ministro, Ramalho Eanes pensa que ela formará Governo dentro de uma semana. Esse Governo vai ser contestado logo a seguir, à direita e à esquerda, o que vai dar origem a uma campanha eleitoral incómoda, com acusações violentas, lutas e guerrilhas contantes, envenenando ainda mais a vida portuguesa. Se o Governo não passar ao apresentar o seu programa — que deve consistir praticamente na garantia de assegurar a realização de eleições limpas — Eanes nomeará no dia seguinte de novo a engra. Maria de Lourdes a qual apresentará de novo no dia seguinte o mesmo Governo e o mesmo programa. Rejeitado este três vezes, Eanes poderá finalmente dissolver a Assembleia — e será assim encerrada a comédia que é mais uma peça da tragédia em que Portugal está envolvido desde o 25 de Abril por incapacidade dos que o têm dirigido.

Mas não fica por aqui o lance terrível em que Eanes lançou o País. É que até que a Assembleia deixe de funcionar a maioria existente (allada entre si sempre pontualmente e por oportunismo político) aprovará inúmeras leis que lhe são convenientes. Sabe-se já que o Partido Socialista requereu nova discussão da lei da amnistia militar; e que pediu a aprovação rápida na especialidade da lei do Estatuto da RDP, com a qual poderá conseguir naquele órgão de Comunicação Social uma maioria dirigente que lhe será favorável. Para além do ridículo de ver a Assembleia a legislar o regimento interno de uma empresa do Estado (que fica então ao Governo para governar?) há a considerar o seguinte: o novo estatuto, uma vez aprovado, eliminará da RDP o actual conselho de gestão constituído pelo eng. Humberto Lopes, dr. Rui Ressurreição, dr. Martins Aguiar, dr. Carlos Sampaio e major José Dias para por no seu lugar um outro conselho de gestão formado pelo tenente-coronel Pedroso Marques, pelo economista Remy Freire (ambos conhecidos como afectos ao PS e já designados para aqueles cargos pela maioria de esquerda que funciona no Conselho de Informação) e pelo jornalista Adelino Gomes também

conhecido como afecto à esquerda portuguesa, este eleito recentemente pela assembleia de trabalhadores da empresa. Para além da idoneidade das pessoas indicadas, o que não está em causa, permanece a habilidade do assalto àquele meio de Comunicação Social, feito através da Assembleia mesmo inconstitucionalmente. Este acto que a câmara chamou a si significa de facto o mesmo que tirar ao Governo o poder de nomear os gestores dos bancos ou das companhias de seguros.

Esta situação de golpe e de contragolpe, que caracteriza a vida portuguesa depois do 25 de Abril (por incapacidade nacional e não de democracia pois esta funciona em países resultantes do nosso como a Dinamarca, a Grécia ou a Espanha) foi estimulado pelo Presidente da República com a sua decisão de não paralisar a câmara e de a deixar governar o País praticamente até à véspera das eleições.

Resta analisar o papel do novo Primeiro-Ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo. São muito contraditórias as informações que se possuem a seu respeito. Católica, aderiu aos movimentos contestatários do regime anterior embora se tenha situado em posição mais moderada do que por exemplo o arquitecto Teotónio Pereira. Os seus amigos consideram-na uma social-democrata não marxista. O cardeal Patriarca recebeu-a há poucos dias, pensando-se que o encontro entre ambos teve profundo significado político. Governando até Outubro ou Novembro a engra. Maria de Lourdes Pintasilgo não terá tempo para aplicar medidas de fundo. Os sectores económicos poderão por isso estar um pouco tranquilos e continuar a desenvolver a sua actividade. O juízo sobre esta intelectual de esquerda não poderá ser dado entretanto com segurança antes de se ver quem vai convidar para o seu Governo (especialmente para as pastas da Comunicação Social, da Administração Interna, da Agricultura e Pescas e do Trabalho) e qual o programa de Governo que vai apresentar na Assembleia. Tudo isto, todas estas hesitações se teriam evitado se Ramalho Eanes tivesse paralisado a câmara, tivesse nomeado um militar Primeiro-Ministro e o tivesse encarregado de formar imediatamente um Governo de independentes como exclusivo encargo de assegurar a gestão corrente do País (de acordo com o programa do Governo em exercício o qual foi de resto aprovado pela Assembleia) e de garantir a mais absoluta independência face às eleições intercalares. Eanes não quis fazer assim — a comédia prossegue.

N.R.

Fundação Cuidar e o Futuro

Tempo

19. Julho. 1979



PARA AJUDAR

OS COMUNISTAS

EANES ESTÁ

A ADIAR AS ELEIÇÕES

EANES ESCOLHEU
A PIOR SOLUÇÃO

Significa isto, portanto, que no entender do sr. Ramalho Eanes o nosso legalismo constitucional é, em si mesmo, um valor democrático absoluto e que, sendo assim, violá-lo é violar a democracia porque não há democracia fora da Constituição que nos rege. Esta é a posição do Partido Comunista.

Não interessa apurar se a Constituição serve ou não serve o interesse nacional, nem sequer interessa saber se a Constituição foi aprovada por meios democráticos, ou (até!) se é democrática. Interessa, sim, defendê-la intransigentemente das violações ou alterações arbitrárias, podendo-se, por isso, acei-

tar todas as que o não sejam.

Consultar o povo por referendo para saber se esta ou aquela legislação mais controversa lhe interessa — é democrático? Não é, porque não está na Constituição. O que é fundamental na Constituição portuguesa são as "conquistas revolucionárias" adquiridas manu militari pelo gongalvismo; a missão histórica do sr. Ramalho Eanes é depurar o gongalvismo das suas excrescências arruaceiras, mantendo-lhe o essencial.

Quando, autoritariamente, o sr. Ramalho Eanes define estas eleições intercalares como impossíveis de elegerem uma Assembleia Constituinte — quer afirmar ao povo que se está nas tintas para a sua vontade e de

que, mesmo que o povo queira alterar a Constituição, ele, Presidente da República, não o consentirá porque a vontade do povo, não coincidindo nem com a dele, nem com a do PS, nem com a do PC, não é democrática.

Desta maneira, chega o sr. Ramalho Eanes à pior solução das que poderia escolher. Obrigado pela própria lógica do sistema a aceitar as eleições, teria de as provocar de modo que prejudicassem o menos possível os seus amigos políticos. Desta maneira, prolonga o mais possível a sessão legislativa de forma que ainda possam ser aprovadas muitas leis esquerdizantes ainda em comissões que lhe interessa promulgar — e fêz-lo ao próximo acto eleitoral todo o

Há ainda quem se admire pelo facto do actual Presidente da República haver decidido a dissolução da Assembleia da República e a realização das eleições intercalares sem todavia lhes marcar as datas.

Há quem não perceba o motivo desta constante falta de pressa que desde há um ano tem caracterizado o processo presidencial no que respeita à solução da crise política e que de dia para dia se torna mais grave, pelo que contém de mórbido e pelo que representa de castração da capacidade dos portugueses para assumirem, de novo, o comando do seu destino.

Mas não será difícil entender o que se passa, se se fizer a clássica pergunta: — «A quem aproveita o crime?». E a resposta, evidente, é apenas uma: — este crime só aproveita aos comunistas.

Aos comunistas, e a quantos fazem o seu jogo, folgam-lhes as

seu necessário cariz de definitivo e redentor, adiando a revisão constitucional lá para as calendas gregas que vão surgir nos princípios de 1981.

Desmotiva, deste modo, o eleitorado; enriquece, assim, a Aliança PSD/CDS/PPM — que, frágil ainda, por não ter conseguido entender-se com largas pragas dos seus eleitores mais à direita, vê, por tal motivo, francamente diminuídas as suas possibilidades de oferecer ao povo uma alteração do sistema, radical e benéfica.

Jogando no V Governo e jogando em eleições intercalares, o Partido Comunista, graças, mais uma vez, ao Presidente da República, vê singularmente ampliado o seu espaço de manobra. Ensinuando-se o PS,

Criam-se as condições indispensáveis para que a próxima Assembleia da República, com menos treze deputados, seja ainda menos eficaz do que foi a sua antecessora.

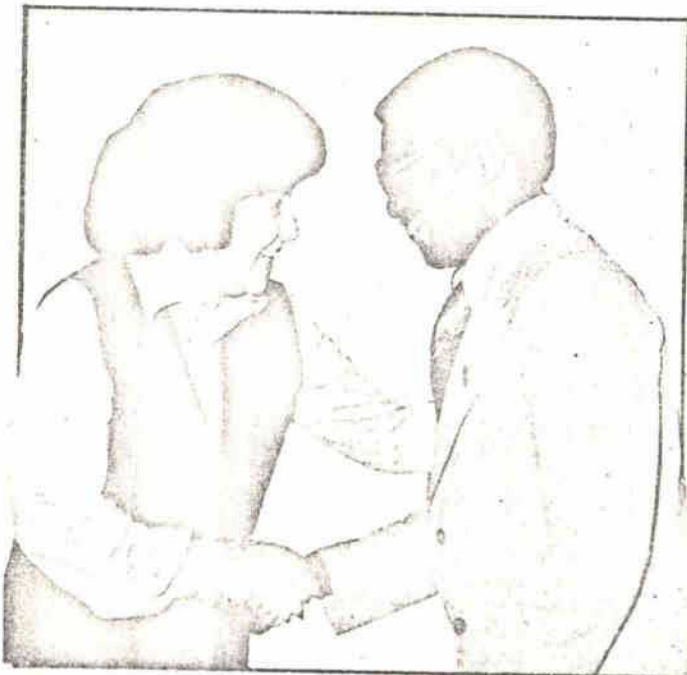
O sr. Ramalho Eanes prestou mais um péssimo serviço ao seu país — e à sua democracia. Já agora e definitivamente não se podem levar estas e outras acções à conta de imaturidade política. Têm de se enquadrar dentro dum plano previamente traçado, cujo objectivo fundamental é conduzir Portugal para a colectivização e para as formas sedícias do comunismo terceiro-mundista, segundo os modelos cubano ou jugoslavo, mas estrategicamente inserido na NATO, como cunha neutralizante.



PARA ONDE VAI, AFINAL, RAMALHO EANES?

Duas atitudes incompreensíveis:

Decisão de fazer passar «programa» do Governo pela Assembleia e nomeação controversa de Maria de Lurdes Pintasilgo para formar Gabinete



A interrogação, de indiscutível propriedade coloca-se, neste momento, com a maior pertinência: para onde vai Ramalho Eanes? Se com a decisão, que anunciou na passada sexta-feira, de fazer o Governo de gestão, apresentar na Assembleia da República o seu «programa» — iniciativa sobre a qual a Constituição é omissa e não coincide bem com a tarefa por ele mesmo apontada a tal Gabinete, a de preparar a realização de eleições — o Presidente suscitara dúvidas e reparos, por parte de alguns Partidos democráticos e de largas camadas da opinião pública, maior estranheza, natural perplexidade e mesmo repúdios já declarados motivou com a escolha de Maria de Lurdes Pintasilgo para formação do novo elenco ministerial.

As reacções negativas de dirigentes partidários, de que nos fazemos eco nesta edição, correspondem, é inegável, ao sentir da parte da população portuguesa que ainda acompanha com interesse o evoluir da coisa nacional. Personalidade essa, controversa, que no anterior regime não se contia a sua adesão a correntes ideológicas avançadas, a mulher que tem sido ultimamente embaixadora de Portugal junto da UNESCO e será a primeira em Portugal a desempenhar as funções para que foi designada por Ramalho Eanes está conotada — e com razão, pois não repudia o parentesco — com uma opção terceiro-mundista progressista que tem Melo Antunes como uma das cabeças de fila. Reunirá, assim, as condições, apontadas pelo Presidente na semana passada, para chefiar um Governo que «dê garantias de independência e neutralidade durante o período eleitoral que

mediará até às próximas eleições»? A resposta deram-na já ontem o PSD, o CDS e individualidades personificando grupos políticos que estavam até agora dispostos, como aqueles Partidos, a apoiar Ramalho Eanes.

Declarou o Presidente, no seu comunicado de sexta-feira passada, que «em política não há soluções perfeitas nem unânimes». Estaremos, seguramente, num desses casos e em breve se verá se assim é. De qualquer modo, uma coisa é certa: PCP, com júbilo, e PS, concordante, aprovarão, por maioria de Esquerda, na Assembleia da República, o «programa» que o próximo Executivo não terá tempo de aplicar nos três meses e poucos dias da sua governação. O que é certo é que a opinião pública, desiludida, acalenta dúvidas sem esclarecimento e interroga-se: para onde vai Ramalho Eanes?

Na verdade, aos olhos do Povo estupefacto, depara-se-lhe um Presidente que parece não mostrar desejo de repetir o seu mandato. Outra explicação não pode existir, à primeira vista, para dois sucessivos gestos que não se coadunam com a política que vinha seguindo.

Mas a resposta aparecerá certamente esclarecedora do caminho que pretende seguir Ramalho Eanes. Pelo menos, assim o esperamos...



«RECUSO-ME acreditar na nomeação de Maria de Lurdes Pintasilgo antes da confirmação por via oficial. É demasiado grave. Não dá garantias de isenção e independência que o Presidente da República considerava essenciais para definir a personalidade encarregada de chefiar o Governo encarregado de preparar a realização de eleições.»

Foi esta a reacção de Ângelo Correia, membro e porta-voz da Comissão Política do PSD, ao ser confrontado com as declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo no fim da audiência com o general Ramalho Eanes.

«Sim, aceitei o convite do sr. Presidente da República» — confiou, sorridente e segura, aos jornalistas que a aguardavam à saída do Palácio de Belém. Na véspera, e em inconfidência impar mesmo nos complacentes hábitos desta Democracia «à experiência», já havia revelado ter sido «sondada» e estar disposta a aceitar o cargo.

A incredulidade de Ângelo Correia foi extensiva a muitos outros sectores da opinião. As reacções perante a eventualidade e agora perante a certeza, também não foram mais tranquilizadoras para o Presidente da República, até porque, à hora em que escrevemos, ainda se não haviam pronunciado as forças a quem a decisão de Belém não deixará de agradar.

Ninguém pôs em causa, naturalmente, a competência técnica da eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, mas para um Governo de gestão e natural que a autoridade política sobreleve todas as demais considerações.

Também não oferecem dúvidas as opções da cidadã Maria de Lurdes Pintasilgo, circunstância sempre de salientar em tempos — antes e depois do «25 de Abril» — propício ao glisfante e ao embuste. Mas se é louvável que uma pessoa, como no caso de Maria de Lurdes Pintasilgo, tenha sempre revelado firmeza nas suas convicções e coragem para as assumir integralmente, não é menos certo que essa firmeza e essa coragem a tenham colocado em posição impeditiva de exercer o cargo para que foi agora nomeada.



Afirma-se que é apatidária, e tudo indica que, efectivamente, não se encontra inscrita em qualquer Partido. Mas essa qualidade não a retira, nem ela alguma vez pretendeu tal coisa, do quadrante das forças da Esquerda — mais à esquerda do PS sem invadir os terrenos próprios do Partido Comunista. Portanto, a única garantia que ela verdadeiramente pode dar é que não prejudicará nenhum destes Partidos, o que é questão manifestamente secundária no prélio eleitoral que se aproxima e em que ela será chamada a desempenhar função extremamente importante como principal responsável pelo ambiente em que ele se desenrolará.

Maria de Lurdes Pintasilgo seria, de facto, o árbitro indicado se a disputa eleitoral estivesse circunscrita às forças de Esquerda em retrocesso político que nos situaria em 1975. Ao contrário, em Outubro de 1979 pretende-se contestar a «maioria de Esquerda» resultante da época que então se viveu. E nessa contenda ela está irremediavelmente comprometida porque sempre se confessou, mesmo nas arriscadas circunstâncias do «antigamente» uma personalidade «consequentemente de Esquerda».

Um célebre Comandante fazia do Estatuto da Disciplina Militar uma tal leitura que o obrigava a aplicar 20 dias de prisão disciplinar agravada por comportamento que ele entendia moralmente cor-

recto mas objectivamente incurso nas inúmeras alíneas daquele mal redigido documento. Parece que é o mesmo estilo de leitura que Ramalho Eanes faz da Constituição, ou melhor que permite lhe façam os conselheiros e «constitucionalistas» que o rodeiam.

Contudo, não valerá a pena retomar a polémica provocada pela sua estranha decisão de dissolver a Assembleia da República mas ainda esperar dela a aprovação de novo Governo, como se a dissolução não tivesse sido decidida precisamente pela impossibilidade de entendimento interpartidário que permitisse a formação de novo Governo. E Maria de Lurdes Pintasilgo não seria uma das individualidades independentes que o PS aceitaria para presidir ao V Governo que evitasse a realização de eleições?

Mas Ramalho Eanes indiferente às questões levantadas por essa sua decisão, resolveu agravá-las confiando a uma personalidade confessadamente da Esquerda o encargo de derimir um pleito eleitoral em que estarão em confronto não os Partidos mas duas concepções de encarar a organização da sociedade e o futuro de Portugal, ou seja a Esquerda e a Direita como simplisticamente se costuma indentificar as duas correntes ideológicas.

A opção é verdadeiramente canhestre. Se a Direita perde tem razões suficientes para contestar a derrota, e o formalismo das instituições pode garantir o seu funcionamento sem que por isso abrande a campanha de descrédito que as envolvem. Mas poderá acontecer que esta «vantagem» concedida às forças de Esquerda seja contraproducente por reacção da opinião pública, e então ver-se-á a mesma contestação, mas de sinal contrário, minar os frágeis alicerces da Democracia em Portugal.

Depois de três anos de ineficácia governativa e de controversa actividade parlamentar, exigia-se que as eleições fossem exemplares para retemperar ânimos e recuperar os transviados. Com Maria de Lurdes Pintasilgo a chefiar o Governo as eleições poderão cumprir essa pedagogia? É pouco provável, não por insuficiência de qualidades pessoais, mas talvez pela sua maior virtude: a firmeza e coragem com que sempre afirmou e defendeu as suas opções políticas.

Ramalho Eanes, único responsável por esta decisão embora se reconheça a necessidade de ser forçado a negociar com o Conselho da Revolução a dissolução da Assembleia da República, aparecerá isolado nesta conjuntura porque o PS não lhe agradecerá a compensação e o PCP segue inflexível a sua linha de rumo com simples acenos circunstanciais aos apoios que vai recebendo.

Um Homem só com a sua consciência? Não, um homem afastado por certos dos seus conselheiros. E, no entanto, 48 horas antes havia recebido de Washington o «conselho» sobre as atitudes drásticas que a perda de popularidade aconselha. Jimmy Carter — anunciaram as agências de todo o mundo — dispensou todos os seus conselheiros para tentar recuperar a popularidade perdida. Há, evidentemente, outra explicação: foram os conselheiros que «mudaram de comboio» para não entrarem na estação sem retorno. Qualquer duas hipóteses deveriam ser meditadas em Belém.

Não quis, não pôde ou não soube o Presidente seguir o exemplo americano. É demasiado cedo para concluir que estará mais interessado no futuro da sua carreira militar do que na sua permanência no Palácio de Belém.



À VOLTA DE BELÉM

SABADO, 21 DE JULHO DE 1979

Por FRANCISCO LUCAS PIRES

A crise recente demonstra duas conclusões principais. Demonstra, em primeiro lugar, que a Constituição Política que temos, além de fomentar as crises, não permite, ou não ajuda, a resolvê-las. Demonstra, em segundo lugar, que o Presidente da República que temos não só não ajuda a melhorar a Constituição, como, por vezes, ainda lhe agrava os vícios.

Há poucas constituições que, em tão pouco tempo, tenham gerado tantas crises e que conheçam permanentemente uma tão grande margem de instabilidade institucional. Além disso, há poucos presidentes que em tão curto espaço de tempo tenham desbaratado tantas tentativas, todas inglorias para fazer face ao mesmo problema político, económico e social.

Nenhum proveito se tirou, afinal, da experiência de 1910 a 1926, nem do facto de, ao contrário de 1910, termos agora um presidente eleito por sufrágio directo.

Um homem que se conduziu bem na escuridão até ao 25 de Novembro, fica perdido, depois, no nevoeiro constitucional que, então, se abre. Os automobilistas sabem que o nevoeiro é sempre pior do que a escuridão para conduzir, mas normalmente acabam por defender-se, mudando de caminho ou equipando-se para o enfrentar.

A situação não se tem simplificado nem os problemas têm sido resolvidos. Pelo contrário, complica-se e agrava-se. Nem a função do Direito (a de uma ordem) nem a função da política (a de decisão) são actuadas. Vive-se num clima de permanente troca-o-passo e de algum «aeromodelismo» político...

O general Eanes, ganhou o 25 de Novembro contra o PCP mas, parece, agora, como quem se limitou a perguntar ao seu adversário o «Quo Vadis».

Tudo isto porque tendo o general Eanes o sentido de guerra, sobretudo da guerra defensiva ou de polícia, como se fazia no ultramar, talvez lhe falte o sentido da revolução e de como se ganha uma revolução.

Passamos com ele em 25 de Novembro da tragédia ao romance policial. O general Eanes ora se esconde, atrás da Constituição, ora se esquia através de enviados processos políticos, ora se cala. O drama é que o seu silêncio não é já mistério, a sua evasão já não é altura e o seu «bom comportamento» jurídico-

normativo já não é competência. Tudo parece excessivamente apenas o arrimo ou a desculpa para a falta de doutrina, de vontade e de capacidade própria.

É o seu vazio que gera a complexidade e o faz perigosamente aproximar-se, como no caso actual, do capricho. É curioso como um homem que, apesar de tudo tanto quis dar a ideia do rigor até do rigor escolar ou estudantil —, sobretudo na leitura das normas, faz às vezes escolhas contraditórias entre Mota Pinto e Lurdes Pintassilgo, dando a sensação do acaso, do arbitrário e da desconexão.

O presidente da República tem-se comportado mais como um agulheiro do tráfico político do que como um dirigente que coordena, impulsiona e inspira a vida política nacional. Mas mesmo como agulheiro o seu comportamento é incoerente, talvez porque a sua preocupação seja a de ter um comboio próprio.

Ramalho Eanes deixa perceber. Estratégia para presidencialismo —defendeu Sá Carneiro em entrevista na RTP-2



duzir à formação de um Governo de dez meses que, depois se verá impedido de planificar em toda a sua extensão medidas julgadas a paridade como importantes.

Mercê do exposto Sá Carneiro declarou expresso que uma derrogação do PSD sobre o não apoio à eventual recandidatura de Eanes «se tornaria natural, não sendo também de admirar pelas mesmas razões que o CDS propôs ao PSD o actual Presidente da República como candidato único da frente em que os dois partidos se empenhavam com o PPM.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

25-7-1979

verno constitucional» suscitará a recusa do PSD, muito embora as formas de a traduzir ainda dependam da sua composição e programa, Sá Carneiro declarou que dois comités poderão surgir para o Executivo. «Um baseado na área do MDP/CDE, com pressões não partidárias e a simpatia da ASDA, especificaria o presidente do PSD se outro camuflado sob uma conecção com um certo directismo que não o afastaria do seu projecto político essencial».

«De qualquer modo», afirmou, «é mesmo bastante estranho que o PS elogie este primeiro-ministro». «Tal sucede talvez porque os socialistas percebem demasiado tarde certos jogos que se fazem», notou Sá Carneiro.

Por outro lado, o líder social-democrata observou que «as próximas eleições estão a ser desvalorizadas no seu interesse, para além de o próprio facto da terem sido convocadas tardamente com-

to dos nove «ambos dirigidos para a contemplação de objectivos económicos e sociais em prejuízo da liberdade, e que mereceram, na altura, a aprovação de Martin de Lurdes Pintassilgo».

«Ao indagar este primeiro-ministro», referiu Sá Carneiro, «Eanes tem lhamado o seu Governo, que se prende com um presidencialismo militarista, com um socialismo terceiro-mundista».

E, neste quadro, «escolhendo uma figura que como ministro dos Assuntos Sociais quis liquidar as Misericórdias, que na Unesco defendeu através a circulação de informações aquando dos debates sobre Comunismo Social, que eleva os ideais da Revolução da Cultura na União Soviética, o Presidente deu livre curso aos seus intentos de, sa-luando Sá Carneiro, vir a im-pedir sobre os destroços dos partidos e das instituições».

Presença de autismo que está

Sá Carneiro defendeu, ontem, em entrevista na RTP-2, que «as diligências de Ramalho Eanes até à indigitação de Maria de Lurdes Pintassilgo tiveram por- ceber uma intenção do desgastar dos partidos para que o presi- dencialismo surja como a única opção». «O novo Gabinete, para além de preparar eleições de for- ma pouco neutral, será, no fun- do, já um Governo para prepa- rar eleições presidenciais», opi- nou o líder do PSD.

Sá Carneiro disse que «o pri- meiro-ministro se encontra de- cidido a prolongar alterações estruturais, não se remetendo ao preenchimento do papel apaga- do que lhe caberia num Governo de «gestão». «É para tal, acon- tida, aporosa-se, segundo afir- ma, dialogar com o novo, com as estruturas intermedias».

Isto corresponde, no entender de Sá Carneiro, a uma política política que revolve o programa de acção do MPA e do Documen-

Vamos a ver. Mas não basta o «apare, escute e olhe», como se recomendava nas tabuletas das velhas passagens sem guarda dos nossos caminhos-de-ferro e dos comboios políticos. Não vamos ficar a ver passar os comboios.

Com ou sem o general Eanes, têm as forças democráticas, portadoras de esperança não socialista de fazer o seu caminho.

Agora, perante o novo Governo Eanes-Pintassilgo, que será o último episódio do repisado folhetim do socialismo-original, já não há dúvidas de que tere- mos de contar, sobretudo, com nós próprios, de que já começa a ser tarde, e de que o nosso comboio já não pode mais continuar à volta de Belém...

FRANCISCO LUCAS PIRES

O erro definitivo do Presidente

por Pereira Monteiro *

O último discurso do Presidente da República pode ter sido o seu erro definitivo. E com isso só os que fazem do País o pano verde do seu jogo de poker ficarão satisfeitos.

Como se sabe, o Presidente não tem correspondido ao que dele esperava a maioria do povo português, que o elegeu. E, no entanto, tem invariavelmente acabado por emergir como o detentor da

fórmula que, no último momento, pode proporcionar a ultrapassagem das sucessivas crises em que tem sido demasiado fértil a nova vida política, de há três anos a esta parte.

Terá isto sido resultante de uma excepcional capacidade para superar as dificuldades?

Há quem diga que sim. Mas sem embargo da tenacidade que se lhe reconhece, os que seguem mais atentamente o curso dos eventos sabem que não é assim. O que acontece é que a Constituição que temos, pouco exigente de ética e mecanismos — e, naturalmente, espelho dos que a fizeram, nas circunstâncias que conhecemos — acaba por marginalizar os partidos, que se desgastam num jogo de impotência que nada pressagia de bom para o nosso futuro, e vai destruindo o nosso presente. Daí resulta ainda que todo o poder decisório em relação às situações de crise que não provocou — mas nas quais é, em regra, participante por omissão —, acaba por ser do Presidente. É a ele que, deste modo, tem pertencido sempre a última palavra no termo de cada ciclo. O que quer dizer que no nosso sistema semipresidencial — ou semiparlamentar, como se queira — a componente parlamentar falha invariavelmente. E com fragor.

Muitos dos actores do espectáculo de incapacidade a que temos sido forçados a assistir não são totalmente nem principalmente culpados, se bem que lhes caibam grandes responsabilidades. Eles são também vítimas do sistema. Igualmente instrumentos dos que engendraram a Constituição, a qual quase só por coincidência tem algo a ver com o Povo português como entidade nacional. Porque este está vinculado a valores que mesmo os mais zoiolos dos constituintes não podiam ignorar. Mas agiram como se os ignorassem.

Objectivamente, a insuficiência do sistema — para além da incapacidade dos que nele flutuam e dele se aproveitam — é, sobretudo, uma consequência da inadequação do próprio texto

constitucional, que é sectário a abusivamente programático, e despoticamente vinculativo enquanto jura para a eternidade que se pretendeu que fosse.

Seja porém, como for, as contradições do sistema implicam que, uma vez falhada a sua componente parlamentar — que é a mais fraca do binómio — todo o poder decisório se concentra no Presidente. Este, para dispor dele, apenas terá de aguardar com paciência o habitual malogro dos partidos e do Parlamento.

Contudo, e para além do que tem sido a prática constitucional permitida por um texto equívoco, o Presidente dispõe de poderes autónomos muito concretos, que lhe permitem — com a força dos que o elegeram — uma actividade instrumental exclusiva. Em relação a esses poderes, nada, nem ninguém, o pode obrigar a outra subordinação que não seja o interesse concreto e objectivo do País. E no presente contexto, tudo aponta para uma actuação sem limitações ou cedências ao poder parlamentar.

A constituição confere ao Presidente poderes para, nas circunstâncias nela previstas dissolver a Assembleia da República. Para tanto e no caso concreto, não tem que se submeter à opinião desta. Simplesmente, e ainda de acordo com a previsão Constitucional, terá de obter o parecer favorável do órgão de reflexão e limitação que é o Conselho da Revolução, quando este deva ser ouvido.

Porém, cumpridos que sejam os mecanismos constitucionais, o Presidente é o único órgão com competência para decidir do que deve fazer. Esta responsabilidade é certamente muito grande. Tem, no entanto, de assumir inteiramente — ou renunciar ao exercício do cargo.

Ora, ao concluir — bem ou mal, pouco importa agora ao caso — que a Assembleia da República não correspondia à vontade do eleitorado, e ao comunicá-lo ao País, o Presidente não mais podia continuar a reconhecer-lhe qualquer papel de intervenção

política. A dissolução imediata, e a marcação de novas eleições era o único caminho a seguir.

Ao decidir a dissolução sem data marcada, o Presidente permitiu que um órgão que na sua opinião deixou de ter representatividade permanente em exercício de funções, podendo, com despuído, continuar a legislar e a vincular o Povo que o Presidente concluiu que já não representa. Mais ainda. Ao depositar na Assembleia da República o poder de decisão sobre um governo de gestão para o período que decorra desde a data da dissolução até às eleições o Presidente não só pratica um grave atropelo da Constituição inventando ele próprio disposições constitucionais, mas também transfere para as mãos do adversário um poder de decisão que a Constituição lhe reservou. Tudo a menos que a decisão do Conselho da Revolução, aliás generosa em relação ao que dele se podia esperar, tenha sido o resultado de um acordo que o Povo ignora.

Não se põe aqui, apesar das dúvidas que possam surgir, a questão da honorabilidade de processos do Presidente. O que ele decidiu, temos de o aceitar, correspondendo ao seu entendimento do dispositivo constitucional — sem embargo de ter seguido a opinião publicamente expressa por alguns constitucionalistas menores, mais ou menos ligados aos beneficiários da solução acolhida.

Temos, porém, de tirar dos factos as ilacões correspondentes. Ignorando uma matéria constitucional, e decidindo em contradição com a sua própria actuação prévia, o Presidente pode ter produzido o último e irremediável dos seus erros graves. O que não pode constituir motivo de regozijo dos que o elegeram e o tem apoiado, e nem serve os verdadeiros interesses do Povo português, que nele tem persistido em ver o derradeiro defensor da sua liberdade e da democracia em que pretende viver

* gestor, sem filiação partidária.

23 JULHO 1979 O DIA

Fundação Cuidar o Futuro



A indigitação de Melo Antunes, aliás, Maria de Lurdes Pintassilgo, para constituir o gabinete sucessor do chefiado pelo prof. Mota Pinto, é mais uma prova da falta de coragem revelada pelo Presidente Eanes para se libertar dos resquícios de «gonçalvismo» que perduram na «alta» política nacional!

Digamos, mesmo, que o homem eleito, à primeira volta, por uma larga maioria dos portugueses maiores de 18 anos, comete mais uma traição contra quem nele confiou. É que, quando em 1976 os portugueses votaram Ramalho Eanes, estavam, ao mesmo tempo, a dar uma demonstração de que rejeitavam o ascendente do Partido Comunista. E se, de então para cá, socialistas, comunistas e melo-antunistas do Conselho da Revolução navegaram, nitidamente, nas mesmas águas, não pode deixar de se entender que, agora, os portugueses os incluíam, a todos, no rol das figuras a abater através do sufrágio universal.

Ramalho Eanes não entende — ou não quer entender... — esta realidade mais do que evidente, continuando, por isso, a dar «uma no cravo e outra na ferradura», como diz o nosso povo. Assim, depois de ter nomeado

um primeiro-ministro que chefiou um Governo corajoso e aceite por uma enorme faixa de portugueses (emigrantes incluídos), apenas apeado porque a «maioria de esquerda» controla o autêntico vespertino parlamentar, Eanes faz uma viragem de 180 graus e indigita um conselheiro da revolução, aliás, uma engenheira química melo-antunista, para formar um Governo de transição que terá, fundamentalmente, de preparar um acto eleitoral dos mais delicados da história portuguesa.

Decididamente, este Presidente da República é uma incógnita. Ora pronuncia um discurso (como em 25 de Novembro) e toma decisões (embora teóricas — caso das sevícias) que agradam à maioria, ora se deixa embalar pelas musas «gonçalvistas».

Esta indigitação de Melo Antunes, aliás, Maria de Lurdes Pintassilgo, assume, para além do mais, aspectos de traição histórica. Admitindo-se que Ramalho Eanes não quisesse nomear um primeiro-ministro militar, para que internacionalmente a democracia portuguesa não fosse mal entendida, a lógica aconselharia a que não optasse por Melo Antunes, aliás, Maria

de Lurdes Pintassilgo, mas sim personalidade menos controversa e comprometida. E mesmo sabendo que já não resta muita gente com tais características — uma das sequelas dos últimos cinco anos deste País foi «queimar» demasiados nomes... — sempre seria possível encontrar algum que não merecesse a justa hostilidade dos sectores políticos não marxistas do que essa «eminência parda» do regime, chamada Melo Antunes, aliás, Maria de Lurdes Pintassilgo.

Eanes não entendeu assim — ou não quis entender... — e tomou uma decisão pouco corajosa. Tanto mais que um Governo chefiado por Melo Antunes, aliás, Maria de Lurdes Pintassilgo, nunca poderá ser um gabinete isento, de críticas fundamentadas.

É que o Presidente da República, a partir do momento em que colocou Melo Antunes, aliás, Maria de Lurdes Pintassilgo, no comando das operações políticas ao nível do executivo, perdeu todo o controlo da situação e até às eleições será inapelavelmente ultrapassado pela esquerda.

O mais grave é que vai ter de lutar sozinho, porque depois de um erro como o que acaba de

cometer não sobrará ninguém para o apoiar em eventuais esforços de anulação do domínio melo-antunista na condução dos negócios públicos durante os próximos cinco meses.

É bom que os portugueses se preparem para cinco meses de verdadeira lavagem ao cérebro, porque com Melo Antunes, aliás, Maria de Lurdes Pintassilgo na cadeira grande de S. Bento vamos assistir a uma campanha eleitoral em que socialistas e comunistas vão dominar os meios de comunicação social controlados pelo Estado. A derrota dos socialistas nas próximas eleições é mais do que evidente e este autêntico golpe palaciano não pode deixar de se entender como tentativa desesperada de intoxicar a opinião pública através da Televisão, da Rádio e dos jornais que todos pagamos.

Estejamos, pois, de olhos e ouvidos bem abertos para o que vem aí, para que não haja arrependimentos após depositar o voto nas urnas.

Consumado o que mais se temia, cabe agora a cada português não fazer tabua-rasa dos muitos ensinamentos colhidos nos últimos três anos. Com serenidade e responsabilidade, o que mais importa é ter presente o nosso passado recente e não nos deixarmos iludir pela gigantesca campanha publicitária que nos vão impingir daqui por diante.

Tratar-se-á, no fundo, da repetição do que sucedeu nos meses anteriores às eleições para a constituinte e para a Assembleia da República. Criou-se um clima de confusão nos espíritos, tendente a colher dividendos políticos no momento solene da opção do voto.

É um processo já conhecido, que a terceira vez não produzirá efeitos mínimos se cada um de nós estiver muito atento. Quem parte derrotado para a corrida, terá de usar forças sobrehumanas para a vencer. No fundo isto vai suceder e a caca ao voto assumirá, para socialistas e comunistas, o aspecto de uma luta decisiva como grupos de pressão neste País.

Infelizmente, e por exclusiva culpa de um Presidente da República pouco corajoso, acabamos de ser irremediavelmente atraídos para uma campanha eleitoral difícil e talvez não isenta de incidentes mais ou menos graves. É lamentável que um tal erro histórico tenha sido cometido, mas nada mais resta, por ora, do que manter a serenidade e dar ao Mundo mais um exemplo de consciência política com os resultados eleitorais.

Não adianta tomar atitudes suicidas, que só darão argumentos inúteis a quem deles necessita tão desesperadamente para sobreviver. Que isso não aconteça à custa do sangue de inocentes, são os votos mais ardentes que aqui podemos formular.

Virar à esquerda, sim; Fundação Cuidar o Futuro, mas não tanto...

análise política

... de definitivamente da «Aliança Democrática»; são os dissidentes do PSD a começarem a ter as dúvidas que Sá Carneiro exprimiu no Outono de 1977. Isto é, Ramalho Eanes com este passo acelerou o processo do seu isolamento político, ficando quase que reduzido ao apoio de zonas marginais do poder político-militar sem expressão na sociedade civil em 1979, como o não tinham em 1976, apesar do prestígio de que então desfrutavam como consequência da luta contra o «gonçalvismo».

Como se isso não bastasse, o facto objectivo de uma aproximação política do sector melo-antunista no CR terá consequências no interior das Forças Armadas. A atitude da CAP, que se sabe reflectir sensibilidades militares importantes, já é de si sintomática. Mas é evidente que um projecto político que objectivamente aponta para a desertificação da cena política feita a partir de posições próximas da esquerda militar e que por falta de apoio na sociedade civil só se poderá implantar com um sustentáculo militar, um projecto desse tipo é encarado muito negativamente pela estrutura militar.

Isto é, ao afastar-se de modo definitivo da «Aliança Democrática» o Presidente fá-lo em termos que favorecem a viabilidade de que um «challenger» militar comece a breve trecho a despontar, reduzindo assim a zero as hipóteses eanistas. E fá-lo ainda no momento em que de modo mais ou menos orquestrado se adensam interpretações que o dão como filo-comunista. Pinheiro de Azevedo deve estar a rir-se.



A golpada

As eleições estão aí. Melhor: já começaram. Começaram no momento em que alguém, eleito por uma maioria de idiotas (que fomos) traiu definitivamente quem nele acreditou — desde o Primeiro-Ministro que fingiu apoiar até ao fim, ao eleitorado não marxista que lhe possibilitou merecido cargo e imprevisíveis estrelas.

Mas tudo tem a sua lógica. Sabendo-se incapaz de levar mais longe o ludíbrio de todo um povo que, dia-a-dia, manifesta de forma cada vez mais clara que o não suporta nem aceita; sabendo também que seria perigoso manter até ao prazo constitucionalmente previsto

(oh! as amantes de papel!)

uma provocação chamada «maioria de esquerda» arvorada em Parlamento; sabendo que, por isso, não podia fugir às eleições

(pelo menos intercalares)

até porque o PC pensa (segundo diz) ganhar algo com isso, aproveitando-se do total descalabro e descrédito do grupo de Soares; — sabendo tudo isso, Eanes não podia fugir ao novo acto eleitoral.

Que fazer, então, face a esta inevitabilidade, a este crescendo de uma vontade popular cada vez mais anti ou (pelo menos) não marxista? Sabotá-la, claro. Criar as condições para impedir que as intercalares conduzam a um espectacular e natural volte-face que coloque na Assembleia e no Governo uma franca maioria nacional e patriótica em oposição à anti-Nação que nos tem desgovernado e perdido.

Eanes sabe — devem ter-lho dito — que jamais poderá contar com o eleitorado que o elegeu. Eanes sabe — devem ter-lho dito — que a sua hipotética tábua de salvação seria

(ele que, ideologicamente, não será nada. A não ser que o almirante tenha razão...)

a esquerda marxista e comunista. Não falo nos chamados «inadiáveis» porque não representam nada neste país. A não ser eles próprios e o oportunismo e ambição desmedidos a que alguns tristemente se reduziram.

Eanes sabe — devem ter-lho dito — tudo isso.

Tornava-se, pois, necessária a golpada. Golpada que, na sequência da ratoeira da falsa dissolução de um Parlamento ignaro e ridículo.

(mas ainda útil para dar as últimas pinceladas «legislativas»)

se consubstanciou na constituição do governo marxista Pintasilgo-Antunes.

Parlamento de maioria marxista, governo marxista, Presidente a fazer o jogo marxista: é assim que se vão cozinhar as «isentas», «democráticas» e «livres» eleições intercalares.

Eanes nomeou para chefiar o governo desta fase preparatória do acto eleitoral uma mulher. Devem ter-lhe dito que uma mulher era uma bela jogada. Uma forma eficaz de aliciar o eleitorado feminino. Como se o marxismo tivesse sexo! Como se as mulheres portuguesas, passados cinco anos de enganos e traições «revolucionárias» ainda caíssem em semelhante armadilha!

Pois bem. Senhor Eanes, Senhora D. Maria de Lourdes Pintasilgo, senhor Antunes, aqui estamos prontos a aceitar o vosso desafio, ainda que toscamente viciado.

Em Outubro — apesar de todos os golpes que o governo Pintasilgo-Antunes, com a bênção presidencial vai desferir nos vários campos, desde a Comunicação Social à Administração local e pública para contrariar a fatal vitória da maioria não-marxista — em Outubro sereis bati-

dos inexoravelmente, pois que nem a força das armas

(as Forças Armadas Portuguesas nunca toram nem a «força» da vossa falta de escrúpulos ao arrastar este povo e este país para novo PREC gonçalvista, vos valerão. Os jogos estão feitos. À vossa vontade. Ao vosso arbitrio. De acordo com os vossos tenebrosos designios. Com as vossas ambições mesquinhas e petulantess.

Esqueceis apenas que o Povo Português vos vai dizer: BASTA! Vos vai gritar isso mesmo na rua e na cara. E vos vai dizer que ainda há varandas em Lisboa por onde baldear traidores impenitentes.

E esse o grito que me chega de muitos lados: mostrar àqueles que insistem em travar ou torcer a marcha irreversível dos portugueses para a liberdade e a redenção de cinco anos de ignomínia, miséria, violência ideológica e física e de dominação estrangeira — mostrar-lhes que esta sua última golpada não passará!

O desafio está feito. Este é o combate decisivo que começamos já a travar com a nossa decisão de vencer. Vitória que alcançaremos antes das urnas de Outubro e que elas confirmarão!

Português que vais de férias ou que continuas a trabalhar, não esqueças e prepara-te! As urnas em Outubro para que não tenhas que ver passar a «urna» do teu país.

Por mim, prefiro e espero ver passar a urna dos traidores

Vem logo



josé miguel judice

... começou por certo quando começou a ser elogiado pelo Presidente. Assim sendo, teria sido mais inteligente para o Presidente com a estratégia desertificadora que por hipótese se admitiu, ter ocultado mais uns meses a sua estratégia, escolhendo um Primeiro-Ministro mais tragável pela classe política e, como expliquei na semana passada, só depois da sua renúncia, recandidatura e provável vitória aparecer com uma nova equipa, com as virtudes que atrás sumariei, mas que desde logo ressaltam por serem a antítese dos defeitos da classe política, e das classes políticas de sempre.

Ao apressar-se, Ramalho Eanes estragou tudo. Pintasilgo vai deparar com dificuldades bastante grandes e os partidos em campanha eleitoral não a vão poupar. A começar pelo próprio PS que já deu a entender que Ramalho Eanes será um dos alvos da sua campanha.

Costumam dizer as pessoas com espírito, ao atingirem a idade em que a adolescência começa a ser uma recordação, que a juventude é um dom demasiado precioso para ser um atributo dos jovens. Também há quem diga que o governo dos povos é uma coisa demasiado séria para incumbir a pessoas que o não são. A experiência histórica permitiria porém concluir não só que os ditos de espírito mascaram muitas vezes uma tristeza inevitável, como também que as coisas sérias como o governo dos povos não podem cair nas mãos de idealistas sonhadores. Em política o idealismo é sempre mais prejudicial aos povos do que a desonestidade. Porque o desonesto tem o sentido dos limites.

Presidencialismo Parti-

dário

1. Os partidos e o parlamento estão desgastados e desacreditados em vésperas de eleições decisivas.

O Presidente da República nomeia Maria de Lurdes Pintassilgo Primeiro Ministro do V Governo; e anuncia a seguir em público a sua recandidatura.

Que os partidos sofreram em boa parte a consequência de erros que todos, um mais do que outros, cometeram, é inegável.

Mas não é deles a principal responsabilidade da desprestígio das instituições, da descrença dos portugueses, de angústia e de desorientação nacionais.

Nas últimas semanas o Presidente da República despediu o Governo Mota Pinto, convidou o P. S. D. a faltar à sua palavra e a formar Governo com o P. S. oferecendo-lhe para tanto apoio e solidariedade presidenciais, começou a cozinhar a dissolução da Assembleia da República em fogo lento e introduziu em S. Bento a parcialidade melo-antunista para preparar eleições.

Refiro-me, é claro, ao comunicado presidencial de 26 de Junho, à comunicação de Eanes ao País de 13 de Julho e à nomeação de Maria de Lurdes Pintassilgo.

2. Estes factos culminam toda uma actuação do General Eanes conducente ao desprestígio dos partidos e do Parlamento como condição essencial do alargamento dos poderes presidenciais e da sua reeleição.

Quaisquer que sejam as intenções do Presidente, das quais não cuido, porque não interessam, os factos revelam claramente que a sua actuação visou o presidencialismo e a reeleição, ou seja o eanismo. Essa actuação não foi suprapartidária, mas foi sim superpartidária e prejudicou enormemente a democracia e o País.

O comunicado presidencial de 26 de Junho continha pela primeira vez a oferta ao P. S. e ao P. S. D. de um Governo de solidariedade institucional com o Presidente da República.

Foi ela feita poucos dias depois da assinatura do Acordo de Aliança Democrática para uma Nova Maioria, entre o P. S. D., o C. D. S. e o P. P. M.

A resposta pessoal e imediata ao P. R. foi, como não podia deixar de ser um claro e imediato não, como Eanes sabia que não podia deixar de ser.

Quando um Governo desse tipo podia ser solução para o País em 1976 ou 1977, nunca Eanes o tentou ou promoveu. Nunca, mesmo, falou em conjunto com os líderes do P. S. e do P. S. D.

A referência a tal espécie de Governo no comunicado presidencial não representa mais do que uma triste habilidade, ofensiva para o P. S. D. e imprópria de um Presidente da República.

Esse comunicado de 26 de Junho teve como efeito desencadear todo aquele triste espectáculo da corrida do P. S. e da A. S. D. I. ao V Governo, actuação que tão má impressão causou a quem na T. V. a ela assistiu, a qual se reflete negativamente em todo o sistema partidário.

Em 13 de Julho o Presidente da República fala ao País. Das duas opções, eleições ou V Governo, anuncia as duas: haverá V Governo e haverá eleições. O resumo da intervenção presidencial é este: haverá eleições, mas a crise continua e o Presidente administra a um proveito próprio.

Não dissolvendo a Assembleia, mas anunciando a sua dissolução, o P. R. coloca o Parlamento numa situação de morte lenta, com estertores desagradáveis, que pode levar os cidadãos, que para ele terão de votar em breve, a voltarem-lhe cada vez mais as costas.

Além disso consegue assim Eanes retardar as eleições, desvalorizando-as, reduzindo o prazo de vigência do governo da nova maioria e aumentando o tempo em que o V Governo, o Governo de Eanes, exercerá o poder. Tudo se tentará para cercar o Governo de simpatia popular, deixando a antipatia para os políticos, os partidos e o Parlamento.

3. Com M. L. Pintassilgo Eanes tem finalmente o seu Governo, aquele que lhe interessa, aquele de que precisa para preparar a sua recandidatura, anunciada logo a seguir à indigitação. A preparação das eleições legislativas não será isenta nem imparcial, porque ela está subordinada à preparação da reeleição de Eanes.

É a partir do V Governo que se tentará recuperar o prestí-

gio necessário à reeleição de Eanes. Com M. L. Pintassilgo visa-se não só apaziguar o P. S. como manter para Eanes uma certa faixa do eleitorado socialista, que não sendo muito ampla lhe dá um toque de esquerda e lhe permitiria não ficar totalmente dependente da Aliança Democrática.

Por outro lado, explorando indecorosamente o vector católico de M. L. Pintassilgo, tenta por-se em dificuldade o P. S. D. e o C. D. S. com o seu eleitorado.

De tudo isto, que vem de longe e que é o fecho da actuação desenvolvida por Eanes

a partir a sua eleição, poderá resultar a destruição ou subordinação dos partidos e do Parlamento e o aparecimento do presidencialismo eanista, com um projecto de socialismo africano apoiado no poder militar.

4. Com o Governo Pintassilgo é esse projecto que entra em S. Bento. Essa foi sempre a linha defendida pelo Grupo dos Nove, hoje organizado à volta do sector meloantunista do Conselho da Revolução.

Com o sector político-militar meloantunista em S. Bento, através de Maria de Lurdes Pintassilgo, Eanes governará finalmente como lhe aprouver. Para isso despediu Mota Pinto, que tanto e tão calorosamente apoiara no discurso de 25 de Abril.

Agora não será apenas do Ministério dos Negócios Estrangeiros que Eanes terá o mando. Mandará em tudo, como lhe aprouver.

E as eleições serão preparadas como convier. Para já convém-lhe agradar aos socialistas e comunistas e atacar o P. S. D. e o CDS. Será esse, por certo,

o sentido das modificações que surgirão na imprensa, na RTP e na RDP, como essa será a orientação da toda a política do Governo, mesmo que por hipocrisia ele a oculte atrás de uma cortina de fumo de moderação e talvez até de «direitismo».

As eleições não podem com tudo isto ser imparciais e isentas. Mas haveremos de ganhá-las para com essa vitória pôr termo à farsa que temos vivido e que cumpre denunciar. Se o presidencialismo socialista militar, o eanismo, triunfar, a democracia não passará de fachada.



POVO LIVRE | 25 JULHO 1979

por Francisco Sá Carneiro

Hoje é claro que a fronteira é a liberdade. De um lado estão aqueles que foram marcelistas, depois gonalvistas e hoje são eanistas, aliados aos marxistas.

Do outro lado todos os que com projectos económicos e sociais distintos, consideram a liberdade humana o valor fundamental e se unem à sua vol-

ta. Por isso estas eleições são decisivas e mais importantes do que as de 1980. Por isso a Nova Maioria tem de surgir delas, derrotando o eanismo, o presidencialismo socialista militar e o meloantunismo em S. Bento ou seja o V Governo Pintassilgo.

Uma porta que se fecha?

O respeito da Constituição que aqui invoco não deve porém ser entendido como simples reflexo passivo de um juramento formal.

Ramalho Eanes, sexta-feira, 13 de Julho 1979.

José Medeiros Ferreira

Fiquei perplexo com os considerandos com os quais Ramalho Eanes resolveu acompanhar a sua decisão de dissolver a Assembleia da República. Não é, aliás, a primeira vez que, admirando a forma como o Presidente da República actua, estou longe de concordar com o conteúdo da sua intervenção.

Em Fevereiro deste ano escrevi no «Diário de Notícias» um artigo intitulado «A questão constitucional e o poder político: as razões do referendo», em que afirmava:

Enganados estão todos aqueles, e são muitos, que se propõem resolver o problema da revisão constitucional sem cuidarem das modificações a introduzir no poder político. Iludidos também estão os que pretendem a evolução do poder político sem atacarem a questão constitucional. E conclua por um apelo público ao Presidente Ramalho Eanes para este assumir a direcção política entre o período transitório caracterizado pela dupla origem do Poder (a revolucionária e a democrática) e um período autenticamente democrático em que o referendo fosse o acto fundador e unificador da expressão da soberania popular.

E' legítimo poder concluir-se das últimas palavras do sr. Presidente não estar ele disposto a assumir tal papel, escudando-se numa defesa formal e política da actual Constituição.

A defesa formal compreende-se que a faça, e é este mesmo o seu mais elementar dever, e por isso o aplaudimos. Já a defesa política aparece como uma opção desnecessária para quem deve estar aberto à evolução do regime democrático, tanto mais que o Presidente não foi constituinte.

De resto, o período do seu discurso em que o general Ramalho Eanes faz tal profissão de fé é confuso e encerra tautologicamente a repetição de definições cuja compreensão é duvidosa. Disse o Presidente:

A defesa da Constituição é uma atitude política que corresponde à convicção profunda de que qualquer violação ou alteração arbitrária das regras do comportamento democrático constitui um primeiro passo irreversível no caminho da destruição da democracia.

Assim dito, ninguém tem dúvidas de que assim é, embora também não se tenha a certeza do que se está a falar.

Ainda por cima, todos sabemos que o respeito pelas normas constitucionais se tem feito tantas vezes pelo exercício repetido, porém nem sempre requintado, da arte sofisticada por parte de constitucionalistas profissionais e amadores. E é confrangedor verificar que, para respeitar a Constituição e mais ainda para poder defendê-la politicamente, se terá cada vez mais de apelar aos sofistas e à interpretação casuística. Que tristeza para os defensores de um Estado de direito. E que responsabilidade para as entidades que pretendem não haver liberdade para fazer evoluir o regime democrático através de uma revisão livre da Constituição.

Estou ainda lembrado de que, numa das primeiras reuniões do grupo parlamentar do PS, realizada em fins de Maio de 1975, no Hotel Altis, exprimi a opinião de que a Constituição não deveria ser programática e regulamentar, dado que isso dividiria as forças democráticas perante um qualquer perigo autoritário. Não fui atendido, e quando saí da Constituinte, em Setembro de 1975, já estava seriamente preocupado com o colete de forças que se tecia, no que era aliás acompanhado por qualificados constituintes do Partido Socialista.

Mais tarde, em Março de 1976, e contrariamente a alguns amigos meus, achei não ser conveniente permitir a revisão constitucional durante a primeira legislatura. Na verdade, seria impensável governar o País em clima de imediata e constante alteração da lei fundamental. Seria mais útil introduzir um espaço de tempo para experimentar durante alguns anos o funcionamento das instituições e para se adquirir ciência mais segura e mais prática das deficiências e das inadequações da Constituição.

Todavia essa estabilidade das normas fundamentais só seria positiva desde que, por um lado, a conjugação da vontade popular expressa nas eleições para a Presidência da República e para o Parlamento, garantisse o funcionamento perene das instituições até 1980, e se, por outro lado, fosse possível a revisão livre da Constituição após a primeira legislatura.

Ora estes pressupostos não se verificaram e vamos entrar num período eleitoral excessivo, e ainda por cima, com a soberania popular de novo limitada à partida.

E quem fará a tal defesa política desta Constituição e do poder constituinte que lhe deu origem? Por motivos diversos apenas o PCP, o actual PS e parte daquele MFA que esteve na origem do II Pacto.

Verifica-se agora que o Presidente da República entende também apolar politicamente uma Constituição que o mais elementar sentido da soberania popular e a necessidade de evolução do regime democrático indicam dever ser revista livremente pela próxima Assembleia com poderes constituintes.

E porquê uma atitude tão precipitada do Presidente da República contrastando estranhamente com uma imagem de prudência tão acentuada? A rapidez da reunião do Conselho da Revolução que concordou com a dissolução da Assembleia será uma explicação?

Eis uma série de interrogações para as quais não encontramos resposta.

De facto, não se compreende que o Presidente da República queira fechar uma porta que a evolução pacífica do regime democrático necessita ver aberta: a de que é possível outro poder constituinte após esta fase de transição e experiência.

Seja como for, a estreiteza das soluções apresentadas em comunicado sobranceiro, mas onde na realidade se interrompia a iniciativa presidencial, e os considerandos do discurso de 6.ª feira passada colocando o Presidente da República em posição formalmente inatacável, poderão vir a ter consequências imprevisíveis para o futuro das instituições em Portugal.

Parece fechar-se assim uma das portas de acesso à ponte entre a legitimidade democrática do referendo e a legalidade da sua aplicação. Não é sem prevenção que o constato. Sobretudo ao recordar que o legalismo postigo do Conselho de Estado, saído do Programa do MFA, haveria de ser ultrapassado pela constituição do Conselho da Revolução, que não estava propriamente previsto naquele, e cujo primeiro acto foi exactamente o de dissolver o distinto corpo.

É evidente que o respeito do Presidente da República pelas leis vigentes merece a minha maior admiração. Mas a sua recusa em dirigir a evolução do regime democrático retira a este força e autoridade e diminui a dimensão de homem de Estado que eu sei e os Portugueses sabem, existir em Ramalho Eanes.

Acresce que neste momento em Portugal, sem o concurso de Ramalho Eanes, será mais difícil executar uma política de grandes reformas sociais, económicas e culturais, reformas que o País e as camadas populares necessitam cada vez mais.

Só os conservadores e os revolucionários totalitários, ou os adeptos do poder pessoal, poderão lutar com o apagamento do Presidente da República.

A Constituição de 76 e a legitimidade democrática

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

20-7-1979

António José Saraiva

Todas as constituições são legais, mas nem todas são legitimamente democráticas.

Um bom exemplo é a Constituição de 1933, a que sempre faltou legitimidade democrática, porque foi preparada e referendada em regime de excepção e de partido único, no qual não havia liberdade de expressão e de associação política, nem possibilidade de fiscalização do referendo por parte da oposição. Foi uma Constituição de facto, mas não de direito. O mesmo e pelas mesmas razões pode dizer-se das constituições das assim chamadas «repúblicas democráticas» e «socialistas».

Para que uma Constituição tenha legitimidade democrática é preciso que seja referendada pelo povo com a garantia da liberdade de voto e de tudo o que esta pressupõe. O voto em referendo é a escolha entre o *sim* e o *não* com pleno conhecimento de causa e ouvidas as partes contraditórias.

Há, contudo, além do referendo, outro método possível para dar legitimidade democrática a uma Constituição: é a eleição pelo Povo de representantes especialmente mandatados para discutir e aprovar o texto constitucional. Este método reduz-se a uma espécie de escrutínio em segundo grau, que pressupõe considerar-se o cidadão comum incapaz de se pronunciar sobre o texto constitucional. E' por isso um método mais discutível e menos democrático, mas pode considerar-se legítimo se houver a garantia de que os representantes do Povo na assembleia constituinte têm a confiança dos seus eleitores. Para isso é necessário ter a certeza de que o modo de eleição dos deputados é aprovado pelo Povo, porque deste modo de eleição depende a escolha dos ditos deputados. Os modos possíveis de eleição são vários, e é preciso que o Povo escolha o que lhe merece mais confiança.

Verificada a eleição popular de deputados constituintes, por um modo de eleição também aprovado pelos eleitores, pode aceitar-se que a Constituição aprovada numa assembleia constituinte foi aprovada, não directamente pelo Povo, mas em nome do povo, pelos seus fiéis e indiscutíveis representantes, e que por isso tem legitimidade democrática.

Mas está claro que o modo de eleição neste caso é um elemento fundamental do processo, e que se não se puder fazer a prova da legitimidade democrática da lei eleitoral, se torna indispensável o referendo para que a legitimidade democrática da Constituição seja indiscutível.

A legitimidade democrática, do referendo, essa não oferece duvidas desde que se realize em condições normais de liberdade de expressão, associação política, etc., porque não há duas maneiras de votar num referend. Basta aplicar a lei universalmente reconhecida em todas as democracias. Quanto aos deputados, pelo contrário, há várias maneiras de os eleger, quer em teoria, quer na prática.

Estes princípios são simples, evidentes, de senso comum, e não creio que possam ser contestados. E' á luz deles que se pode perguntar se a Constituição de 1976, actualmente vigente, tem ou não legitimidade democrática.

A primeira constatação é que ela não foi referendada, isto é, não foi submetida á aprovação do Povo, mas foi aprovada em nome do povo por indivíduos que se declaravam seus representantes. O problema fundamental a esclarecer é se o modo como esses representantes foram eleitos, ou, por outras palavras, a lei eleitoral dos deputados da Constituinte, tinha indiscutível legitimidade democrática.

Em relação a este problema verificamos que a dita lei foi decretada por um governo provisório, que não tinha sido aprovado, ele próprio, em eleições populares, nem por representantes do povo, que ainda então não existiam. Era, em termos jurídicos, um poder de facto, e por isso mesmo provisório.

Por consequência, a lei pela qual foram eleitos os deputados constituintes, era pela força das circunstancias um acto arbitrário do Poder de facto, e os eleitos nos termos dessa lei não tinham legitimidade democrática para, em nome do povo, aprovarem uma Constituição.

Essa circunstancia tornava obrigatória a realização de um referendo em que o Povo se pronunciasse directamente, uma vez que não havia quem pudesse fazê-lo em seu nome. Aliás, o referendo, se tivesse um resultado positivo para o projecto constitucional, legitimaria automaticamente todo o processo anterior, incluindo a lei eleitoral que levou á formação da Constituinte.

A legitimidade democrática dos deputados da Constituinte é tanto mais discutível quanto, como já notámos, há várias leis possíveis de escolha de deputados, e a que foi decretada pelo Governo Provisório não



Fundação Cuidar o Futuro



é a mais óbvia, nem a mais pacífica, nem sequer a mais espalhada nos regimes democráticos. Mas, fosse esta ou fosse outra, a aprovação do povo era indispensável para que os deputados fossem seus mandatários.

Poderia perguntar-se nesta altura por que não se fez o referendo? Para responder teríamos de entrar num género de considerações sobre assuntos alheios a este artigo, que pretende situar-se apenas no plano do direito.

O que importa neste plano, e independentemente dos seus defeitos e virtudes, é constatar que a Constituição de 1976 não possui legitimidade democrática. Enquanto não for aprovada em referendo *ela é uma Constituição provisória*, facilmente contestável.

Não vejo o que se possa invocar contra esta conclusão. A «legitimidade revolucionária»? Mas se a Constituição se destinava precisamente a pôr termo a essa especial situação, que nunca foi reconhecida como definitiva (e por isso os seus governos se chamaram «provisórios»). Poderá alegar-se que votando na eleição dos deputados da Constituinte o povo aprovou *ipso facto* a lei eleitoral? Mas tinha ele alternativa? A verdade é que sobre essa lei ele não foi consultado.

Em consequência destes precedentes encontramos-nos na perigosa situação de qualquer cidadão poder pôr em causa a lei fundamental do Estado, em nome da legitimidade democrática, que reside no povo, ao mesmo tempo que os poderes constituídos por força dessa lei pretendem usá-la como limitação da soberania popular, que devia ter sido e não foi o fundamento da Constituição. A verdade é que a Constituição não tem a base de legitimidade que lhe permita opor-se a qualquer tentativa de alteração ou de substituição não prevista nela e que venha a ser proposta em referendo. Qualquer texto constitucional que venha a ser referendado terá uma legitimidade superior à da Constituição actual, que não foi referendada nem aprovada por representantes indiscutíveis do Povo.

E dado esta situação, cabe examinar caso por caso qual é a legitimidade democrática dos órgãos de soberania actualmente constituídos.

Começando pelo Conselho da Revolução, verificamos que a sua legitimidade resulta apenas da Constituição. Não tendo sido eleito, não detém qualquer parcela da soberania popular.

Quanto à Assembleia da República, foi eleita segundo uma lei contestável e não aprovada pelo povo. Se a lei eleitoral fosse diferente, é provável que a composição da Assembleia não fosse a mesma que actualmente é. Sendo assim, a legitimidade democrática da actual Assembleia é discutível.

Quanto ao Presidente da República, eleito em sufrágio universal, tem de reconhecer-se que o modo de eleição que o constituiu, ao contrário do modo de eleição que constituiu os deputados, não sofre contestação, pois só pode ser um. Se há várias maneiras de eleger deputados (escrutínio maioritário uninominal, escrutínio proporcional, etc.), há uma única para eleger o Presidente da República em sufrágio universal. Assim, o Presidente da República tem uma legitimidade própria indiscutível. A Constituição não foi referendada, mas ele próprio foi. Há muita semelhança entre o modo de votação por referendo e o modo de votação do Presidente da República.

Deve entender-se, no entanto, esta eleição fez-se dentro do contexto histórico de 1976. O Presidente foi eleito para exercer as funções indicadas na Constituição, embora possua uma legitimidade própria que falta àquela. Há nisto uma delicada e perigosa contradição, em que o raciocínio jurídico perde o ponto de apoio, e que só pode ser resolvida politicamente, isto é, por decisão do soberano, que é, em sistema democrático, o povo. Em qualquer caso, o que me parece claro é que o Presidente da República tem capacidade jurídica e política, independentemente da Constituição, para consultar a base que o elegeu.

Nota — No ultimo parágrafo do meu precedente artigo, escapou uma gralha que desvirtua o que escrevi. Em lugar de «pelos partidos do povo», deve ler-se «pelos partidos ao povo».



Maria de Lurdes Pintasilgo a "O Jornal"

20-7-79

O referendo nesta altura é descabido

P. — Uma questão que anda no ar é mesmo a da necessidade de se proceder a um referendo que possibilite uma revisão global da Constituição. O que pensa a este respeito?

R. — Parece-me que nesta altura o referendo é perfeitamente descabido. Nós podemos ver na História que, de cada vez que um referendo é utilizado, é-o, sobretudo, para dizer sim ou não a alguém. Aconteceu-me estar em França, quando, em 69, o general De Gaulle pôs à consideração dos franceses o referendo e o texto de 29 páginas em que estavam os fundamentos da regionalização, que era a questão básica sujeita a referendo. Ora, esse texto raramente foi referido, quer

na televisão quer na imprensa.

É claro que foi o general De Gaulle que pessoalizou o problema convertendo o referendo num sim ou não ao general. Mas se neste caso histórico o processo foi nítido, a mesma transparência não é evidente em todos os processos. Não julgo assim que o processo português tenha suficiente clarificação para, neste momento, pormos ao povo um referendo cuja matéria é de difícil descrição. Gostaria, aliás, de ouvir as figuras políticas portuguesas e os profissionais da Informação que afinadamente têm vindo a defender essa ideia, explicar as questões-chave do referendo ao povo, em qualquer situação...

A democracia não pode continuar a ser uma nuvem de fumo que serve para ocultar os arranjos, as manobras e os negócios que se concretizam nas costas do Povo comprometendo as instituições.

Possuímos a Constituição mais complicada do mundo, verdadeiro aborto que não permite o prosseguimento da evolução democrática e a recuperação do País. Só um referendo poderá promover a transformação profunda desse texto constitucional e, por isso, o referendo, mais tarde ou mais cedo, é indispensável para que não nos estratifiquemos nacionalmente em formas ideologicamente vazias.

A CAPITAL, TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 1979



Polémica (ainda) sobre o referendo

As «eleições» serão exclusivamente intercalares. Quer isto dizer que em nenhuma circunstância o próximo acto eleitoral poderá substituir as eleições legislativas de 1980. E significa também que o parlamento resultante das eleições intercalares não poderá, de nenhum modo e sob nenhum pretexto, assumir os poderes de revisão constitucional reservados pela Constituição à Assembleia a eleger em 80».

Foi assim que, tão claramente, o Presidente da República se referiu e

ALMEIDA SANTOS (PS):

«Constitucionalizar o unconstitutional»

«Avalio essa recusa do PR como um acto elementar de respeito pela Constituição da República».

Sejam os claros, para não dizer honestos: se o n.º 3 do artigo 174.º da Constituição diz que, «verificando-se a eleição por virtude de dissolução, durante o tempo da última sessão legislativa, cabe à Assembleia eleita completar a legislatura em curso e perfazer a seguinte»; se o n.º 2 do artigo 299.º, também da Constituição, prescreve que «o disposto no n.º 3 do artigo 174.º não se aplica à primeira legislatura»; e se o n.º 1 do artigo 299.º ainda da Constituição, diz claramente que «a primeira le-

gisatura termina em 14 de Outubro de 1980», branco é, e a galinha o põs, que eleições legislativas que se realizem antes de 14/10/1980, completam a actual legislatura sem perfazerem a legislatura seguinte.

Dito por outras palavras: têm de ser intercalares e não podem ser antecipadas.

Para que assim não fosse, uma de duas: ou se alterava já a Constituição, ou se violava. Mas alterá-la já é impossível, visto que só na II legislatura a Assembleia da República tem poderes de revisão constitucional (artigo 286.º). Restava aos defensores da antecipação das eleições

responder a quem, porventura, ainda tinha dúvidas sobre os poderes de revisão constitucional que a Assembleia resultante das eleições intercalares constitucionalmente não pode assumir. E foi também assim que Ramalho Eanes disse não ao referendo. Desta forma, o Presidente procurou agradar a gregos e a troianos (embora para a Esquerda o prato da balança onde Eanes colocou a dissolução da A.R. desequilibre, a favor da Direita, a conjuntura política do momento), podendo continuar a dizer-se o Presidente de todos os

violá-la. Foi o que tentaram lançando o balão de ensaio do referendo. No referendo caberiam, logicamente, todas as perguntas ao eleitorado, incluindo a dirigida a saber se devemos ou não considerar a Constituição letra morta. Como, porém, o referendo é em si unconstitutional — digam o que disserem os fabricantes de soluções politicamente inconvenientes — o expediente resumir-se-ia a uma tentativa pouco limpa de constitucionalizar o unconstitutional, por sua vez claramente unconstitutional.

O Presidente da República procedeu, assim, como não podia deixar de proceder: tirou o balão».

RIBEIRO E CASTRO (CDS):

«Decisão incorrecta e inconveniente»

«Não creio que o general Ramalho Eanes tenha tomado posição contra o «referendum», cuja legitimidade democrática e constitucionalidade são indiscutíveis. Aquilo que pode concluir-se da recente comunicação ao País do Presidente da República, é somente que este não usará o «referendum» para o efeito de transformar as eleições de meramente intercalares em antecipadas. E esta decisão do general Ramalho Eanes é, no

JOSÉ PORTUGAL DA SILVEIRA (PPM):

«Eis aí o referendo...»

«O Presidente da República não tem poderes para alterar a «Constituição» e por isso não podia, obviamente, «antecipar» as eleições. Fez pois o que tinha a fazer.

A Assembleia da República vai ser dissolvida, vai ser nomeado um governo de gestão e vai haver eleições «intercalares» em Outubro.

Entramos assim de facto num período de ano e meio em que vão suceder-se quatro actos eleitorais de extrema importância.

Serão as legislativas em Outubro, as das autarquias em Dezembro/Janeiro, novamente legislativas em Outubro e pouco depois as presidenciais.

E excessivo de facto. E nisso todos estamos de acordo.

Desde o PR que venceu e bem os elevados custos sociais, económicos e políticos desta verdadeira galo-

portugueses.

Entretanto, e apesar da clareza com que o PR se referiu ao significado das eleições intercalares, não deixámos de formular a diversas personalidades políticas a seguinte pergunta: Como avalia a recusa do PR em promover referendo, estabelecendo que as próximas eleições serão apenas intercalares?

Eis as respostas obtidas:



«Não entendo, incorrecta e inconveniente. Com isso apenas se conseguirá sujeitar o País a uma sucessão de actos eleitorais, desnecessária e incompreensível, com efeitos nefastos no desgaste do sistema democrático e no cansaço crescente do Povo português. O «referendum», ao invés, permitirá, através do exercício mais puro da soberania popular, clarificar nitidamente algumas questões

políticas fundamentais, sem necessidade de forçar os portugueses a eleições sucessivas. Tal como tempos disse o general Ramalho Eanes «passar-se-á mais tempo a vontade do Povo, do que a da câmara» — é pena que o Presidente da República, ao decidir pela não realização do «referendum» neste caso, afinal, a contribuir para o mesmo.»

ANTÓNIO PATRÍCIO GOUVEIA (PSD):

«Mais uma vez o Presidente não quis comprometer-se»

«Mais uma vez, o Presidente não quis comprometer-se com uma decisão clara e levada até ao fim. Pelo contrário, limitou-se a concordar com o que era já inevitável, limitando ao máximo a amplitude das medidas anunciadas.

Isto tem como consequência o viver-se ainda em ambiente de crise e de incerteza que o Presidente da República tem deixado prolongar inutilmente. Se bem que possa ser pessoalmente movido por um espírito de isenção e patriotismo o facto é que sistematicamente se perde em condicionantes que retiram grande parte do êxito prático aos caminhos seguidos e acabam por servir de amparo aos objectivos de certos sectores políticos, incluindo o

O referendo, como o PSD tem afirmado, é um instrumento democrático que o país poderá ter vantagem em utilizar.

O PSD tem também dito que só poderá ser encarado desde que a Assembleia da República aprove uma lei quadro e haja um acordo entre órgãos de soberania, nomeadamente a Assembleia da República e o Presidente da República sobre a sua utilização.

Que o Presidente da República não tenha contemplado a sua adequação ao momento presente não é questão que preocupe o PSD, antes serve para demonstrar o que acima ficou dito, ou seja, que o Presidente da República não procurou uma alterna-

tiva a médio prazo para o impasse político que se vive. Antes se limitou a constatar aquilo que alguns partidos, em particular o PSD, já tinham demonstrado ser uma realidade de que se não podia fugir, isto é, a inoperacionalidade da presente Assembleia da República.

O PSD está no entanto confiante em que as eleições se farão e que após esse momento se criará uma maioria para um Governo estável capaz além disso de fazer ver ao Presidente da República que o País exige uma colaboração e mesmo um comprometimento entre uma Assembleia da República e um Presidente da República, para reformar o regime e garantir a estabilidade democrática».

PS que desesperadamente se bateu até ao último segundo para evitar ao país tão pesado fardo; desde o PSD e o CDS que, privilegiando embora a dissolução não deixaram de reconhecer os sérios inconvenientes desta autêntica inflação eleitoral; desde o PC que, reconhecendo ainda a legitimidade democrática da dissolução não deixou de preferir a nomeação do «V Governo»; desde o PPM que desde Janeiro de 78 se vinha batendo pela dissolução e que lamenta não ter sido ouvido então; desde os ASD(s), «Reformadores» e «tutti quanti». Também os parceiros sociais: A CAP A CIP e a CCP; A UGT e a Inter.

Todos de acordo!

Mas o facto aí está! Consumado! Um período que já se julgava carregado com três actos eleitorais vê assim o seu número aumentado para

Agora, uma de duas:

Ou nos sentamos em postura lista à espera que a hecatombe processe ou consultamos o Soberano e aceitamos o seu veredicto inapelável.

Estou certo de que, apoiado pelo conselho unânime e avisado pelos seus representantes políticos, presariais e laborais, não deixa reconhecer que quatro é demasiado e quanto basta.

Assim se transformará, «a priori» as «intercalares» em «arregadas» e ficaremos todos satisfeitos porque vêm realizados os desejos de dissolução e outros que conseguirão evitar ao país pesados custos que legitimamente receavam com a vantagem atenuando-se os três actos eleitorais previstos, ser alargado o seu prazo de duração para dois ou três meses. Eis aí o «Referendo» pelo q

Pintassilgo já tinha "cantado" quando Belém deu a "boa nova"

Acabaram os laboriosos trabalhos do Presidente para se decidir pelo perfil ideal da personalidade que, nos tempos mais próximos, vai governar a Casa portuguesa. Já que nenhum dos homens entronizados em S. Bento conseguiu levar a bom termo a sua missão, talvez que uma mulher possa operar o "milagre" tão desejado.

As qualidades próprias do seu sexo, a eng. Maria de Lourdes Pintassilgo reúne outras que são fruto da sua experiência em lugares de grande importância política e certamente lhe proporcionaram uma visão global e privilegiada da situação portuguesa. Que a tarefa de que foi incumbida não a assustou nem se reveste daquelas características catastróficas que alguns "pessimistas" apontam, demonstra-o uma certa alegria na aceitação do convite presidencial e a disponibilidade logo manifestada para desempenhar o lugar. Alegria tão incontida que a levou a divulgar uma decisão que, segundo as boas regras, pertencia a Belém anunciar...

É uma personalidade muito discutida e muito discutível a futura Primeira-Ministra. Não tem o perfil definido de uma Margaret Thatcher ou de uma Simone Veil. Que se saiba, embora se conheçam as suas inclinações, não aderiu a qualquer partido.

É uma "ave" política livre, que tem preferência por certos espaços, mas tem conseguido "voar" com todos os tempos e todos os ventos. De publicamente notório tem sido a sua particular preocupação pelos problemas dos humildes, nem sempre tendo conseguido, porém, libertar-se de uma determinada coloração política que tanto a situa no campo das mais delicadas virtudes cristãs como a deixam a pairar nos limites do marxismo mais aguerrido e iconoclasta, em companhias marcadamente suspiradas.

Propósito voluntarista? Desejo de conservar incólume o santuário das suas ideias? Ou simples designio de enevoar os caminhos? Ou mera incapacidade de interpretação dos observadores?

Católica fervorosa e praticante, segundo muitos que a conhecem bem, defendeu claramente o aborto (vide artigo de Adelino Alves, pag. 9) veementemente condenado pela Igreja e pela Ciência. Quem é afinal Maria de Lourdes Pintassilgo? ... Vai ter agora ensejo de o revelar. Com uma vantagem que os mais recentes inquilinos de S. Bento ainda não tiveram: vai ter provavelmente a confiança presidencial e parlamentar, com a esperada bênção da "maioria de esquerda" sem ter a Assembleia da República a tolher-lhe os passos ou a desviar-lhe os voos. Mas com o Povo atento, a observar...

A avaliar pelas reacções à indigitação de Maria de Lourdes Pintassilgo para Primeiro-Ministro por parte de largos sectores representativos da população portuguesa, o Governo que aquela personalidade irá encabeçar poderá fazer de-

sencadear, no mais curto espaço de tempo, novos focos de tensão política na sociedade portuguesa. E se atendermos à delicada etapa institucional que o País atravessa, este facto poderá, comprometer as tão apreçadas "trêguas", par-

tidárias, serenidade e isenção governativa absolutamente imprescindíveis para que o próximo acto eleitoral decorra em ambiente de total liberdade.

É que o Executivo saído agora de Belém é já apontado como um gabinete, que para além de actos da mera gestão como se impõe neste momento, irá servir os interesses do "bloco marxista ateu", que é como quem diz da famigerada "maioria de esquerda".

Decepção nos meios democráticos

Bloco marxista-ateu ganha com a escolha de Ramalho Eanes

Como nestas questões da política, há que manter sempre um certo humor e a cabeça fria, registamos aqui o que nos disse ontem pelo telefone uma nossa assídua leitora: "Este País tem um "pinto" e um "pintassilgo", quando o que precisava era de um "galo com esperas"..."

Entretanto, a fim de dar a conhecer a identidade da figura, que irá chefiar o novo Governo de gestão, Ramalho Eanes almoçou ontem com o Primeiro-Ministro ainda em funções e com o presidente da Assembleia da República, Carvalho dos Santos.

Não obstante ter sido anteriormente divulgado que o Presidente da República, antes da audiência concedida ao chefe do IV Governo, havia convidado Maria de Lourdes Pintassilgo para cabeça do novo executivo, Mota Pinto acentuaria à saída que a indicação daquele nome lhe fora dada "em termos de probabilidade".

IV GOVERNO ACÇÃO POSITIVA

Mota Pinto havia de declarar ainda que o seu Governo continuará "durante alguns dias em funções", posto o que procedeu ao elogio da sua acção, dizendo que ela "deu à população portuguesa esperanças de uma viragem significativa, talvez mesmo histórica, na nossa vida política".

Isto porque — acrescentou — "mostrá-mo-nos capazes de enfrentar os inimigos da democracia sem recorrer a métodos antidemocráticos".

A propósito da eventualidade de membros do actual executivo virem a



Lurdes Pintassilgo defende a legalidade do aborto



O DIA 20 JULHO 1979

A nomeação da eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo para ocupar o lugar de primeira-ministra deste Governo que vai nascer de parto extemporâneo mas abençoado pela maioria de esquerda da pseudo-defunta Assembleia desta República, não é motivo de alegria para a grandíssima maioria dos Portugueses. Trata-se de mais um passo dado para trás, pois a ideologia da nova dirigente não condiz, totalmente, com o que defende a alma nacional.

Podem, de facto, dizer-me que a nova chefe do Governo é católica, e eu respondo que não lhe reconheço essa qualidade. Na realidade, não basta que nós digamos isto ou aquilo; importa que o provemos naquilo que afirmamos e que fazemos, e a verdade é que a eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo defende posições fundamentais que contrariam a doutrina cristã, como vou passar a provar, até porque uma das boas coisas que tenho é a de possuir boa memória. Com a falta desta, respiram os políticos, na medida em que, poucas vezes, lhes recordarão declarações feitas e que eles bem gostariam de que nunca mais fossem trazidas do fundo do lago do esquecimento.

Quero que saibam todos os portugueses, que defendem os valores essenciais por que sempre se regou a consciência nacional, que a eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo — vulgarmente considerada católica! — defende, sem papas na língua, a liberalização e legalização do aborto. Portanto, a D. Maria de Lurdes Pintassilgo é, frontalmente contra o dom precioso da vida; aceita que se possa estabelecer em Portugal a pena de morte contra os inocentes! Por aqui se pode aquilatar da sensibilidade do coração da "nossa" primeira-ministra!

Uma alta figura da Igreja teve ensejo de, há tempos, proclamar que a Nação cristã estava a ser governada por ateus. E tinha razão, pois a consciência cristã do Povo português pouco ou nada concita as atenções de quem nos tem governado, a todos os níveis!!!

Todavia, ao prelado, que assim falava, deve ter passado despercebido que bem pior é ser governado por quem parece uma coisa e no fundo é bem outra. Porque, na realidade, afirmar-se alguém uma qualidade que rapidamente se verifica que não tem, mais grave torna a questão.

Aliás, por vezes, aparece por aí definição de "católico isto", "católico aquilo";

"cristão para o socialismo" e "católico progressista". Na maioria dos casos, é-se tudo o que se quiser menos católico. Como na anedota brasileira, a palavra "católico" serve apenas para disfarçar e para enganar os incautos. A verdade é que o adjectivo "católico" não aceita quaisquer graus: ou se é, ou não se é! Ou se aceitam, na totalidade, as verdades e as posições evangélicas e, então, é-se perfeitamente católico, ou se aceitam metades, quartos ou oitavos da doutrina, e então ser-se-á tudo menos católico.

Vou pois provar o que venho dizendo.

No número de 17 de Dezembro de 1974, em "O POVO LIVRE", órgão do Partido Social-Democrata, a eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo, que, nessa altura, era ministra dos Assuntos Sociais, deu uma entrevista, a propósito de uma reunião havida em Bruxelas, de mulheres que exerciam funções governativas nos países europeus; comentando a recente legalização do aborto em França e respondendo assim a uma pergunta posta, disse: Infelizmente a defensora dessa tese (a legalização do aborto), Simone Weil, não pôde estar na nossa reunião, embora tenha mantido contacto telefónico connosco por várias vezes". E prosseguiu:

"Em relação ao aborto, considero uma vitória da mulher em termos de sensibilidade a um problema real. Houve um prévio e amplo debate em França com tomadas de posição muito variadas. Ora, é real que um número enormíssimo de mulheres realizam o aborto numa imensa solidão, visto que é um acto que ao fim e ao cabo lhes cabe decidir, sozinhas, e em condições que do ponto de vista médico são catastróficas para o seu futuro. Daí que uma mulher que viveu em condições muito difíceis como Simone Weil, tenha sido criticada na Assembleia, dizendo-lhe que estava a começar a eutanásia em novos moldes na nossa época. Acho que a sua intenção foi antes a de preservar a vida humana e de lhe dar melhores condições de realização".

E logo a seguir: "Se me perguntarem se é uma vitória das mulheres direi que é, até certo ponto, na medida em que foi seguramente a persistência e a calma, a capacidade de resposta de Simone Weil aos parlamentares, que conseguiu a aprovação da lei e, neste momento, ela tem um lugar importante entre as mulheres governantes na Europa".

Portanto, Simone Weil tem um lugar importante na Europa por ter conseguido que o parlamento francês viesse a aprovar a lei que consagra o crime mais abominável que se pode cometer: matar os inocentes!

Nós sabemos, e a eng.^a Pintassilgo não desconhece certamente, quando essa nefanda lei — que ela considera "uma vitória da mulher em termos de sensibilidade a um problema real" — está agora a preocupar seriamente a população francesa, tais têm sido os desmandos causados na sociedade daquele país.

Parece que, enfim, os políticos mais responsáveis começam a aperceber-se de que a solução do mal, que é o aborto, não se consegue pela forma mais desumana: matar ao abrigo da lei, antes deve

procurar-se numa linha de preocupações que levem a Família a ocupar o lugar que merece e que dificilmente lhe foi concedido, como lhe compete por direito natural.

Já agora, vem a propósito dizer que a sra. Simone Weil acaba de ser eleita presidente da Assembleia das Comunidades Europeias, com o concurso das chamadas "democracias cristãs", a começar, obviamente, pela que mantém o sr. Giscard na presidência da República francesa. Até parece que a sra. Weil está, neste momento, a receber os prémios da sua actuação contra a vida dos inocentes. Será que também a "nossa" indigitada primeira-ministra tem, pelo menos o prémio de consolidação, pois certamente — a menos que haja mudado de ideias, o que não é de domínio público — continuará a

defender o que revelou na entrevista concedida ao "Povo Livre"?

A minha tacanhez de espírito não me deixa ver qualquer resquício de lógica nem de coerência, nas afirmações de Simone Weil, quando, agora nas novas funções, vem declarar que "três grandes desafios, o da paz, o do bem-estar e o da liberdade esperam a Europa e só a dimensão europeia parece em condições de os satisfazer". "Paz, bem-estar e liberdade"! Razão tinha Soljenitsine ao dizer que não acredita na civilização carunchosa desta Europa sem alma. E muito menos acredito eu no futuro deste país, quando à frente dos seus destinos se põem pessoas que pensam ao invés da alma do seu povo.

ADELINO ALVES

integrar o próximo Gabinete Pintassilgo, fontes seguras garantiram-nos, por outro lado, que essa hipótese não se põe, estando para já fora de questão a participação das equipas das Finanças e Plano (Jacinto Nunes), do MAP (Vaz Portugal), da Comunicação Social (Proença de Carvalho), Indústria e Tecnologia (Albano Barreto), Trabalho (Eusébio de Carvalho), Transportes e Comunicações (Marques da Costa) e provavelmente do MAS (Pereira Magro).

Proença de Carvalho, em breve declaração a "O Dia" disse nomeadamente que "jamais aceitaria continuar num Governo sem o prof. Mota Pinto", não deixando de considerar que a sua passagem pelo Governo foi positiva, sentindo no entanto, "uma certa frustração" por não ter completado a sua acção moralizadora da Comunicação Social, especialmente no que respeita à RTP.

CAP: PERPLEXIDADE

Alargando este leque de tomadas de posição, um porta-voz da CAP, que ontem reuniu extraordinariamente os seus órgãos directivos, disse ser opinião unânime dos dirigentes daquela associação de agricultores, que a decisão de Eanes é profundamente negativa e ambígua, mais parecendo ser a decisão do presidente do Conselho da Revolução, do que do Presidente eleito pela maioria dos portugueses. Não obstante estas declarações, a CAP só tomará oficialmente uma posição depois de nova reunião a efectuar na próxima segunda-feira.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA: NÃO RÓTUNDO

Quanto aos partidos foi bem clara a posição ontem tomada pelas delegações do PSD e CDS, dois dos partidos que constituem a "aliança democrática", a única alternativa consistente no actual momento político.

Ángelo Correia do PSD diria nomeadamente aos jornalistas, que manifestara claramente ao Presidente que o seu partido, não concorda com a escolha presidencial.

Sublinhando que "quase não valia a pena ter vindo cá", porque os órgãos da Comunicação Social tinham referido essa opção, antes de o seu partido a saber, Ángelo Correia baseou, no entanto, a sua deslocação, no "respeito e educação" para dizer ao PR "o que já há dois dias tínhamos dito, ou seja, que não concordamos com esta nomeação". Segundo acrescentaria, a oposição do PSD assenta no facto de considerar que "o Governo que vai sair dessa nomeação é um Governo melancólico e do PS, como tal, não dá garantias de isenção e respeito simultâneo por todos os partidos num período pré-eleitoral".

Posteriormente Ángelo Correia diria mesmo ao nosso jornal que "parece que o PR, em vez de procurar uma acalmia política procura, pelo contrário, um confronto entre partidos, o que é rigorosamente o oposto daquilo que disse. E sublinhou seguidamente que "o processo que o Presidente anunciou, conducente à saída da crise traduziu-se afinal, num prolongamento dessa mesma crise".

Por sua vez, o centrista Basílio Horta, cujas tomadas de posição coincidem em muitos aspectos com as de Ángelo Correia, sublinhou que Maria de Lurdes Pintassilgo "não merece a confiança política do CDS" e "não deveria ser nomeada". Para aquele dirigente trata-se de "uma personalidade marcada e vincadamente ligada a sectores marxistas e melancólicos da sociedade política portuguesa e, portanto, não dá nenhuma garantia de imparcialidade do Governo que vier a constituir". Esta é uma posição "clara e definida" dos centristas que consideram a nomeação "infeliz e prejudicial aos interesses do País".

Esta posição foi reafirmada ao PR, uma vez que — salientou Basílio Horta — quando da apresentação da lista de primoministeriáveis "só um nome mereceu objecção de fundo da nossa parte e foi precisamente esse o escolhido". O CDS — disse ainda — "pediu ao Presidente para evitar, tanto quanto possível, a nomeação", tanto mais que o CDS entende que "o PR está sempre a tempo de reconsiderar a sua decisão e gostaríamos que o fizesse".

A propósito de eventuais "mexidas" nos órgãos directivos dos jornais estatizados, de que poderá vir a encarnar-se o futuro Governo, Basílio Horta disse isso será entendido pelo seu partido como "saneamentos políticos".

UM PROCESSO ABSURDO

Por FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

EM QUALQUER PAÍS civilizadamente democrático, a dissolução do Parlamento pelo Chefe de Estado, a marcação de novas eleições e a gestão dos assuntos do Estado no período intercalar, têm um ritual extremamente simples e pacífico. O normal é continuar em funções o mesmo Governo, assegurando o despacho corrente e restringindo a sua actividade de índole política.

Não me recordo de jamais ter havido notícia de em qualquer democracia que se preze, se ter levantado celeuma à roda da formação de um Governo intercalar. O que se passa neste momento em Portugal deve ser inédito, e é de tal forma destruidor do processo democrático e da confiança pública nas instituições, que, só por si, demonstra o fundamento da nossa crítica frontal ao «aborto jurídico» que é a Constituição, e justifica o desgosto que há dias manifestámos perante a interpretação seguida pelo Chefe de Estado como sendo necessária para a dissolução da Assembleia.

Se Portugal fosse de facto um país com um mínimo de maturidade democrática e também de senso político, o P. R. teria dissolvido a Assembleia, e aproveitava total ou parcialmente o Governo actual para assegurar o despacho dos assuntos correntes. Seria mesmo admissível que, tendo aceite há mais de um mês e meio a demissão do Primeiro-Ministro, e procurando neutralizar politicamente a situação e eliminar pré-eleitoralmente os pontos mais vivos de fricção política, promovesse a substituição de alguns ministros, aproveitando, com acumulação de funções, o resto do Governo, para evitar o desgaste político e moral da formação de um novo Executivo por três meses.

Há, infelizmente, gente para tudo. Pessoalmente, sou meio-ofendido se me convidassem para um Governo de gestão; não compreendo como se pretende assegurar o ritmo da administração pública por um conjunto de pessoas que não tem qualquer conhecimento dos assuntos correntes, não pode nem deve formular sobre eles qualquer espécie de opção política e mal tem tempo para se informar dos problemas a adquirir uma capacidade de decisão técnica.

A formação de um Governo de gestão pelo método adoptado, com escolha de uma personalidade política, adopção e discussão de um programa e constituição de um Gabinete inteiramente novo, é a própria negação da concepção de um Governo de gestão e, se, por um lado, representa a paralisação da administração pública por mais 90 dias, por outro lado, transforma-se numa «crise dentro da crise» e num multiplicador do problema político.

A verdade é que se está constituindo este Governo pretensamente indiferente com uma solenidade, uma importância e até um sensacionalismo como se se tratasse de um Governo autêntico.

Ou atingimos o horizonte crítico e cómico de 1926, de contarmos já três meses como um tempo razoável de duração governamental, e nos habituámos a uma administração aos bochechos ou então o pretenso Governo de gestão vem impregnado de uma carga e de uma finalidade políticas relevantes, antagónicas com a definição e o perfil que dele traçou o P. R. e ultrapassando largamente a sua função constitucional.

A escolha de Maria de Lurdes Pintasilgo — personalidade forte e de nítido pensamento interventor — não é fácil de coordenar com um Governo de gestão, tape-buracos anódino e amorfo, insusceptível de oposições políticas ou movimentos apaixonados de apoio ou de rejeição. As suas declarações públicas até esta hora estão de acordo, como é lógico, com a sua personalidade autêntica, e muito menos com a de um apagado e humilde servidor do Estado, destinado apenas ao despacho dos assuntos correntes. Revelou até uma evidente avidez do poder, nítida na gafe de se declarar publicamente primeiro-ministro, antes da declaração de P. R. e da consulta final aos partidos.

O paradoxo de constituir um Governo de gestão previamente definido como politicamente neutro, em torno de uma personalidade fortemente política e de perfil nada indiferente, não pode deixar de acentuar a crise, aumentar a confusão e desprestigiar o Estado Democrático. Não envolvem estas palavras qualquer crítica às qualidades pessoais e eventualmente políticas do Primeiro-Ministro indigitado. Julgo até que há nomes ou valores de reserva, que não merecem ser estragados numa missão inglória e de carácter demasiadamente limitado. Mas a adequação das pessoas às funções e vice-versa, é uma exigência essencial do bom senso político. Se o nome de Maria de Lurdes Pintasilgo suscita um importante fenómeno de rejeição de forças políticas, que não o aceitam como imagem de neutralidade e não comprometimento políticos, mesmo que seja injusto e subjectivo esse fenómeno, a sua existência é um facto grave para a constituição de um Governo pré-eleitoral.

Não deveria haver discussão em torno da formação do Governo de gestão. O facto de ela existir é desprestigiante para Portugal e para a função arbitral que cabe ao Chefe de Estado. Foi lamentável que ele assimilassem a formação do Governo de gestão ao paradigma de um Governo politicamente normal. E parece-me que só vem agravar os defeitos do sistema, abrir o processo com a escolha de uma personalidade controversa a quem metade das forças políticas recusa a confiança, e a outra metade aceita, mediante condições que entende ditar.

Claramente, o Partido Socialista declarou ontem que estará disposto a apoiar o Governo de gestão desde que este satisfaça as suas exigências em matéria de comunicação social. O novo conceito de liberdade de imprensa, tradicionalmente defendido pelo P. C. P. e agora adoptado pelos dirigentes do P. S., consiste em pôr como exigência de apoio político a um Governo a demissão democrática e compulsiva de directores de jornais estatizados. Honra-se o P. S. e honra-se a democracia com esta nobre concepção da independência, da dignidade e da liberdade da imprensa. Desde que se compare a legalíssima e constitucional dissolução da Assembleia e a realização de eleições intercalares, com a destruição da Constituinte, reclamada pelos comunistas para instaurar a ditadura colectivista, tudo é possível. Quer dizer que se perdeu o respeito da palavra e o valor dos conceitos. Que, por exemplo, se pode invocar a independência e a liberdade procurando instaurar a censura.

Restaria aguardar se o Governo «neutro, imparcial e apolítico» aceita para viver as condições impostas pelo Partido Socialista.

Em defesa e para bem da democracia. Evidentemente.

FRANCISCO DE SOUSA TAVARES



Terceiro Governo presidencial

DEPOIS de um longo "intermezzo" político, em que nasceram e foram frustradas as expectativas de um V Governo Constitucional de base socialista e social-democrata independente, em que o Presidente da República acabou por optar pela dissolução "au ralenti", e em que se chegou a falar em reuniões preparatórias da génese de um novo partido político (reuniões essas pelas quais expressamente mostrou o seu interesse o próprio Presidente Eanes) — depois de tudo isto foi finalmente indigitada para o cargo de Primeiro-Ministro Maria de Lourdes Pintassilgo.

Com a sua indigitação começa a delinear-se o terceiro Governo de inspiração presidencial, e provavelmente o mais presidencial de todos os Executivos presidenciais.

Não admiraria nada que com este Executivo três características tendessem a avultar:

1.ª O novo Governo sob a orientação enérgica de Maria de Lourdes Pintassilgo, se vir o seu Programa passar em S. Bento, deverá querer assumir em plenitude todos os seus poderes, demonstrando aquilo que o Governo de inspiração presidencial chefiado por Mota Pinto não teria para muitos revelado: que em 100 dias consegue fazer aquilo que os Governos de base partidária não logram executar em 500. Desde longa data que o Presidente Eanes secretamente vem aspirando por essa resposta aos partidos — a resposta da eficácia, da homogeneidade, da estabilidade.

Com Nobre da Costa, os partidos não o permitiram. Com Mota Pinto, a aposta presidencial falhou.

Maria de Lourdes Pintassilgo representa um ensejo único. Único porque o Parlamento

está dissolvido. Único porque os partidos, em princípio, estão ocupados com a luta eleitoral recíproca. Único porque Maria de Lourdes Pintassilgo não tem perfil de um Primeiro-Ministro de apagada gestão e vil tristeza.

2.ª — O Governo deverá ter em lugares-chave elementos da confiança e da escolha pessoal do Presidente da República. Não será assim de estranhar que departamentos ministeriais, como os Negócios Estrangeiros, a Administração Interna, a Comunicação Social e a Defesa Nacional, fiquem entregues a personalidades que representem a presença visível do Presidente Eanes. O mesmo poderá suceder porventura com a função de coordenação da política económica e financeira.

3.ª — Finalmente, alguns dos pelouros mencionados acabarão por ser directamente orientados pelo próprio Presidente da República, acentuando-se a prática, que vem do passado, da existência de certas zonas da competência reservada do Presidente da República, dentro das tarefas constitucionalmente cometidas ao Governo.

Aliás, o que se verificou durante este IV Governo Constitucional, em termos de política externa não deixa de ser significativo. Sendo o ministro dos Negócios Estrangeiros um diplomata de carreira, sendo o Governo um Governo de inspiração presidencial, e sendo a posição do Presidente da República, general Ramalho Eanes, no que respeita à orientação de algumas das facetas essenciais da nossa política externa — de tudo isto tem resultado uma afirmação crescente do papel do Presidente da República na direcção efectiva de um departamento que pode ser qualificado como dos departamentos nucleares em qualquer Executivo.

Com todas estas características, não admirará ninguém que o Governo presidido por Maria de Lourdes Pintassilgo possa vir a durar mesmo mais do que os 100 dias aproximados que decorrem dos prazos constitucionais e legais relativos à marcação de novas eleições parlamentares. Não admirará igualmente a ninguém que o Governo seja mesmo concebido para essa eventualidade.

Senão vejamos. As eleições não terão lugar, muito provavelmente, antes do termo de Outubro. Entre o apuramento definitivo dos resultados, a verificação de poderes e a entrada em funcionamento da Assembleia da República chegar-se-á a meados ou a fins de Novembro.

A menos que a tradição, que se foi criando relativamente à formação dos Governos Constitucionais seja profundamente alterada, não é excessivo esperar que o novo Governo apenas entre em funções em Dezembro do ano corrente.

Se somarmos a feitura do Programa do Governo ao seu debate parlamentar, teremos, na melhor das hipóteses, um novo Executivo mesmo em cima do termo do ano de 1979.

Isto quer dizer, que, se passar em S. Bento, o Governo de Maria de Lourdes Pintassilgo deverá durar praticamente dois meses. O que não é tão pouco como isso — corresponde à média de duração de um Governo de 1974 a esta parte.

Marcelo Rebelo de Sousa
Ouve-a frequentemente e a personalidade imaginativa, culta e algo irreverente do Primeiro-Ministro indigitado exerce algum fascínio sobre o temperamento sério, ascético e curioso do Presidente. Não deixa de ser interessante notar que uma das razões dadas aos partidos, na quinta-feira, quando da comunicação oficial da indigitação, foi a de que, na impossibilidade de escolha de um militar, haveria que optar por uma pessoa que da justiça não tivesse apenas uma interpretação e uma razão jurídica, mas também uma vivência religiosa.

Para além, todavia, do possível encontro de dois misticismos de génese e características distintas, existiram motivos políticos concretos por parte de Ramalho Eanes para escolher Pintassilgo. Resultem eles de acordos pré-estabelecidos ou sejam determinados pela prossecução de finalidades ainda não suficientemente claras, o certo é que ao optar pela embaixadora de Portugal na UNESCO, o Presidente da República praticou um acto político cujas consequências marcarão mais acentuadamente do que se possa pensar os tempos pré-eleitorais e eleitorais que se avizinham.

Pintassilgo é, desde, pelo menos, 1976, um dos principais conselheiros do general Ramalho Eanes. Tem sido inúmeras vezes chamada a Lisboa pelo Presidente da República, para trocas de impressões informais sobre os mais variados assuntos. Mesmo em viagens presidenciais, como sucedeu na deslocação à Alemanha Federal, a embaixadora de Portugal na UNESCO foi solicitada para se deslocar ao país onde o Presidente da República se encontrava em visita oficial.

Eanes aprecia e admira Maria de Lourdes Pintassilgo.

ao nível político nacional. Aquilo a provincialmente, se "melo-autonismo" não senão uma expressão de valores reconhecidos e aceites no contexto das Nações Unidas, como parte do movimento mundial para uma nova ordem internacional baseada no desenvolvimento endógeno de cada sociedade.

Mas, 1976, 1977 e 1978 marcam a grande descoberta de Eanes por Pintassilgo e a de Pintassilgo por Eanes.

O Presidente português não esconde a sua admiração pela política sagaz, revela conhecer os "dossiers" da UNESCO, defende acaloradamente Pintassilgo ponto por ponto, parece sentir nela uma identidade de pontos de vista em vários domínios, em especial o da política externa.

Sempre que o embaixador vem a Lisboa são frequentes os encontros, os longos pontos de situação, cada vez maior a convergência de pontos de vista.

Maria de Lourdes Pintassilgo sente em Eanes uma atracção pessoal e política enorme. É ela que o diz:

"Dir-lhe-ei que a personalidade do Presidente da República me surge como uma personalidade complexa na sua aparente simplicidade. Não é fácil captar, e muito menos transmitir, em poucas palavras, os contornos preciosos do seu modo de ser. A reserva e a distância que lhe têm sido atribuídas são, no convívio, quebradas não só por uma atitude aberta e comunicativa como por um sentido de humor que, em clima de amizade, tem o sabor de fina ironia. Talvez seja por isso que, no contacto que com ele tenha tido, ainda me não foi possível distinguir o momento em que a sua escuta sempre atenta prepara uma decisão a tomar ou é a verificação (positiva ou negativa) da decisão tomada. Por outro lado, tem sido para mim motivo de constante admiração a capacidade que o general Ramalho Eanes tem de olhar e discutir empenhadamente questões de fundo no meio das maiores crises conjunturais. Julgo pressentir nessa capacidade uma dimensão de procura e de insatisfação permanentes que é o reverso da medalha do carácter aparentemente intransigente da sua figura.

Vejo ainda na sua personalidade um grande sentido dos valores e uma forte consciência ética da sua função. Na escala valorativa que frequentemente emerge nas suas preocupações julgo poder afirmar que tem lugar preponderante o cuidado pelos mais fracos e desfavorecidos. Daí a garantia pessoal, que para além dos aspectos de exigência formal, o vincula ao projecto de sociedade para que aponta a nossa Constituição."

Primeiro-ministeriável no Verão de 1978 Lourdes Pintassilgo é Primeiro-Mini-



em, lado
ovável do
um convite
✓ Governo PS-
esentaria também
ção de um mito
o em termos de futuras
ões presidenciais.

Encontro de dois misticismos

Maria de Lourdes Pintassilgo, não foi escolhida, contando por mera exclusão de partes. Porquê, concretamente, foi ela a pessoa indigitada para Primeiro-Ministro?

O governo do tenente-coronel

Quando há uma semana aqui dissémos que Ramalho Eanes, ao afirmar a sua disposição em dissolver o parlamento, estava a assumir uma rotura política muito séria com as forças que nesse momento, tacitamente, recusava, sabíamos já não ser possível suceder o que esta semana nos veio a revelar.

E quando nesse mesmo momento pensávamos que o Presidente da República terá sempre de ter presente não só a realidade política portuguesa como também a moralidade que há que lhe impor para bem do próprio regime democrático, estávamos a pensar ser possível acreditar que o actual ocupante de Belém fosse um homem capaz de respeitar essa tal moralidade.

No entanto, e agora temos a prova, pode hoje dizer-se

que Ramalho Eanes continua a ser o mesmo general hesitante que um dia foi feito presidente da República por uma coligação partidária então possível na base de um acordo de oposição ao a esquema comunista-gonçalvista que assaltou a sociedade portuguesa depois do 25 de Abril.

Hesitante e, mais do que tudo, comprometido ao que tudo indica com um projecto político que não corresponde ao da maioria da «sua» maioria e por isso mesmo desvirtuador do apoio da maioria dos portugueses que nele votou.

Temos assim de novo criadas em Portugal um certo número de condições perfeitamente artificiais tendo em vista eleições inevitáveis e o que mais tem de preocupar para já os portugueses é essa



Fundação Cuidar o Futuro

possibilidade de, subtilmente, se irem recriando condições para a manipulação pré-eleitoral em que comunistas e socialistas já embarcaram

coniventemente, apesar dos lamentos de ambos em relação ao que cada um deles faz ao outro.

Assistiremos agora, quase

sem dúvida, a um novo e generalizado assalto aos órgãos de Comunicação Social por parte de socialistas que, depois, não hesitarão em dar uma «mãozinha» aos irmãos comunistas. Vamos continuar a ter quase todos os governadores civis ligados ao PS, continuando-se um escândalo ímpar em qualquer país democrático. Vamos, finalmente, ver a zona de intervenção da Reforma Agrária e o sector intervencionado da economia paralizado pela preocupação concerteza muito apregoada de imparcialidade do próximo governo pró-socialista que vamos ter.

É o que se pode chamar a democracia do capuz, ou mais propriamente, o «governo do tenente-coronel».

E poder-se-á mesmo perguntar ao general Presidente da República se tendo cha-

mado Lourdes Pintasilgo a Lisboa, logo na segunda-feira, para a convidar, porque razão entregou aos partidos uma lista de possíveis primeiro-ministros quando já havia anteriormente decidido. É que, Senhor Presidente, em política como na vida de cada dia, a claridade de processos será seguramente o melhor investimento no futuro, e a única resposta a dar ao povo que vota nos políticos que o representam.

E poderíamos muito bem ter evitado toda esta encenação mal disfarçada e ter nomeado claramente o próprio dr. Mário Soares para preparar eleições intercalares. Seria talvez mais simples e ao menos os socialistas saberiam em quem tinham obrigação de votar nas próximas eleições presidenciais. É que amor com amor se paga, senhor presidente.



PR. «segura» pastas vitais

• Pintasilgo e partidos voltam hoje a Belém

Os partidos políticos com representação parlamentar voltam hoje a encontrar-se com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, em audiências separadas que terão início a meio da tarde.

Ainda hoje, também, a Embaixadora Maria de Lourdes Pintasilgo será recebida pelo Chefe do Estado, pela segunda vez desde que há quatro dias chegou a Lisboa.

Pintasilgo revelou ontem que acelerará o lugar de primeiro-ministro de um Governo da gestão, se o Presidente da República assim o decidir. A actual Embaixadora de Portugal na UNESCO disse ainda ter sido «sondada» nesse sentido pelo general Eanes, quando ontem de manhã foi recebida em Belém.

Contudo, Maria de Lourdes Pintasilgo acrescentou «não ter ainda conhecimento» da decisão final do Chefe do Estado, que — segundo apurou o nosso jornal — deverá ser anunciada ainda hoje, ou, o mais tardar, amanhã.

Apesar de o PSD e o CDS terem manifestado já o seu cepticismo quanto à indigitação (ou nomeação) de Pintasilgo para a chefia do Governo de gestão («atendendo ao carácter meio-autunista e socialista das suas convicções políticas»), «Correio da Manhã»



Recorrerá o Presidente às figuras militares, para dar ao Governo «a imagem de equilíbrio e sobriedade» na preparação do acto eleitoral?

apurou que o general Ramalho Eanes se encontra firmemente disposto a «segurar» as pastas vitais do futuro Gabinete.

Na base de tal «disposição» do Presidente encontra-se — ao que nos disseram observadores próximos do Poder — «a necessidade de garantir que a preparação do acto eleitoral, missão fundamental do novo Governo, decorra com segurança, equidade e equilíbrio».

Assim, e ainda segundo as nossas fontes, o general Ramalho Eanes estaria «particularmente interessado» em assegurar-se de que pastas ministeriais como Administração Interna, Comunicação Social, Negócios Estrangeiros e Finanças «fossem entre-

gues» a personalidades não ligadas a partidos políticos ou a correntes de opinião demarcadas.

Ao que sabemos, «seria extremamente interessante que, por exemplo, a Administração Interna e a Comunicação Social fossem entregues a figuras militares de reconhecido prestígio e isenção».

NÃO HAVERÁ GRANDE «ESPAÇO DE MANOBRA»

A possibilidade de Jacinto Nunes (Finanças e Plano) e Freitas Cruz (Negócios Estrangeiros) se manterem à

frente dos departamentos governamentais que actualmente chefiar «não está de forma alguma posta de parte» — garantem-nos.

O mesmo poderia suceder em relação à Administração Interna, que tem estado a cargo do tenente-coronel Gonçalves Ribeiro. Contudo, parece «segura» a saída dos ministros Proença de Carvalho e Vaz Portugal (Comunicação Social e Agricultura, respectivamente), que poderiam ser substituídos, o primeiro por um militar, e o segundo por uma personalidade «sem vinculação política, que poderia também sair das fileiras das Forças Armadas».

«Não há qualquer possibilidade de negociação dos

pastas de que dependa o equilíbrio do Poder durante este ingrato período eleitoral» — disse a «Correio da Manhã» uma fonte particularmente bem colocada.

A possibilidade de Jacinto Nunes se manter no novo Governo é francamente admitida nos meios políticos, «atendendo ao facto de se tratar de um técnico de alto nível que tem acompanhado de muito perto as negociações com o Fundo Monetário Internacional».

Assim, quando hoje voltarem a Belém (muito provavelmente para serem ouvidos quanto ao nome que Eanes terá já escolhido para chefiar o Governo), os partidos políticos «serão confrontados com um quadro bem nítido e com soluções concretas, em relação às quais não será criado um grande espaço de manobra».

As audiências de hoje situam-se «no quadro das diligências constitucionais com vista à formação do Governo».

O Partido Socialista será o primeiro a ser recebido em Belém, a meio da tarde, seguindo-se os restantes, pela ordem dos resultados eleitorais obtidos em 1976.

Em meios políticos de Lisboa afirma-se que o chefe do novo Executivo não será ape-

nas indigitado, mas nomeado — de modo a apressar a formação do Gabinete e a preparação do respectivo Programa.

«PREOCUPAÇÕES» DOS MEIOS ECONÓMICOS

Entretanto, em entrevista concedida em Ponta Delgada, o chefe do Executivo açoriano, Mota Amaral, afirmou ser natural que, no futuro Governo, «se verifique um certo predomínio de tecnocratas e até de altos funcionários, que sejam encarregados das funções governativas até ser conhecido o resultado das eleições e, consequentemente, ser nomeado novo Governo».

A propósito, sectores ligados à economia manifestam a sua «preocupação» quanto à possibilidade de equipas como as de Jacinto Nunes, Vaz Portugal e Repolho Correira «serem desmanteladas por exigências de carácter político», o que, em seu entender, «agravaria ainda mais a difícil situação em que a economia e o País se encontram». Citam como exemplo a necessidade de «manter o MAP, pelo menos, o staff técnico que até agora tem trabalhado com o Presidente da República».



EANES ESCOLHEU PINTASILGO

Escolha agrada ao PS e ao PC

Foi só ao princípio da noite de ontem que o País obteve da Presidência da República a confirmação de que Maria de Lourdes Pintasilgo fora indigitada por Eanes para o cargo de primeiro-ministro.

A decisão do Presidente foi anunciada num comunicado curto e lacónico. «O primeiro-ministro indigitado iniciará imediatamente as diligências necessárias à formação do novo Executivo» — lia-se na mensagem presidencial.

Entretanto, os partidos que integram a «Aliança Democrática» manifestaram já a sua «profunda discordância» quanto à decisão do Chefe do Estado, uma vez que consideram Maria de Lourdes Pintasilgo uma personalidade «ligada ao melo-antunismo e ao PS».

Por seu turno, Salgado Zenha e Álvaro Cunhal, à saída de Belém, mostraram uma extrema prudência nas declarações aos jornalistas. Mas o PS e o PC não esconderam, nos meios políticos, o seu «agrado» pela indigitação de Pintasilgo.



Maria de Lourdes Pintasilgo — a alegria do sacrifício

Maria de Lourdes Pintasilgo tem 49 anos e é solteira. Licenciada em engenharia químico-industrial pelo Instituto Superior Técnico, nasceu em Abrantes e é desde 1975 Embaixadora do nosso País junto da UNESCO, na capital francesa. No âmbito privado, é membro do movimento internacional católico Graal e foi presidente da JUC e da Pax Romana.

Em Agosto de 1978, Maria de Lourdes Pintasilgo declarou que, quando considerava a hipótese de vir a tornar-se primeiro-ministro, não podia «deixar de se sentir tomada pela urgência das transformações vitais que o 25 de Abril potencialmente continha, mas que ainda não conseguimos tornar realidade».

Quatro pastas «intocáveis»

O Presidente da República «considera intocável a isenção, principalmente, de quatro departamentos governamentais: Administração Interna, Comunicação Social, Negócios Estrangeiros e Finanças» — disse o «Correio da Manhã» uma fonte bem colocada.

Apesar de se afirmar nos meios políticos que Maria de Lourdes Pintasilgo

«gostaria de constituir um Gabinete totalmente remodelado», as nossas fontes sustentam que Eanes desejará manter, pelo menos, os ministros da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, uma vez que tanto Jacinto Nunes como Pregoza de Carvalho «estão já declarado que não pretendem transitar para o Gabinete Pintasilgo».

Quem tinha que escolher já escolheu. Pelos vistos, a seu gosto.
Gostos não se discutem. Cada um tem o seu e expressa-o, claramente. Ou, então, leva a sua timidez ao ponto de eleger o vermelho só para evitar as críticas de alguns detractores do amarelo.
Entretanto, neste «arco-íris» do tempo que passa, o bom povo português continua agarrado ao verde da esperança. Cada vez mais esbatido?

V.D.

BULETIN POSTAL

FORTE OPOSIÇÃO DO PSD E CDS

Um Governo de retorno

Graças a uma política ambígua, ilógica e não raro absurda, o general Ramalho Eanes conseguiu atingir a situação, deveras paradoxal, de apenas ser hoje inteiramente apoiado pelo único dos quatro partidos parlamentares que em nada contribuiu para a sua eleição como Presidente da República: o PC.

Com efeito, os restantes partidos — PS, PSD e CDS —, que precisamente constituíram a frente eleitoral que levou Eanes a Belém, manifestam-se, agora, conquanto por motivos diversos, em discordância relativamente à actuação política do seu eleito.

Se outra prova não houvesse de que Eanes segue caminho errado, esta seria mais do que suficiente: a de apenas ser apoiado, sem aparentes reservas, pelo único partido parlamentar que, na corrida para a Presidência, se lhe opôs com um candidato próprio (Octávio Pato).

Triste sinal de um percurso recheado de incoerências, a última decisão presidencial — a indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo para a chefia do Governo de Gestão — assume particular gravidade: ela mostra que Eanes não possui um espaço ideológico, contrariamente ao que parecia indicar o seu aval — sucessivas vezes reafirmado — ao Governo do prof. Mota Pinto.

Com efeito, o IV Governo Constitucional, sem que jamais tivesse sido «chamado a ordem» pelo Presidente (como sucedeu com executivos anteriores), teve uma prática de clara demarcação do PC, formulando uma política de equidistância relativamente aos restantes três partidos parlamentares.

O acordo implícito de Eanes a esta actuação, graças a reiteradas afirmações de confiança, dava a entender que o espaço ideológico do PR se mantinha coincidente com o da frente eleitoral que apoiara a sua candidatura. Aliás, o facto de Eanes ser o homem do «25 de Novembro» — que se fez para travar a escalada do gonzalvismo comunista — tornava legítimo acreditar-se que jamais admitiria a adopção de soluções de Governo que representassem o regresso do País a novas formas de gonzalvismo.

Ora, o Governo dito de gestão, chefiado por Maria de Lourdes Pintasilgo, a vir a existir, outra coisa não será que um Governo de «révanches», um Governo de retorno. A atitude complacente — ficar-lhe-ia mal a euforia... — do PC e a posição favorável do novo PS (que já não é o PS da frente eleitoral pró-Eanes e muito menos o PS do «25 de Novembro») em relação ao Governo Pintasilgo não querem dizer outra coisa.

O País saberá retirar a lição do comportamento flutuante de Eanes, agora que o general acaba de manifestar (em Aveiro) a intenção de se candidatar a novo mandato em 1981. E de nada adiantarão as manifestações de preocupação do Presidente em criar condições que permitam a estabilidade política, «para que os empreendedores tenham confiança suficiente para investirem»,

quando os actos contradizem precisamente essa preocupação.

Como disse Sá Carneiro neste fim-de-semana, a indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo inscreve-se no quadro «de uma orientação e de uma metodologia que não correspondem aos reais interesses do País». A passar na Assembleia da República, o Governo Pintasilgo será, para o PSD, «um instrumento de realização de um projecto presidencialista, visando a instauração de um regime militar» contando com «a conivência do PS e do PCP».

E Lucas Pires, do CDS, afirmaria, também neste fim-de-semana, que «não estamos dispostos a deixar-nos embalar por um neo-gonzalvismo rococó de salas e espartilhos».

Clara cedência à «maioria de esquerda», o Governo Pintasilgo está, obviamente, condenado, logo à nascença (se é que virá a nascer). Mas o mais lamentável é que, por envolvimento nele, se autocondene quem, ainda há três anos, representava a esperança do País: Eanes.

Torquato da Luz



Soares critica Eanes e elogia Otelo

Mário Soares aproveitou a reunião da Internacional Socialista efectuada na Suécia para criticar o Presidente da República: que na segunda fase do seu mandato, «tentou criar para si uma área de intervenção cada vez maior, isolando-se quase completamente... e considerou — importante concessão à direita e extrema-direita — a decisão presidencial de convocar eleições intercalares».

Em contrapartida, elogiou Otelo de Carvalho, que qualificou de «herói da Revolução de Abril». Considerou «escandalosa» a sua expulsão do Exército por participar em reuniões políticas, enquanto Loureiro dos Santos (disse Soares) se envolvia em tentativas de formação de um partido presidencialista.

Apesar de tudo, Mário Soares mostrou-se optimista: «O PS recuperou o seu eleitorado e penso que vamos vencer as eleições».

No decorrer da reunião da Internacional Socialista, efectuada em Bommerby, na Suécia, o secretário-geral do PS foi encarregado de chefiar uma delegação à Nicarágua.

A chegada a Lisboa, Soares disse que o PS mantém uma posição «reservada» quanto ao V Governo, mas referiu que Maria de Lourdes Pintasilgo, Primeiro-Ministro indigitado, «é uma pessoa de alto nível intelectual, honrando Portugal no estrangeiro».

Esperamos do Primeiro-Ministro indigitado o respeito pelo pluralismo, o respeito pelas regras democráticas ao nível da informação. Não queremos que ponham socialistas à frente dos órgãos estatizados; queremos que esses órgãos assegurem, sim, a independência, o pluralismo, a democracia — afirmou Manuel Alegre, em Coimbra, durante o jantar comemorativo do 5.º aniversário da federação local do PS.

Entretanto, em Viseu, autarcas socialistas reuniram-se e aprovaram uma moção em que se condena a atitude presidencial de dissolver o Parlamento. Presidiu Manuel Tito de Morais e a moção aprovada exige, designadamente a substituição urgente dos directores e administradores de órgãos da comunicação social.

A NAÇÃO

23 de Julho de 1979

IRRITAÇÃO DA DIREITA SOBE DE TOM

o diário

23 de Julho de 1979

**DIREITA APELA
AO GOLPE** 24 de Jul
DE ESTADO

A direita perdeu a cabeça. Ante a perspectiva de um acto eleitoral nos moldes constitucionalmente prescritos e em condições de democracia, os líderes da reacção perderam as estribeiras, como diz o povo, e atropelam-se na sua ânsia de desestabilização do regime democrático. O eco dessas diatribes é imediatamente ampliado pelos megafones que o ministro da Propaganda do defuncto Governo colocou nos principais órgãos de comunicação social estatizados. Era assim, com a moribunda equipa MP transformada em Governo de gestão, que a direita visionava uma campanha eleitoral que culminaria, obviamente, numa fantochada eleitoral condimentada com referendo.

Como habitualmente, a direita tomou os seus desejos pela realidade e agora berra histeria. Uma dessas peças oratórias de autêntico terrorismo político, produziu-a, na Madeira, o secretário-geral do CDS, Rui Oliveira. Enquanto em Lisboa o «chefe» Sá Carneiro — seu confrade na aliança reacçãoária-monárquica — tomava conta dos microfones da RDP e das câmaras da RTP, no Funchal, Oliveira pedia a «dissolução» da Presidência da República ou, em idêntica alternativa golpista, a demissão do Presidente.

Com que forças contará o CDS para atacar assim o primeiro órgão de soberania do Estado democrático não revelou Oliveira, mas não será certamente com a força do povo português. Uma tal afirmação é o aprofundamento do apelo ao golpe de Estado.

A direita não sabe viver em democracia e por isso mais uma vez vai ser derrotada nas urnas. Entretanto, coloca-se insolentemente fora da lei.

Os principais partidos da direita e extrema-direita manifestaram, no último fim-de-semana, a sua mágoa pela não transformação do Governo Mota Pinto em gabinete de gestão e as suas apreensões pela possibilidade de realização de eleições intercalares em clima de «apaziguamento» e «neutralidade» do Executivo.

O Conselho Nacional do PPD/PSD decidiu «manifestar a sua total desconfiança política ao Primeiro-Ministro indigitado, Maria de Lurdes Pintasilgo». Ângelo Correia, dirigente do mesmo partido, lamentou a não continuação em funções, sem controlo da Assembleia da República, do Governo exonerado.

Lucas Pires, do CDS, declarou não acreditar «que as próximas eleições sejam democráticas» e adiantou que «a "Aliança Democrática" (PPD/PSD, CDS e PPM) irá fazer com que a passagem do Governo Eanes-Pintasilgo não passe de uma festa entre amigos».

Rui Oliveira, também do CDS, disse que o Presidente da República, ao indigitar como Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo, «divorciou-se da maioria que o elegeu, para arranjar outro amor».

O PDC, pela sua parte, lamentou o fim do Governo Mota Pinto e anunciou que «não terá autonomamente eleições intercalares, uma vez

que o CDS recusou a sua integração na frente eleitoral da direita e extrema-direita.

Diferente é a posição do PS. No regresso da Suécia, Mário Soares afirmou-se convencido de que o Primeiro-Ministro indigitado «poderá assegurar correctamente, durante estes três meses, a isenção do Governo e uma certa e necessária neutralidade».

Manuel Alegre, falando em Coimbra, disse que o seu partido espera «uma política de apaziguamento», «uma mudança na política de informação» e «uma política de paz no Alentejo».



Expresso

21 - JULHO - 79

PSD e CDS deverão recusar-se a participar no debate do "Programa do Governo"

EM REUNIÃO ontem realizada na sede do PSD, os três partidos da "Aliança Democrática", PSD, CDS e PPM debateram, entre outros assuntos, a atitude a adoptar pelos Grupos Parlamentares dos sociais-democratas e dos centristas relativamente ao "Programa" a apresentar à Assembleia da República pelo Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

A reunião não foi ainda conclusiva, pois, segundo julgamos saber, PSD e CDS entendem necessário aguardar pela composição do Executivo e pelo texto

do seu Programa. No entanto, parece, desde já, decidida uma atitude geral de não participação no debate do Programa.

De momento, parece afastada a hipótese de apresentação de uma moção de rejeição de qualquer dos partidos, tendo em conta as dificuldades de compreensão e aceitação que tal iniciativa possa suscitar na opinião pública (além de que, poder-se-ia sempre dar o caso do PS votar a favor e o Programa vir a ser efectivamente rejeitado, com todas as complicações constitucionais inerentes).

Entretanto reúne hoje e amanhã, em Lisboa, o Conselho Nacional do PSD, o qual, certamente, não deixará de abordar o tema Pintasilgo.

Também o Conselho Nacional do PSD deverá apreciar os passos já dados em matéria de preparação da campanha eleitoral e debater a questão da formação de listas conjuntas ou separadas com os demais parceiros da "Aliança Democrática" (sendo que no PSD parece prevalecer a tese contrária a listas conjuntas ao contrário do que sucede no CDS e no PPM).

Entretanto, deverão concluir-se até ao próximo dia 1 de Agosto os trabalhos preparatórios da elaboração do "Programa Comum de Governo", relativamente ao qual os três partidos dividiram entre si as diversas pastas e elaboraram os programas sectoriais correspondentes.

Este programa comum deverá ter uma versão definitiva em meados de Agosto, data em que sobre ele recairá uma decisão formal dos órgãos políticos competentes dos três partidos.

Dança dos «ministeriáveis» já começou em Catalazete

• VÍTOR ALVES NOVO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO?

Deverá estar concluído até ao próximo fim de semana o processo de formação do V Governo constitucional, destinado a preparar as eleições intercalares, podendo o seu empossamento ter lugar imediatamente a seguir.

Nesse caso, a dissolução da Assembleia da República poderia ainda verificar-se até 10 de Agosto, permitindo realizar as eleições no primeiro ou segundo domingo de Novembro. No entanto a fixação definitiva da data do acto eleitoral depende ainda do tempo que será necessário para prepa-

rar o programa do Governo e discuti-lo no Parlamento. Há, entretanto, quem recorde que o 25 de Novembro recai, este ano, também, num domingo, pelo que Eanes poderá ser tentado por um certo misticismo da efemeridade, já que as eleições legislativas anteriores se realizaram a 25 de Abril, e a

consagração do significado histórico de ambas estas datas é frequente no discurso político do presidente da República.

Entretanto, as cons. Lurdes levar- ta!

partidários, mente da «Aliança Democrática».

O major João Figueiredo, porém, ainda não foi contactado pelo primeiro-ministro indigitado, segundo revelou a «O Primeiro de Janeiro».

Considera-se, por outro lado, provável a recondução de alguns membros do Gabinete ainda em funções — concretamente o embaixador Freitas Cruz (actual titular dos Negócios Estrangeiros) e os membros militares do Executivo chefiados por Mota Pinto, ou seja Loureiro dos Santos (Defesa) e Gonçalves Ribeiro (Administração Interna).

Ainda no que se refere à participação de militares no V Governo, corre com certa insistência nos círculos políticos lisboetas a ideia de que Maria de Lurdes Pintassilgo — que hoje de manhã regressa a Catalazete — poderá vir a convidar o conselheiro da Revolução tenente-coronel Vítor Alves para assumir funções de vice-primeiro-ministro.

O PRIMEIRO DE JANEIRO 24-7-1979

NOTÍCIA DIVULGADA «SEM FUNDAMENTO»

Contactado, ontem à noite, por «O Primeiro de Janeiro», o secretário-geral do CDS, Dr. Rui de Oliveira negou formalmente ter proferido no Funchal declarações que lhe são atribuídas pela agência ANOP, e posteriormente difundidas por vários órgãos de comunicação social.

Segundo o relato que aquela agência fez de uma conferência de imprensa dada na Madeira pelo dirigente democrata-cristão, Rui de Oliveira teria «admitido a hipótese de o CDS vir a defender a dissolução da Presidência da República», dado o facto de o general Eanes não demonstrar saber encontrar soluções para a actual crise política.

Rui de Oliveira, que declarou ser totalmente «infundamentado» tal relato, teria ainda acentuado que o CDS «não tenciona», em princípio, «inviabilizar» o novo Governo, dado que, frisou, «isso só demoraria as decisões fundamentais a tomar pelo eleitorado», muito embora a decisão final caiba aos órgãos competentes do partido.

A mesma agência noticiou, entretanto, que o vice-presidente do CDS, Lucas Pires, declarou, em Vouzela, durante as comemorações do quinto aniversário da fundação do seu

partido, que, se necessário, o CDS fará «a sua própria dissolução da Assembleia da República», por ocasião da aprovação do programa do V Governo. Lucas Pires teria ainda dito estar convencido de que o V Governo «é uma comissão eleitoral da maioria de esquerda, para fazer as eleições a seu modo».

Entretanto, o CDS da Madeira classifica a actuação do general Eanes de «frontalmente hostil» em relação ao projecto de alteração da conjuntura nacional defendida pela «Aliança Democrática».

Em comunicado, contendo as conclusões do seu Conselho Regional, os democratas-cristãos madeirenses sublinham que o PR mantém «em situação privilegiada a maioria de esquerda», maioria esta, contra a qual, afirmam, o «CDS, o PSD e o PPM uniram forças».

O documento defende o «robustecimento» da «Aliança Democrática», por constituir «a única via para a implantação em Portugal de uma sociedade democrática, humana e personalista, assente na livre iniciativa e na edificação de uma economia social de mercado».

CDS da Madeira autonomiza-se e abre hostilidades com Eanes

Severas críticas de Rui de Oliveira e Lucas Pires ao Presidente da República

Na reunião do Conselho Nacional do CDS da Madeira, onde ficou decidido que, a partir de ontem, as estruturas locais do partido passem a constituir uma organização autónoma em relação ao CDS nacional, foi aprovado um documento em que se classifica como «frontalmente hostil» a actuação do Presidente da República em relação ao projecto de alteração da conjuntura nacional defendido pela Ali-

moocrática. No DEFENDIDA A DISSOLUÇÃO DA AR

Registe-se ainda que Rui de Oliveira admitira também, ao usar da palavra no decorrer deste conselho Regional centrista, que o seu Partido poderá vir a defender a dissolução da Presidência da República ou mesmo que venha a dar-se a demissão do próprio Ramalho Eanes. Rui de Oliveira baseou estas afirmações no facto de Portugal estar «permanentemente em crise» e por o PR não ter vindo a «demonstrar soluções para ela».

O secretário-geral do CDS adiantaria a propósito que «neste País não existe po-

der», opinião que justificou pela atitude de Eanes que indigitou um primeiro-ministro, sem se preocupar com a «opinião do País real».

Depois de defender a data de 11 de Novembro como a mais indicada para a marcação das eleições, Rui de Oliveira acrescentou que o CDS «intenciona» em princípio «inviabilizar» tal Governo dado que «isso só demoraria as decisões fundamentais a tomar pelo eleitorado».

Vem a tálho de foice referir que, quanto ao Governo, Lucas Pires disse também este fim de semana em Vouzela estar «convencido que o Executivo Pintassilgo é «uma comissão eleitoral da «maioria de esquerda», para fazer as eleições a seu modo. Este Governo — sustentou ainda — «não serve os portugueses, pelo que o CDS e o PSD se alhearão completamente da sua formação. Salientou porém que, em nome do resto da esperança para salvar Portugal, o seu partido e o PSD não boicotarão a vida política portuguesa».

ILRAS ESTRATÉGICAS-79

Entretanto, de acordo com declarações de um porta-voz da Liga Árabe, citadas pela agência noticiosa esta «orga» — «com m»



A dissolução da Assembleia da República constitui, neste momento, um golpe profundo na democracia portuguesa. Outros têm sido vibrados e alguns só não têm sido mais violentos por não encontrarem ambiente no público. A evolução desde 1976, em que foram eleitos a Assembleia da República e o Presidente da República, recebendo ambos a mesma legitimidade, tem sido grande. Uma análise mesmo superficial dos discursos do Chefe do Estado diz-nos claramente o caminho por que ele embicou a partir de determinada data. Na campanha eleitoral e nos tempos que se lhe seguiram, era frequente ele usar a expressão da Constituição «em via para o socialismo». No discurso de agora não a vimos, nem a temos visto nas declarações públicas desde que se falou em partido presidencialista e em que os seus discursos, até os de actos comemorativos como os de 25 de Abril, passaram a ser censurados a governos que deveriam ter a confiança do Chefe do Estado; ou, pelo menos, não serem por ele desautorizados publicamente. É o mais elementar.

Por RAUL RÊGO



17-7-79

MAU CAMINHO

Não fa-
para o socia-
Constitucional, mas
do vocabulário pre-
sencial.

Não interessa quem governa

Raul Rêgo

DI NOT
20-7-1979

«Não interessa quem governa. Interessa como governa». Esta sentença da mais pura mentalidade totalitária, por incrível que pareça, é de um Presidente da República, livremente eleito pelo povo e que o povo disse interessar que fosse ele a governar e não outro. Em democracia quem governa é quem o povo escolhe e só quem o povo escolhe livremente. Interessa quem governa; e o general Ramalho Eanes não aceitaria que essa sentença, que ele aplicou aos homens de governo, outrem a aplicasse ao Presidente da República.

No seu procedimento desde que exonerou o II Governo Constitucional, o sr. Presidente da República não tem mostrado grande empenho em que a vontade do povo seja respeitada integralmente. Órgãos de soberania para governar são a Assembleia da República e o Presidente da República, mas, com efeito, a primeira tem sido afastada da governação por vontade do segundo que tem ido até manter no poder, protelando indefinidamente a sua substituição, governos que a Assembleia rejeitou. Para os governos ele tem agido como se não interessasse ao povo quem governa. Mas, se assim é, para que é que o povo indica então os governantes?

O segundo elemento da sentença — «interessa é como governa» — é um simples sofisma, retórica pura ou fogo de vistas verbal para iludir os simples que manifestam preferência por construções vistosas e sem recheio. Todos nós sabemos que interessa saber como se governa, mas quem é o juiz e como é que o povo pode manifestar o seu interesse pelo governo senão escolhendo este ou aquele governante e não outro? E' o povo que a todos nós julga; mas tem de ser ele também quem escolhe e a sua vontade tem de ser respeitada. Só se respeita essa vontade mantendo no governo quem o povo votou. Por isso na Presidência da República está o general Ramalho Eanes e não o almirante Pinheiro de Azevedo, o major Otelo Saraiva de Carva-

lho ou o sr. Otávio Pato. Poderá o sr. Presidente da República dizer que não interessa que no Palácio de Belém esteja qualquer desses três em lugar de lá estar Ramalho Eanes? Quererá o sr. Presidente da República dizer-nos que não interessa que o prof. Bernardino Machado tenha sido substituído pelo general Gomes da Costa e, depois, pelo general Carmona; que interessará sim saber se o governo de Carmona, de Gomes da Costa ou de Bernardino Machado foi bom ou mau? «Interessa é como governa», diz-nos. E nós de lhe perguntar quem é o juiz para saber se o governo é bom ou mau, quem é que poderá substituir o governante no caso de ser mau e mantê-lo no caso de ser bom? Em democracia, o juiz único é a vontade popular; no totalitarismo, a imposição de uma vontade estranha ao povo, seja a força militar, seja a potência económica ou a falta de escrúpulos de um partido ou de um homem que, ascendendo ao poder por eleição ou fraude nele se mantém por vontade própria sem atender à vontade dos governados. Há uma diferença fundamental entre os governados escolherem o governante ou este se impor aos governados.

Bem estranha a evolução do general Ramalho Eanes desde que foi eleito Presidente da República e toda ela vai no sentido de um retrocesso ao passado, a esse passado em que todos nós crescemos e fomos gente sem nos ouvirem. O ambiente onde nos formamos conta para nós e às vezes enforma-nos, modela os nossos actos, até contra a nossa vontade, contra aquilo que sentimos ser a razão. E' por isso que a democracia é uma construção difícil, lenta, que vem só com a prática democrática. Como o bom pintor se faz pintando e o bom professor ensinando, também o cidadão consciente só se consegue numa sociedade ciosa dos seus direitos e cumpridora dos seus deveres. Para nós que fomos sendo gente em ambiente onde os miasmas totalitários enchiam o ar, muitas das sentenças mais gravosas para os

direitos do homem passam como moeda corrente e de bom toque. Passam por oiro de lei sendo cobre ou níquel. Em pais de hereses, passa por boa doutrina a heresia e como aquele homem que fazia prosa sem o saber também há muitos cristãos que se supõem ateus e muitos demónios que se supõem anjos fiéis. Daí também que muitos que queriam ser democratas se guiam por princípios totalitários que absorveram com o leite que beberam, as leituras que fizeram e as missões que cumpriram. Em dada altura, passada a euforia de campanhas eleitorais, quando começa a acção quotidiana, a prática política, com frequência se verifica um retorno sobre nós mesmos e é o herexe que vem ao de cima quando supõe pregar o Evangelho são. Sobrevêm as contradições constantes entre as palavras e os actos, se que não vamos escon-

Loureiro dos Santos é oficial do activo, ministro de um governo independente; aos oficiais no activo está vedada a actividade política partidária. Por isso mesmo Otelo Saraiva de Carvalho foi compulsivamente passado à reserva. Mas que medidas terá tomado o sr. Presidente da República, ao saber de pelo menos uma reunião dessas, com a presença de Loureiro dos Santos? Também aqui haverá duas medidas? A não ser que a democracia não atinja os militares... Que vemos uma medida para os do 11 de Março e outra para os do 25 de Novembro, isso é patente.

As rãs pediam um rei e só se calaram com um que as devorava. Será essa a nossa tragédia que não compreendem nem o Presidente da República nem o Conselho da Revolução? A democracia, como toda a educação, como toda a vida, precisa de exercício. Todos nós fomos educados ou na clandestinidade e na revolta ou no conformismo cómodo ou no desfrute mais cómodo ainda da coudade em que esteve Portugal. Para sermos todos iguais perante a lei torna-se necessário um esforço de compreensão grande, sobretudo dos dirigentes, de forma a não tolerarem situações de favoritismo,

Atacant-se os partidos políticos e entretanto têm-se tido conhecimento de várias reuniões (e de uma delas, pelo menos, teve conhecimento o sr. Presidente da República) para a formação de um novo partido político. Os partidos existentes serão de mais? O remédio é fundar mais um. As notícias são positivas de que se tenta um partido presidencialista e que muitos elementos tem sido sondados em vários quadrantes. Em «O Jornal» vem os nomes de António Barreto, Barbosa de Melo, Figueiredo Dias, Ferreira Júnior, José Manuel Casqueiro; e a estes acrescentam-se os de dois membros do governo actual de «independentes». Estranho é que nessas actividades em prol de um novo partido político, ou pelo menos em grande efervescência política, nos apareça o nome do secretário de Estado dr. Xavier de Bastos e mais ainda o do coronel Loureiro dos Santos, ministro da Defesa.

Nem entre militares nem entre paisanos. Esse favoritismo existe e é já hoje em dia um poder na democracia portuguesa, o poder desestabilizador que afasta sistematicamente os democratas, os socialistas, para os substituir pela gente de antes do 25 de Abril, alguns em relações com a Polícia Política do regime anterior. Nos dois governos de empenhamento do Presidente da República participou um homem que constitucionalmente não pode ser membro do governo por comprometo com o antigo regime. Denunciado por mim o caso na Assembleia da República nem o Presidente nem o Conselho da Revolução fizeram caso. Onde está o empenhamento democrático deles?

Para onde vamos, sr. Presidente da República? Por este caminho Vossa Excelência, sem ter o passado de Manuel de Arriaga, segue-lhe fielmente as passadas. Com esta desestabilização toda, com estes tropeços ao espírito democrático, a Constituição, nós vamos para novo 28 de Maio? A cinco anos do 25 de Abril, não estamos longe de Pimenta de Castro, que foi ditador 5 anos depois do 5 de Outubro. Atenção nisto o Presidente da República, atente nisto o Conselho da Revolução. Uma machadada grande na democracia acabam eles de dar.

E PDC

«APOIADA» PELO PRESIDENTE?

A fauna que pretende governar-nos

— MAGALHÃES MOTA PROPALA QUE SIM...

É conhecido o modelo que nos propõe o PC. Conhecem-no os milhões de homens e mulheres massacrados pela estrutura colectivista e ditatorial que hoje se espalha pela Europa de Leste, pela Ásia, pela África e pela América Latina. E conhecemo-lo nós, da euforia gonçalvista, cujos efeitos ainda perduram.

Igualmente conhecido é o modelo social-democrata dos srs. Schmidt e Olof Palme. Como conhecidos são os modelos liberal de Giscard d'Estaing, conservador da sr.^a Thatcher e democrata-cristão italiano.

Em Portugal, depois de uma profunda confusão ideológica e política, todos estes vários modelos foram sendo assumidos pelos maiores partidos nacionais, com excepção do PS, que se mostrou incapaz de resolver as suas contradições internas de modo a definir-se, ou como social-democrata, ou como marxista, embora respeitando os princípios da democracia política.

Esta indefinição do PS constitui, aliás, uma das razões do grave bloqueamento em que o País se encontra.

Sobrevivendo, porém, a todas as crises e alterações — do marcelismo da SEDES ao gonçalvismo do MES, do melantunismo do GIS e da IS ao esquerdismo PS —, tem persistido à tona do processo político uma fauna pretensiosamente intelectual, bem-falante, «progressista», com forte dose de catolicismo de capela do Rato, capaz de defender o pacifismo da Conferência Mundial dos srs. Costa Gomes e Silas Cergueira, a economia generosa do sr. Pereira de Moura, o revolucionarismo sincero do sr. Manuel Serra, o tecnocratismo da D. Manuela Silva e do sr. Sousa Gomes, o juridicismo dos juniores Galvão Teles, etc. Todos muito «católicos», graças a Deus, defensores do terceiro-mundismo, da prática livre do aborto e do mais que o «progressismo» em voga exige...

É evidente que tal fauna jamais conseguiu definir um modelo económico-social concreto, susceptível de ser entendido pelo comum dos mortais. Há mesmo uns tantos mal-intencionados que se atrevem a sugerir que de tais cabeças nunca saiu uma ideia realista, esgotando-se toda a sua fulgurante inteligência em meia dúzia de lugares-comuns que foram aprendendo da leitura das vulgatas ou de se ouvirem uns aos outros.

Não obstante, tudo leva a crer que é precisamente essa a fauna que se prepara agora para governar-nos. Como se Portugal fosse um laboratório e os portugueses cobaias.

A concretizarem-se os projectos e as negociações em curso, tudo indica que, nas próximas

eleições intercalares, dois novos partidos políticos vão participar naquele acto — a ASDI e o MIRN — e que um terceiro — o PDC — voltará a concorrer às urnas.

Relativamente ao ASDI, sabe-se que aquele agrupamento tem já a correr uma lista para recolha das cinco mil assinaturas indispensáveis para serem apresentadas no Supremo Tribunal de Justiça, com o pedido de reconhecimento de partido político. Além disso, vão aproveitar este fim-de-semana para elaborar um documento que servirá de plataforma de base à constituição desta nova formação partidária.

Após a audiência que tiveram na sexta-feira com o Presidente da República, facto que noticiámos, os dirigentes ASDI não escondem o seu entusiasmo pelo apoio que, afirmam, receberam do Presidente para a formação deste partido «presidencialista», o qual, no entanto, já não conta com o apoio quer dos «reformadores», quer dos sociais-democratas independentes como Barbosa de Melo e Figueiredo Dias, quer de próprios militantes da ASDI, designadamente Mário Pinto, Rui Machado e Ferreira Góes. Estes três, como é sabido, renunciaram mesmo ao mandato de deputados.

Outra grande deserção da organização deste partido e, inicialmente, um dos seus mais influentes e entusiastas defensores, foi a de José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP, que não tem escondido o seu desapontamento pela escolha, pelo Presi-

dente da República, de Maria de Lurdes Pintasilgo para Primeiro-Ministro.

Seja como for, o novo partido, dos novamente chamados «homens do Presidente», está em marcha e, concretamente, Magalhães Mota não esconde o seu entusiasmo, nas reuniões privadas, pela compreensão que haverá encontrado, finalmente, por parte de Ramalho Eanes, a esta ideia, à qual terá dado «luz verde» para avançar — confidencia...

Relativamente ao MIRN, aguarda-se, a todo o momento, que o seu fundador e presidente, o general Kaulza de Arriaga, anuncie que o movimento se transformou em partido político. A documentação necessária para que isso aconteça, incluindo as cinco mil assinaturas, foi já entregue no Supremo Tribunal e, dentro de breves dias, Kaulza de Arriaga certamente que irá anunciar que o MIRN, transformado em PDP — Partido Democrático Popular — irá participar nas eleições intercalares.

Outra novidade será o reaparecimento do PDC, que tem sido utilizado pelos mais conturbados acontecimentos. Não obstante o processo em curso que lhe move o major Sanches Osório, seu antigo secretário-geral, pedindo aos tribunais que o mesmo seja dissolvido, o PDC está na disposição firme de concorrer às «intercalares» e, desta vez, em todos os círculos eleitorais — ao que garantem os seus actuais dirigentes.

O Camarada da Noite

22/JULHO/1979



O POVO PAGA DIREITA SERVE-SE

o diário

25 de Julho de 1979

Os partidos reaccionários, com o PPD/PSD à cabeça, entraram em campanha eleitoral antecipada, servindo-se, abusivamente, dos órgãos de comunicação social do Estado.

Em menos de três dias, Sá Carneiro ocupou durante uma hora as antenas da RDP — no passado domingo, no programa "O dito e o feito" — e da RTP-2, que brindou ontem o "chefe" com uma edição especial do seu serviço informativo. Outro dirigente da trilateral reaccionária, o monárquico Ribeiro Teles, perorava, ontem também, no vespertino "A Capital", sobre as próximas eleições, em artigo que começava com um insulto à Constituição.

A propaganda da direita é completa, escandalosamente, pelos editoriais de alguns jornais estatizados, cujos directores se servem impunemente das páginas pagas pelo povo para atacarem o regime democrático e a Constituição.

O cúmulo da ilegalidade é atingido, no entanto, pela RDP, cujos serviços noticiosos se tornaram em autênticos prolongamentos do departamento de propaganda do PPD/PSD. A tal ponto, que já há quem chame à emissora do Estado a RDPPD. Contra esta situação se têm pronunciado organismos representativos dos trabalhadores, os partidos

democráticos e o próprio Conselho de Informação para a RDP. Em comunicado ontem divulgado, a secção do PS da RDP critica "o estado de degradação" que se atingiu na empresa e manifesta a certeza de que "a democracia voltará" à emissora do Estado.

Total manipulação da informação na RDP

— acusa a secção do PS

A secção do PS na RDP, em comunicado agora divulgado, chama a atenção dos trabalhadores da empresa e do povo em geral para o estado de degradação a que chegaram os diversos serviços da empresa, com especial destaque para a Informação.

O comunicado sublinha que «diversos noticiários, nomeadamente os das 8 e das 13 horas, constituem um autêntico escândalo, pela total manipulação da informação, pela propaganda clara das teses do PSD, do CDS e do PPM, que constituem o bloco conservador-monárquico, e pela carga opinativa contida nos textos lidos aos microfones, numa autêntica subversão dos conceitos técnicos e deontológicos da comunicação».

Trata-se de «verdadeiros atentados à independência,

objectividade e pluralismo que deviam presidir à informação de uma rádio pública que, para mais, contribuem para a total falta de respeito pelo ouvinte, que assim se vê impedido de ouvir noticiários isentos».

«SÓ ASSIM SE EXPLICA...»

A secção do PS da RDP protesta igualmente «contra o facto de apesar das tão alegadas dificuldades financeiras que justificaram diversos despedimentos, a ilegal comissão administrativa da RDP ter admitido diversos jornalistas dos jornais reaccionários «O Dia» e «Jornal Novo» directamente para a chefia dos noticiários».

O comunicado salienta que «os resultados estão à vista», dado que, «por desconhecimento completo das especifi-

cidades da informação radiofónica, esses jornalistas são os responsáveis pela péssima qualidade da informação actual da RDP. Por outro lado, os noticiários perderam toda a independência e objectividade. Só assim se explica que o porta-voz do PSD, Ângelo Correia, seja sistematicamente ouvido pelos noticiários das 13 horas — turno controlado pelo PSD — e que o presidente do PSD, Sá Carneiro, tenha sido entrevistado, no domingo, à hora do almoço, durante uma hora, numa autêntica propaganda eleitoral sem precedentes».

A secção do PS da RDP «apela ao espírito democrático dos trabalhadores para que mantenham a confiança, na certeza de que a democracia voltará à RDP».

O DIA 25 JULHO 1979

A LUZ DE "O DIA"

Vem aí a Democracia!...

Este é o grito propalado pela secção do PS da RDP, que apela para a confiança dos trabalhadores. Que se passou para ficarem assim, de pélo ericado, os militantes socialistas?... É que a comissão administrativa da RDP admitiu "diversos jornalistas dos jornais reaccionários "O Dia", e "Jornal Novo" directamente para a chefia dos noticiários. Daí o "escândalo", a "degradação", os "atentados à in-

dependência, objectividade e pluralismo", a "propaganda clara das teses do PSD, do CDS e do PPM"... Assim mesmo. Só há independência e objectividade quando se defendem as teses de socialistas e comunistas exclusivamente, como tem acontecido durante tanto tempo sob os protestos dos ouvintes. Mas os trabalhadores tenham calma... A Democracia vem aí! A ETA e a OLP. Tornar-se-ão de novo uns organismos de beneficência e a UNITA e a FNLA umas quadrilhas de bandidos... A inflação será outra vez o pecado do capitalismo e a virtude do socialismo... A reforma agrária deixará de ser um buraco para se transformar no celeiro dos pobres... Vem aí a Democracia! Quem os não conhecer que os ouça...

O salto mortal

"O fim justifica os meios? É possível que sim. Mas que coisa justifica o fim? A esta pergunta que o pensamento histórico deixa pendente, a revolta responde: os meios"

(Albert Camus)

Os elementos exteriores de análise das recentes decisões de Belém apontam, forçosamente, para, entre outras, uma conclusão: O Presidente da República continua a respeitar a génese da sua própria política: não ceder às pressões políticas. Portanto, continua a ser o molde da sua figura: a de o não ser um político no sentido estreito da palavra...

Uma decisão como a da escolha de Maria de Lurdes Pintasilgo, para S. Bento vem sobrecarregada de custos que a contabilidade de Belém terá de arregar bem os olhos se não quiser vir a ser soterrada pelos gastos.

Insatisfeitos estão os que exigiam eleições intercalares; cheios de birra os socialistas do dr. Soares; colaboradores e primaveris estão os comunistas.

Os primeiros, embora não ousem atacar, para já, a personalidade política de Maria de Lurdes Pintasilgo (trata-se de uma católica do Graal, com todos os sinais de independência e neutralidade partidária, núcleo essencial, segundo Eanes, para dirigir o próximo Governo de gestão), consideram que a escolha do PR foi uma nítida inflexão à esquerda. A sua análise parte da lógica linear de que não sendo o novo Primeiro-Ministro uma personalidade da confiança do bloco PSD-CDS-PPM, não tendo a intimidade do seu convívio, será da confiança e da intimidade do outro bloco...

Os socialistas, por seu lado, têm o comboio totalmente descarrilhado. Não queriam as eleições, estavam decididos a pôr uma pedra no contencioso com Eanes, tinham já o motor acelerado para o regresso a S. Bento e acima de tudo contavam com a máquina do Poder para estruturar as suas bases eleitorais para 1980. Tudo foi ao ar...

A única opção de habilidade política do PS, neste instante, aponta para uma muito subtil "colagem" ao futuro Governo, tentando fazer uso das suas influências na zona da esquerda moderada católica, de provável identificação nos quadros do próximo Governo.

Quanto ao PC, não haverá mudanças de fundo. A colagem ao Presidente e as suas decisões, desde que constitucionais, continuarão a ser um dos fortes núcleos da sua política.

● É neste cenário que se está a dar o salto mortal do Presidente. A sua figura, cada vez mais a depender do mercado livre da política de neutralidade que ele reivindica para si, terá de contar, é forçoso, com a tentativa de profundas deformações no seu molde original.

A indignação de Maria de Lurdes Pintasilgo, para além do significado histórico-social da sua presença à frente do Governo português, esfaca, sem recursos, o ainda por alguns pensado bloco eleitoral do PR, na linha do qual nasceu a sua candidatura e eleição. E este é o menor preço que o general Eanes pagará pelas suas recentes decisões. Ficam, portanto, por fazer, e estas já poderão começar a ser contabilizadas, as contas do seu próximo futuro político...

22 de Julho de 1979

Edição Especial

Fundação Cuidar o Futuro

O novo partido político, que os sectores moderados continuam a pensar constituir a breve trecho, «não será, decididamente, presidencialista, podendo mesmo estar contra Eanes» — disse ao nosso jornal uma fonte particularmente bem colocada.

Tal partido, «animado» por sectores reformadores e moderados, já não contará com os «inadiáveis» ex-PSD (hoje ASDI's), que ainda não decidiram se vão constituir o seu próprio agrupamento político ou se, pelo contrário, concorrerão às próximas eleições integrados nas listas do Partido Socialista.

A anulação do encontro marcado para hoje, em Leiria, e em que os inspiradores de «um novo partido» deveriam dar «um passo em frente» — foi o mais evidente «sinal» de que se encontravam altamente comprometidas as perspectivas que se consideravam «quase seguras».

O bloco promotor de novo agrupamento político encontra-se, desde há alguns dias, profundamente dividido: enquanto que os ASDI's («aliviados» com a saída de Rui Machete, Ferreira Júnior e Mário Pinto, que constituíam um forte «elo de ligação» entre os «inadiáveis» e outros grupos moderados, como os reformadores) se aproximam do PS e, desde há pouco, também, de Eanes, os círculos próximos de António Barreto e Medeiros Ferreira não deixam de criticar duramente o Presidente da República, dando agora a ideia de «tencionarem seguir sozinhos o seu caminho».

Na base desta nova situação encontra-se, antes de mais, a «dissolução au ralenti» da Assembleia da República e a não marcação da data do acto eleitoral; e também a indignação de Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de primeiro-ministro, que aparentemente só agrada aos socialistas e aos comunistas.

Na reunião que hoje deveria ter lugar em Leiria, os sectores moderados, reformadores e sociais-democratas independentes iriam debater as hipóteses de formação de um novo partido, que se situasse entre o PS e o PSD, e «cuja vocação» se admitia ser «a de colaborar com o general Eanes num projecto político forte e coerente».

Contudo, a evolução da situação política fez gorar as expectativas, e «Correio da Manhã» apurou ontem que, entre outros, Santos Martins, Medeiros Ferreira, António Barreto, José Manuel Casqueiro, Barboza de Melo e Victor da Cunha Rêgo se tinham demarcado totalmente de qualquer projecto de «tipo presidencialista». De tal tendência estão agora a aproximar-se, pelo contrário, os deputados que permaneceram na ASDI, e que ainda há poucos dias foram recebidos por Eanes em audiência «de cortesia».

O novo partido não está, porém, em causa — disseram-nos círculos próximos dos moderados. «Só que, a partir de agora, contar com a colaboração do Presidente seria impensável,



Reformadores: deixaram de contar com o Presidente Eanes

tanto mais que isso nos aproximaria, por inerência, do melo-antunismo e do projecto Pintasilgo — acrescentara.

Na opinião dos nossos informadores, «os últimos passos políticos do Presidente afastaram-no decisivamente da grande maioria de portugueses que o elegeram».

Fontes próximas da ASDI, pelo contrário, encaram com «optimismo» as posições de Eanes, «cuja figura privilegiada, como retribuição da compreensão que o Presidente tem demonstrado» para com aquele grupo de 33 personalidades parlamentares,

Reformadores/moderados
afastam-se de Eanes
e vão formar partido

cm 22.7.79



Comprometida (a curto prazo) ideia de partido presidencial

20-7-79

«O Jornal»

Na sequência da reunião nos arredores de Rio Maior, visando a eventual constituição de um partido presidencialista (em princípio não declaradamente), que «O Jornal» noticiou em primeira mão na sua edição da semana passada, efectuou-se no domingo, nova reunião, esta informal e em Leiria, e da qual ainda saiu mais comprometida a possibilidade de concretizar tal ideia. Com efeito, o número de participantes foi mais reduzido e menos diversificado, acentuando-se a improbabilidade, ou mesmo impossibilidade, de tornar realidade esse (por alguns) projectado partido, pelo menos antes das eleições Intercalesares.

Assim, na reunião de Rio Maior estiveram, como noticiámos, representantes qualificados da ASDI, António Barreto, dos «reformadores», dirigentes da CAP como José Manuel Casqueiro (que foi um dos promotores do encontro), os dissidentes do PSD que constituem o chamado «grupo de Coimbra» (Barbosa de Melo, outro promotor da reunião, e Figueiredo Dias, membro da Comissão Constitucional indicado pelo Presidente da República, em substituição de Mota Pinto) e figuras que lhe estão próximas, como o também professor de Direito, de Coimbra, Xavier de Bastos, secretário de Estado adjunto do exonerado Primeiro-Ministro, e o deputado dissidente do PSD, Ferrei-

ra Junior. Pelo contrário, na reunião de Leiria nem houve tantos representantes da ASDI, nem estiveram presentes «reformadores», que na anterior reunião discordaram ou se distanciaram claramente da ideia, mormente os primeiros, na sua modalidade de constituição de um partido que concorresse autonomamente às eleições, mas com a intenção prévia de se unir depois delas ao bloco PSD / CDS / PPM.

Por outro lado, na reunião também não esteve presente o secretário-geral da CAP, sendo de lembrar que em declarações a «O Jornal» J.M. Casqueiro igualmente deu a entender que considerava por agora a ideia ultrapassada, só a médio-prazo, após eleições intercalesares,

havendo talvez possibilidade de a realizar. Finalmente, em Leiria, não compareceu o ministro da Defesa do Governo exonerado, coronel Loureiro dos Santos, que sendo um dos animadores da ideia e dos contactos prévios tendentes à sua projectada realização, se apresentou em Rio Maior como um «observador do general Ramalho Eanes».

Isto mesmo foi, aliás, confirmado por um significativo, e para os observadores inesperado esclarecimento da Presidência da República, ao «Diário de Lisboa», no qual tal se reconhecia expressamente.

Só que enquanto o «DI» interpretou tal nota como uma forma de «demarkação» da PR em relação a estes encontros e à iniciativa ela teve, da parte de muitos observadores, interpretação exactamente oposta.

Da reunião de Leiria ainda saiu pois mais comprometida a ideia de tal partido, pelo menos a curto prazo, tendo a mesma aparecido, mesmo para observadores muito próximos da área em que esse novo partido desejaria situar-se, como uma derradeira tentativa de congregação em torno do (ou de apoio ao) desacreditado Governo Mota Pinto.

Por outro lado surge, como claro, aos mesmos observadores que para esse projecto ir para a frente lhe seria indispensável o apoio da ASDI, apoio que não tem. Nesta associa-

ção apenas os deputados Rui Machete, Ferreira Junior e Mário Pinto (e possivelmente mais um ou outro) estariam interessados nele. Es-

ses deputados são, aliás, como é sabido, os que mais se opuseram a uma aliança PS/ASDI para a formação de um V Governo sem grande empenhamento presidencial, e que significativamente pediram, ontem, a sua renúncia ao mandato de deputados.



Duas novas forças políticas no espaço situado entre o PS e o PSD?

OS ELEMENTOS DA ASDI que decidiram arrancar para a formação de um novo partido político desencadearam já o processo da recolha das 5000 assinaturas exigidas para tal efeito segundo o EXPRESSO pôde apurar.

Apesar de ontem, à saída de Belém, onde foram recebidos pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, os deputados sociais-democratas independentes terem sido muito cautelosos, declarando não terem ainda tomado uma decisão definitiva nesta

matéria, fonte bem informada confirmou o início do processo visando a constituição em partido. A mesma fonte admitiu que tal processo poderia encontrar-se concluído dentro de três semanas.

Ainda de acordo com essa fonte, o encontro com Eanes durou uma hora e quarenta minutos e foi considerado muito positivo pelos sociais-democratas independentes (embora fontes próximas de Belém fossem menos entusiásticas). Os elementos da ASDI deverão elaborar durante este fim de semana a

sua «Declaração de Princípios».

Admite-se que uma parte importante da ASDI aposte no novo partido, bem como alguns dos elementos da Comissão Cívica Eleitoral.

MACHETE; MOTA PINTO e F. JUNIOR RENUNCIAM AO MANDATO

Já, ao invés, Rui Machete, Mário Pinto e Ferreira Junior (que renunciaram aos seus mandatos parlamentares durante esta se-

mana) põem abertas reservas ao processo de génese do novo partido, perfilhando pontos de vista crescentemente próximos dos Reformadores e de um núcleo substancial do Governo Nobre da Costa, com os quais poderão vir a formar um novo agrupamento político, que englobará também conhecidas personalidades situadas entre o PS e o PSD.

Concretamente, por acordo entre Rui Machete, Mário Pinto,

enquanto que os segundos pretendem manter uma posição de abertura e de diálogo com os mais variados quadrantes partidários.

Parece assim ter-se frustrado um dos objectivos da reunião de Rio Maior e de uma mini-reunião que chegou a efectuar-se em Leiria há uma semana, objectivo esse que era o de apontar para a unificação de todos os sectores políticos considerados como localizados entre o PS e o PSD embora não num «partido presidencialista».

Na última reunião realizada na ASDI, Sousa Franco que esteve na reunião de Rio Maior, levando elementos de ASDI teria, entretanto, mostrado grande distanciamento da cena política nacional. Quanto a Barbosa de Melo e Figueiredo Dias, tal como Medeiros Ferreira e António Barreto mantêm sérias reservas sobre a evolução política a curto prazo.

F. Junior, Medeiros Ferreira (que esta semana rompeu com Eanes), António Barreto, Vitor Cunha Rego, foi decidido adiar a reunião de Leiria anunciada pelo EXPRESSO há uma semana. A indigitação do novo primeiro-ministro teria pesado nesse adiamento, tal como as recentes posições do Presidente Eanes em geral.

Surgem assim duas possíveis forças políticas separadas no mesmo espaço, uma sobretudo baseada em alguns deputados da ASDI, e a outra integrando um leque mais amplo: deputados da ASDI demissionários da sua direcção, reformadores e outras figuras independentes na vida portuguesa.

Os primeiros parecem mais «namorados» pelo PS que oferece inserção nas listas eleitorais,

Expresso

21 - JULHO - 79

Inadmissível a presença de Loureiro dos Santos numa reunião (em Leiria) para criação de um novo partido

Quando na manhã de ontem, e no decorrer de uma conferência de Imprensa ocorrida nas instalações do Grupo Parlamentar Socialista em S. Bento, Mário Soares foi convidado a comentar a actuação do general Eanes, fez-o da seguinte forma:

«A actuação do senhor presidente da República, quanto a nós, teve duas fases, a primeira até à demissão do II Governo Constitucional, que consideramos positiva, e outra depois disso, profundamente desestabilizadora das instituições democráticas.»

Aliás, tanto as palavras introdutórias de Mário Soares, como o documento lido por António Reis, em nome do Secretariado Nacional e Comissão Directiva do PS, se apresentaram enfiados de duras críticas ao presidente da República e, pontualmente, ao coronel Loureiro dos Santos.

Governo de gestão não deve «mexer» na Reforma Agrária

Sobre este último militar, Mário Soares considerou inadmissível a sua participação numa reunião em Leiria destinada à formação de um novo partido político, envolvendo nessas críticas o general Eanes, por este ter permitido que um enviado seu participasse em tal reunião, quando relativamente a outras militares, em idênticas circunstâncias, tem havido lugar a processos disciplinares.

Segundo Mário Soares, o Governo de Gestão que irá ser formado e, para tanto Maria de Lurdes Pintasilgo merece o apoio do PS, não deverá actuar na zona da Reforma Agrária, devendo, por outro lado, praticar a independência dos órgãos da Comunicação Social, substituindo, para o efeito, alguns directores.

Por outro lado, esse Governo deverá praticar uma política de saneamento económico e financeiro.

Ainda segundo Mário Soares, o seu partido panhará as próximas eleições, tendo registado um número grande de adesões, nos últimos tempos, considerando a força do PS, sensivelmente igual à de 1976.

PR inviabilizou uma solução parlamentar

No documento que depois foi lido, o PS historicou um pouco a crise, afirmando-se a dada altura:

«Consciente das suas responsabilidades de partido mais votado, o PS não receou correr o risco de uma nova experiência governativa, com o apoio do agrupamento parlamentar so-

cial-democrata independente. Não o quis assim o presidente da República, que decididamente tudo fez para inviabilizar à partida uma tal solução, e precipitar a convocação de eleições legislativas intercalares. Ao recusar-se a aceitar as sugestões avançadas em diligência final pelo Secretariado Nacional do PS, o presidente da República provou, claramente, perante o país que, afinal de contas, nunca desejara outra solução para a presente crise que não fosse a dissolução da Assembleia da República. Assim, se das três fórmulas possíveis que avançara no seu anterior comunicado, duas se encontravam já ultrapassadas pelos factos, a terceira, essa, estava, afinal, já ultrapassada pelo próprio presidente. De facto, este nunca se mostrou disposto a assumir as suas responsabilidades constitucionais no processo de formação de um novo Governo de base partidária, através da indigitação de um primeiro-ministro, como lhe foi sugerido.

«Deste modo, a força de desconfiar da solidez da única alternativa de Governo possível, o presidente acabou, afinal, por cair na mais precária e indesejável das soluções: a que maior instabilidade governamental vai causar, já que dará origem a pelo menos três governos em 15 meses, e a que mais pode contribuir para aprofundar e não afastar a divisão da sociedade portuguesa em blocos políticos opostos e incompatíveis.»

«Perante a crueza de tais consequências, esbora-se facilmente a frágil argumentação sustentada no discurso presidencial. Argumentação, aliás, infeliz, quando volta a insistir na inaceitável afirmação de que «não interessa quem é Governo, mas sim como se governa». Esse critério é incompatível com o sistema democrático, cuja essência é precisamente escolher quem é governo através da realização de eleições. O juízo sobre «como se é governo» é, de facto, inseparável da escolha democrática de «quem governa» — questão que um presidente de um regime democrático não pode, como é óbvio, tão ligeiramente pretender ignorar.»

Depois de considerar que o presidente da República não tem «capacidade para articular o seu mandato com o da Assembleia eleita em 76», o documento do Partido Socialista refere que, «ao amarrar-se à exigência — sem base constitucional e até em conflito com o espírito da Constituição — de uma «maioria parlamentar estável e coerente» como condição da investidura presidencial de governos de base partidária, o presidente da República abriu caminho, por um lado, aos governos de exclusiva iniciativa pre-

sidencial como fórmulas de recurso, e fechou as portas, por outro lado, a qualquer solução de base parlamentar que não assentasse em acordos interpartidários para governos de coligação.»

PCP não é alternativa de Governo

O documento termina, no seu ponto 3, com a convicção

da vitória próxima dos socialistas, dizendo a propósito, que, «perante a alternativa seródia dos herdeiros retocados do passado e face ao imobilismo dogmático de um PC que já não é uma alternativa de Poder, o país voltará a demonstrar a sua confiança no partido que melhor se tem identificado com os anseios de liberdade, mudança e progresso da população portuguesa. De facto, se em 75 ficou provado que não existem à esquerda do PS forças políticas com credibilidade para governar, em 79 comprovou-se por sua vez a total incapacidade das forças à direita do PS — tão bem representadas no Governo Mota Pinto — para governar Portugal.»

JN 20-7-79



«PROFUNDAMENTE DESESTABILIZADORA DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS»

As novidades das "intercalares"

O MIRN (Movimento Independente para a Reconstrução Nacional), do general Kaulza de Arriaga, a UEDS (União de Esquerda para a Democracia e o Socialismo) e a ASDI (Associação dos Sociais Democratas Independentes) tendo como núcleo principal os dissidentes parlamentares do PSD, devem ser os novos partidos com que os eleitores se vão confrontar nas eleições intercalares do Outono para a Assembleia da República. O MDP-CDE que esteve representado na Assembleia da República e não concorreu em 76, surgindo depois numa frente eleitoral para as autarquias locais, com o PCP, deverá intervir, de novo, de forma individualizada, no próximo sufrágio. Entretanto, a AOC um pequeno partido marxista-leninista pró-chinês, mudou de nome e, desde o último dia 6, assumiu uma designação muito popular nalguns países: Partido Trabalhista. É óbvio que, dos 18 partidos à data inscritos no Supremo Tribunal de Justiça, nem todos se submeterão ao sufrágio. Alguns pertencem já mesmo à arqueologia da nossa curta mas movimentada história pós-25 de Abril, como é o caso do PUP (Partido de Unidade Popular), ou a FEC(m-l) (Frente Eleitoral de Comunistas). O lote de partidos com existência legal inclui o PDC, apesar dos processos movidos por Sanches Osório aos seus dirigentes e a FSP (Frente Socialista Popular) de Manuel Serra, que declarou publicamente que se ia dissolver.

O MIRN entregou, há dois dias, o processo de inscrição como partido, que está, agora, a ser apreciado pelo Supremo Tribunal de Justiça. O general Kaulza de Arriaga, contactado antes de «O Jornal» conhecer a entrada no Supremo do processo do MIRN, mostrou-se reser-

vado sobre as intenções da sua organização relativamente às próximas eleições, afirmando mesmo, que não sabia se o MIRN concorreria. Neste caso, Kaulza considera que o voto útil dos potenciais eleitores do MIRN deve orientar-se para a aliança PSD-CDS-PPM. Kaulza de Arriaga nada nos disse sobre a entrega do processo para a inscrição do MIRN como partido.

Admite-se que o MIRN tome proximamente alguma iniciativa pública e que a reserva de Kaulza de Arriaga se relacione com o projecto de obter maior impacto através do efeito surpresa que produzirá o anúncio da constituição do MIRN como partido. Apesar das diligências ontem efectuadas por nós, não nos foi possível voltar a falar com Kaulza de Arriaga.

UEDS: nova dinâmica para a maioria de esquerda

A UEDS está, igualmente, a preparar a sua passagem a partido, pensando, em princípio, concorrer no maior número possível de círculos, segundo nos disse Lopes Cardoso. Num conselho nacional extraordinário, a efectuar neste fim de semana, a UEDS analisará diversos problemas políticos, designadamente aqueles que se relacionam com políticas de alianças. Tanto a UDP como o MDP-CDE têm mantido contactos com a UEDS, com vista a uma aproximação de pontos de vista e à eventual celebração de acordos. Sobre as áreas onde a UEDS poderá colher votos ou «tirar votos», Lopes Cardoso disse-nos: «não pensamos tirar votos a ninguém. Esse não é o nosso problema, mas o problema dos eleitores. A manutenção da situação

actual equivale a ficarmos num beco sem saída. Há que manter a maioria de esquerda, mas torna-se necessário encontrar-se uma nova dinâmica para essa maioria».

Quanto a ASDI, e aos deputados sociais-democratas independentes, tem sido, repetidas vezes, afirmada a sua vontade de contribuir para a formação de um novo partido, sendo essa uma das questões centrais de reuniões efectuadas ao longo desta semana.

MDP/CDE: um perfil próprio

Por fim, a novidade do regresso do MDP/CDE, um partido que alguns dos seus responsáveis admitiram que não tivesse razões para continuar a existir. No entanto, ao iniciar a preparação do congresso efectuado há um ano, segundo nos conta o seu vice-presidente dr. António Galhordas, o MDP/CDE apercebeu-se de que, espalhados por todo o país, havia militantes que continuavam a permanecer MDP, não tendo interesse em mudar, nem no PCP nem no PS. Por outro lado, verificou-se que o facto do MDP não ter concorrido às eleições para a Assembleia da República não beneficiou de forma sensível, as forças de esquerda. Através de uma amostragem de cerca de 1500 militantes, chegou-se a um perfil sociológico do militante do MDP em que avulta a média burguesia não possidente, designadamente assalariados de serviços para a qual é de grande importância uma estrutura que garanta a segurança social. Trata-se, por outro lado, de uma camada socialmente muito activa pelo que mostra grande apetência para o poder local, segundo nos diz António Galhordas.

20/7/79

VP

... reco- as não te- efeito prático governo autoritário de ... na no poder, as suas decisões poderão constituir importantes alertas públicos.

FORMAÇÕES PARTIDÁRIAS QUE IRÃO DISPUTAR AS ELEIÇÕES

O bloco monárquico-reaccionário do PPD-CDS-PPM tudo irá fazer para ficar bem colocado nestas eleições e tentar, se não a maioria, pelo menos uma folgada vantagem sobre o Partido Socialista. Este bloco, por traduzir as aspirações do sector burguês mais reaccionário e por ser o bloco actualmente mais perigoso na ofensiva contra Abril é o principal inimigo dos trabalhadores e de todos os democratas.

Mas não está fora de causa que partidos fascistas como o PDC e o MIRN se candidatem às eleições. Permitir a sua presença, para além de significar a oferta de uma amplíssima tribuna de massas aos inimigos do 25 de Abril, significaria esbater todas as fronteiras entre a democracia e o fascismo e dar novo alento às negras forças saudosas do salazarismo.

Por isso, a luta pela ilegalização do MIRN e do PDC — ao abrigo da lei contra as organizações fascistas — será uma importante batalha das forças democráticas.

Quanto à ASDI é já claro que a sua candidatura é bastante

pouco provável senão impossível. A este propósito é significativa a entrevista com Magalhães Mota que noutro local publicamos, assim como são significativas as desinteligências entre os membros deste agrupamento. A própria presença de Loureiro dos Santos, como enviado directo do P.R. à reunião de Rio Maior (ver notícia noutra página), não apaziguou as divergências neste bloco onde, apesar de elementos como Rui Machete tentarem forçar uma rápida transformação da ASDI em partido, as contradições e dificuldades são tais que é praticamente impossível que este agrupamento venha sequer constituir-se em partido.

Por outro lado, enquanto há a contar evidentemente com a participação do PS e do PCP surgem duas outras forças e anunciar a participação no processo eleitoral: a UEDS e o MDP.

A UEDS mais uma vez recusou este fim-de-semana qualquer unidade com outras forças dispondo-se a concorrer sozinha às próximas eleições intercalares. Contudo, sabe-se existir no seu seio um debate acerca deste assunto não sendo de excluir a hipótese de uma mudança de posição no próximo Conselho Nacional a realizar neste fim-de-semana. Por seu turno o MDP — que tem feito simultaneamente um esforço, embora muito débil, de afirmação e de distanciamento, formal, do PCP — declarou já ir participar nas eleições embora não estejam

ainda muito claros os moldes em que tal participação se efectuará. Registe-se, a propósito, que, enquanto o PCP em nada se manifestou contra a chantagem da direita que levou à marcação das eleições, o MDP afirmou que um V Governo seria uma "solução com menores custos" e que "não foram esgotadas todas as possibilidades de a concretizar".

A UNIDADE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

O resultado numérico e político destas eleições para as forças da esquerda revolucionária terá uma importância decisiva. Toda a burguesia se irá empenhar em tentar apagar a UDP da cena parlamentar — porque sabe ser-lhe extremamente incómoda a sempre viva intervenção que nestes anos Acácio Barreiros representou. Ao mesmo tempo é evidente que o reflexo do movimento popular e um certo desânimo no futuro revolucionário poderão surgir os seus efeitos se não forem devidamente apontados.

A este respeito afigura-se existirem dois pontos particularmente negativos. Por um lado o abstencionismo de algumas forças. Por outro lado o sectarismo — irmãos gémeos do "marginalismo" político.

Certamente que o descontentamento popular e o descrédito nas soluções reformistas traçoas — que entretanto nasceram entre os trabalhadores —

Segundo tudo indica, a próxima semana poderá trazer dados novos e significativos para o problema da unidade popular. Sabe-se que diversas forças de esquerda têm promovido encontros entre si procurando encontrar soluções unitárias à margem do reformismo e capazes de colocar em respeito o marginalismo sectário dos que procuram tornar-se donos da unidade, mesmo antes de esta existir.

ginalismo" político encara as eleições numa perspectiva economicista de meras lutas laborais mas cedo o movimento dos trabalhadores o confrontará com a realidade política.

Todas estas são razões para a esquerda revolucionária lançar mãos à obra de remover todos os seus obstáculos internos e encarar a batalha eleitoral com a confiança de quem dela terá de sair reforçado.

Nuno Crato



20-7-79

o jornal

PS afronta o Presidente

A tão polémica Lei da Amnistia, vetada pelo Presidente da República, vai ser novamente discutida na Assembleia da República, na sessão da próxima quarta-feira — novamente por iniciativa do PS, que a havia levado ao Parlamento, onde foi aprovada com os votos da «maioria de esquerda», após o que recebeu parecer favorável da comissão constitucional e do próprio Conselho da Revolução (uma maioria de 10-9 derrotou o Presidente que, por isso, se viu obrigado a usar o direito de veto).

Tempo

19. Julho, 1979



Forças Armadas atónitas com a insistência do PS em relação à amnistia

A possibilidade de o Partido Socialista conseguir levar mais uma vez ao plenário dos deputados o seu projecto de «Lei de Amnistia político-militar» está a causar a mais viva repulsa no seio das Forças Armadas, como relatamos na última página.

Com efeito, os meios militares «estão perplexos» com a pretensão do PS, que, a ter êxito, «viria levantar alguma controvérsia, levando o Presidente da República a usar, pela segunda vez, o seu direito de veto».

Cm 20.7.79

Forças Armadas são contra insistência PS na amnistia

Pensava-se que os socialistas, perante a rejeição frontal da esmagadora maioria das Forças Armadas àquela lei e da tomada de posição de Eanes, deixassem esquecer o assunto e só voltassem a ele, mais tarde, em tempo mais oportuno. No entanto, inesperadamente, e num gesto que é interpretado como afrontamento directo ao Presidente, por não ter acedido aos desejos do PS e marcado eleições intercalares, os socialistas propuseram na reunião de ontem dos líderes parlamentares que o tema voltasse ao plenário, em S. Bento, na reunião de quarta-feira.

O presidente do grupo parlamentar do PS, Salgado Zenha, já anteontem, na audiência que lhe foi concedida por Ramalho Eanes, havia anunciado este propósito do seu partido,

tendo sido asperamente criticado pelo Presidente.

Nos meios militares esta atitude dos socialistas caiu como uma «bomba», pois não era esperada, mesmo entre declarados simpatizantes do PS. «A maioria das Forças Armadas demonstrou sobrejamento — disseram-nos — que é contra esta Lei da Amnistia conforme foi apresentada. Insistindo em a fazer aprovar (para isso basta ter a maioria simples de votos dos deputados presentes na sessão) o PS só dá razão às críticas que vêm sendo dirigidas pelo PSD e pelo CDS ao Presidente, por este não ter dissolvido a AR logo que anunciou o propósito de marcar eleições intercalares.»

A menos que o diploma seja apresentado com profundas revisões, designadamente não abrangendo aspectos disciplinares, consideram

os observadores que esta atitude dos socialistas só vem provocar que os militares não votem PS nas próximas eleições.

Admite-se que isto faça parte de uma estratégia aprovada na última quinta-feira, no celebre almoço que Mário Soares, secretário-geral do PS, teve com quatro conselheiros da Revolução, antes de ir encontrar-se com Ramalho Eanes para lhe propor a formação de V Governo, mas não se descortinam quais as vantagens deste afrontamento ao Presidente.

Os conselheiros referidos (Melo Antunes, Vitor Alves, Vasco Lourenço e Pezarat Correia) foram dos mais acérrimos defensores da Lei da Amnistia aprovada na AR, mas por certo que estão cientes de que ela só ganhará as impatias de uma muito pequena minoria das Forças Armadas.

A notícia de que o PS pretende «voltar à carga», no Parlamento, com o Projecto de Lei da Amnistia (ler noticiário da Assembleia da República nas páginas centrais), está a causar de novo grande perplexidade e indignação em meios afectos à hierarquia militar.

Com efeito, questiona-se nesses círculos sobre que «pretende Mário Soares?» e quais os militares que consultou e que o encorajaram a apresentar o projecto de amnistia, uma vez que o líder socialista não consultou a hierarquia militar.

Os mesmos círculos castrenses consideram que a questão de amnistiar ou não os militares não é da competência da Assembleia da República, uma vez que se trata de um problema «disciplinar e estatutário» das Forças Armadas Portuguesas.

A propósito, os nossos informadores citam o n.º 16 do Boletim Informativo do EME, publicado em Junho passado, designadamente quando diz em editorial que «a questão da amnistia viria levantar alguma controvérsia levando o Presidente da República a usar, pela segunda vez, o seu direito de veto».

Nesse editorial também se referem como órgãos de soberania competentes e com poder legislativo a que as Forças Armadas deverão obedecer, o Conselho da Revolução, os chefes de Estado-Maior, onde o «CEMGFA tem equiparação a Ministro das Forças Armadas».

«Mas as Forças Armadas têm ainda outra instância do poder que é o correspondente ao exercício do comando do Presidente da República na sequência da atribuição constitucional de Comandante Supremo das Forças Armadas» — diz-se ainda no editorial, em que não se faz qualquer referência à Assembleia da República. Os órgãos acima citados revelam-se pois, como os «competentes e dotados de poder, neste período de transição, sobre as Forças Armadas, que se sujeitam, como vimos, ao poder judicial exercido pelos tribunais militares e até civis que usufruem de plena independência».

E finalmente: «A lei da amnistia, tornando-se extensiva às áreas estatutárias e disciplinares, invade os domínios do Poder Executivo, e do Comando que, como vimos, são da exclusiva responsabilidade dos CEM's (...).»

FORÇAS ARMADAS

Os caminhos para Belém (II)

Conforme então referimos, iniciámos no último número uma análise reflexiva sobre as próximas eleições presidenciais que, embora ainda à distância confortável de quase ano e meio, podemos considerar, desde já, serem factor determinante do que entretanto ocorrer no horizonte político-militar-social em que o País continua a viver.

De facto — como também afirmámos — parecer não restarem dúvidas de que os caminhos do Poder real continuam a passar por Belém e daí que estejam já em curso diversas campanhas de lançamento de candidatos (umas expressas, outras óbvias), afigurando-se-nos particularmente interessante o movimento que começa a tomar forma em torno da figura do general Costa Gomes, candidato natural da esquerda «unitária» especialmente após a passagem à reserva do major Otelo Saraiva de Carvalho.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Mas, para se compreender em toda a sua extensão este complicado dossier, teremos de recuar até 1976 para contar grande parte da história ainda inédita, das razões que terão presidido à candidatura do general Ramalho Eanes, transformando Costa Gomes na «reserva da República».

Efectivamente, na Primavera de 1976, a imagem de Costa Gomes estava profundamente desgastada no seio das FA. Mas, apesar disso era ele o candidato a que o CR (ou seja, os «Nove» que nele pontificavam) dava todo o seu apoio.

Porém, nessa altura, não estava o Conselho da Revolução em condições de afrontar directamente o poder militar real, que já então se lhe opunha: acabara de ser promulgada a Constituição que se referia tex-

tualmente a conselheiros «designados» não sendo, portanto oportuno levantar grandes questões que poderiam traduzir-se em irreversíveis perdas de invejáveis posições que importava (e importa) manter a todo o custo.

Por isso, seguindo a velha máxima segundo a qual quando se não pode vencer o inimigo há que se juntar a ele, o CR acabou por pactuar com o seu eterno inimigo (as próprias FA!) que impuseram o seu candidato, a que logo os conselheiros se «colaram», nalguns casos de forma verdadeiramente escandalosa e patética.

Mas como terá surgido o nome de Ramalho Eanes como candidato neste contexto? Três nomes apareciam então como susceptíveis de grangear o apoio das FA: Pires Veloso, Firmino Miguel e Ramalho Eanes. A situação era algo complicada e os apoios dividiam-se. Na chefia do Exército (EME) muitos eram os que receavam perder o seu chefe (então o recém-graduado general Ramalho Eanes) e a sua atitude defensiva resultava em desapoio de Eanes. O Norte pretendia Pires Veloso, mas nos bastidores dos órgãos de decisão Firmino Miguel era um trunfo forte que certos aliados externos viam com agrado.

Com os operacionais do 25 de Novembro hesitantes e os político-militares do CR ainda à espera da decisão de Costa Gomes (a sua negativa foi bastante retardada), acabou por ser um pequeno grupo que, uma vez mais, decidiu a questão. Esse pequeno grupo de influência — que tão hábil se tem revelado em fazer Presidentes como depois inábil em apoiá-los — costuma ser chamado, em termos político-militares, por «spinolistas». Terá sido, na realidade, a sua escolha que sossegou certos

espíritos cépticos e ajudou a abrir algumas portas políticas. O seu candidato natural seria, inicialmente, Firmino Miguel. Mas, com a definitiva escolha de Ramalho Eanes, F. Miguel avançou naturalmente para a comissão de candidatura, levando consigo muitas personalidades civis para quem os interesses do País estão acima de tudo o resto.

Que há quem pense em termos aproximados do que vimos expondo em tópicos de análise histórica, provam-no certas manifestações ainda recentes. Assim, no auge do seu recente «amuo» com o PR, o Partido Socialista chegou a fazer constar que apoiaria Spínola com vista à futura corrida para Belém! E, pouco depois, os ex-sempre-Nove rodeavam Costa Gomes na Estufa Fria, durante o almoço comemorativo do 25 de Abril... Diz-se que, então, a solidão em Belém se teria tornado quase insuportável...

Mas, em 1976, com uma base de apoio à sua candidatura que se alargou aos Nove (após o não alinhamento de Costa Gomes), Ramalho Eanes acabou por ter a apoiá-lo elementos que, entre si, pouco tinham a unir mas muito a desagregá-los, o que se terá agravado sobremaneira quando passaram a si privilegiados certos factores de habilidade política em detrimento da lealdade e da experiência profissional.

E AGORA?

No momento presente parece não restarem dúvidas que, pelo menos em relação ao sector tradicional das FA, ainda não surgiu o nome incontestado que congregue todas as boas vontades e apresente suficientes garantias de, pelo menos, equacionar e tentar resolver os grandes problemas nacionais.

Poderá mesmo acontecer que

esse nome possa ainda ser o de Ramalho Eanes, já que continua a ser o chefe hierárquico incontestado e a sua figura política (para alguns ainda imatura) terá ocasião, nos próximos meses, de se afirmar no plano interno se conseguir impôr-se a certos sectores políticos e superar os momentos de crise que, naturalmente, emergirão do evoluir da situação política.

O primeiro dos quais poderá considerar-se ter sido ultrapassado no final da semana passada com a sua decisão de dissolver a Assembleia da República, após obter o parecer favorável do Conselho da Revolução.

Decisão que muitos terão considerado demasiado arrastada e tardia e para quem o súbito e algo surpreendente apoio do CR (dadas as posições ultimamente assumidas pela ala maioritária e as «sondagens» vindas a público nos dias que antecederam o veredicto) nada terá de tranquilizador.

De facto, ao avaliar antecipadamente toda uma sequência de acções que o Presidente irá desencadear (mas que não chegou a expor na sua comunicação ao País), o CR concedeu-lhe uma capacidade de manobra que não tem sido habitual naquele órgão de soberania (dominado, como se sabe, por uma maioria que frequentemente se tem oposto ao PR o que, por isso mesmo, admite uma «leitura» pessimista, já que tal atitude deixa subentender certo tipo de cedências, ainda desconhecidas mas, por isso mesmo, altamente preocupantes.

Bom seria que tais preocupações não viessem a confirmar-se. Haverá que aguardar... e ter esperança.

F.A.

MILITARES NA EXPECTATIVA

Nos meios militares de maior influência, excluindo o Conselho da

Revolução, cuja posição é já conhecida, a posição é de expectativa quanto à personalidade de Maria de Lourdes Pintassilgo.

Ao que conseguimos apurar há três linhas de opinião: os que são frontalmente contra o novo Primeiro-Ministro e que se situam ideologicamente no espectro político da direita; os que aguardam a sua actuação para se pronunciarem e que são a maioria, podendo classificar-se de sociais - democratas, socialistas e

comunistas; e os que a apoiam abertamente, como os «terceiro-mundistas» e os socialistas de variadíssimas matizes.

«Estamos em crer — afirmou-nos um destacado militar — que Maria de Lourdes Pintassilgo vai ser uma surpresa para muita gente, a começar pelo PS. Ou muito me engano ou ela vai ter oportunidade de demonstrar que, para lá de todas as imagens que foram sendo criadas à sua volta, devido principalmente à evolução que registou ao longo da sua vida pública, ela vai ter oportunidade de demonstrar aquilo que é, de facto, por formação e índole: uma social - democrata autêntica, e não marxista».



O interregno

1. O regime que se estabeleceu, em Portugal, em 28 de Maio de 1926 e durou 48 anos, contou com um homem "sui generis", mas de génio, o Prof. Oliveira Salazar, e com outros notáveis, pelo seu carácter, valor intelectual e capacidade realizadora.

No mesmo regime, podem distinguir-se três fases.

A primeira, onde e principalmente o País, arruinado moral e materialmente, se reergueu, em quase todos os domínios, mas em particular no financeiro.

A segunda, em que e sobretudo uma política externa primorosa subtraiu os portugueses aos sofrimentos de duas guerras, a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Grande Guerra, manteve a dimensão histórica do País, enriqueceu-o e conferiu-lhe prestígio no Mundo.

E a terceira fase, na qual fundamental e simultaneamente se defendeu a África Portuguesa com êxito, se conseguiu um desenvolvimento, na Metrópole, limita-

do, mas seguro, em Angola, verdadeiramente espectacular, em Moçambique, na iminência de também o ser e, nos outros territórios ultramarinos, compatível com as possibilidades locais, e se conservou intacto o respeito das Nações civilizadas.

Foi um regime a que o País ficou devendo um imenso impulso. Pena foi que se não tivesse sabido ou podido evoluir em termos europeus, corrigindo anacronismos doutrinários e de acção e actualizando conceitos e métodos.

2. Outro regime se instalou, em Portugal, com a revolução de 25 de Abril de 1974 e que dura há cinco anos. Neste regime, apesar de terem sido ensaiados três Presidentes da República, uma Junta de Salvação Nacional e um Conselho da Revolução, dois Parlamentos e dez Governos, estando em preparação o décimo primeiro, ou talvez também por isso mesmo, não surgiram no Poder estadistas nem grandes políticos, tendo predominado,

naturalmente com excepções e como tem sido noticiado na Comunicação Social sem desmentido, o oportunismo e o nepotismo, a mentira e a desonestidade, a mediocridade e a incapacidade.

Mas, para além destas características, o regime tem estado imbuído de ideias marxistas que, incidindo nos partidos do centro e do centro-esquerda, lhes criam complexos perante a direita, ideias que se exprimem pelo "orgulhosamente marxista" do PS e pelo "traudamente marxista" do PC e ideias que se concretizam numa Constituição, em legislação e regulamentação e em práticas marxistas.

Nesta marxização podem, também, considerar-se três fases.

A primeira, a spinolista, foi no fundo caracterizada por uma confrontação entre entidades patriotas, mas pusilânimes, e outras ingénuas ou erradas e marxistas, mas habilidosas. Como poderia esperar-se, as primeiras foram vencidas pelas últimas.

A segunda, a gonalvista, foi bem marcada por uma marxização directa do País, em particular através, por um lado, da colectivização abusiva e injusta, como ocupações selvagens e expropriações, intervenções e nacionalizações ainda sem indemnizações e, por outro, da luta de classes intencional e absurda, com base em sistemas e reivindicações erradas ou premeditadamente insustentáveis. Tal marxização está em grande parte efectuada.

A terceira fase, em curso, a soarista, foi e é definida, em última análise, pela manutenção e consolidação da marxização gonalvista e mesmo pela sua intensificação e expansão, porém agora, por intermédio de fórmulas indirectas, subtis e sibilinas. Fórmulas que, talvez com lentidão mas inexoravelmente, asfixiam a iniciativa e actividade individuais e privadas e que, um pouco camufladamente mas com firmeza, impossibilitam a paz social.

O regime em vigor, que

prometeu, por forma então para muitos convincente, quase a felicidade na terra portuguesa, tem, pois, como características correntes, o oportunismo, o nepotismo, a mentira, a desonestidade, a mediocridade, a incapacidade, a colectivização abusiva e injusta e a luta de classes intencional e absurda. E, como consequência inevitável, produziu e produz a desagregação progressiva estatal e particular e a depredação contínua do património nacional e veni dando lugar a dificuldades crescentes de vida, que se aproximam do insuperável, e a situações, em agravamento constante, de ordem financeira internacional, já próximas da insolvência. Tudo com grande preocupação dos portugueses conscientes e com o desprestígio e o ridículo nacionais num estrangeiro sempre implacável.

O regime é, pois, desastroso para o País, pondo em perigo a sua sobrevivência e, por maioria de razão, a sua recuperação.

3. Um novo regime tem, assim, de surgir rapidamente.

Novo regime, por um lado, harmónico com a natureza íntima e a vontade autêntica do Povo Português e com a área geográfica em que Portugal está inserido e, por outro, coerente com o facto de tudo se situar no fim do século XX visando o século XXI.

Novo regime no qual constituam objectivos prioritários:

a) A salvaguarda das constantes da identidade lusitana, da independência e soberania nacionais, do sentido e motivação patriótica dos portugueses e da integridade territorial de Portugal.

b) A vigência de um regime político democrático pluralista e presidencialista, de um Estado de direito, de justiça social, com base na igual oportunidade e na recompensa merecida perante o valor real, a iniciativa haviada e a actividade desenvolvida, e de um sistema económico concorrencial, com base na iniciativa e actividade individuais e privadas.

c) A garantia da liberdade do exercício da actividade política harmónica com o in-

teresse nacional, da segurança cívica, da segurança social e da segurança económica.

d) A promoção, paralela e coerente, da formação, logo que possível, de uma Comunidade paritária e fecunda dos países de expressão portuguesa e a inserção, condicionada e oportuna, de Portugal na Europa.

e) A preservação, intensificação e expansão da Lusitanidade no Mundo.

Assim, novo regime que se caracteriza pela divisa "nem passado, nem presente, tudo por um futuro melhor, tudo por um futuro diferente".

Assim, novo regime que salvará Portugal, assegurando a sua sobrevivência, conseguindo a sua recuperação e obtendo o seu prestígio internacional.

4. E, deste modo, entre o regime instaurado em 28 de Maio de 1926 e o novo regime a fazer vigorar o mais rapidamente possível, verifica-se o regime actual, que mais não deve e não pode ser e que mais não é do que um interregno.

Um interregno triste e dramático, mas apenas um interregno.

por Kaúlza de Arriaga

Fundação Cuidar o Futuro



O Melo-antunismo

Por FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

SEMPRE QUE, de longe ou de perto, surge na cena política portuguesa qualquer pessoa ou qualquer fenómeno, situados no horizonte que podemos classificar de esquerda idealista, não redutível aos esquemas clássicos de comportamento, e implicando uma nitida inquietação sobre os fundamentos e a evolução da sociedade democrático-capitalista, surge o famigerado rótulo de melo-antunista.

A expressão ganhou foros de cidade e é aplicada pejorativamente por toda uma direita com o pavor da revolução e do seu possível regresso. Mas ultrapassando até esse significado crítico, o seu uso tem-se generalizado nos meios de comunicação social, na linguagem dos analistas e até nas notícias das agências oficiais, tendendo a transformar-se numa espécie de categoria mais ou menos indefinida de pensamento e de atitude políticos.

Não há dúvida de que se isto representa uma singular homenagem ao major Melo Antunes, na medida em que a expressão das suas ideias e das suas palavras se alça ao nível de modelo mítico ou de sistema de conhecimento social, por outro lado a carga pejorativa é predominante e o termo pretende sintetizar, comodamente no seu uso habitual, todo um conjunto justo ou injusto de ideias ou de intenções que se procura estigmatizar sem análise.

Mais ainda, o melo-antunismo transformou-se numa espécie de albergue espanhol para onde se arrumam indistintamente todas as manifestações individuais ou colectivas de certo espírito de «desordem ideológica» ou de revolucionarismo «socializante» que permaneceu latente em muitas zonas das Forças Armadas e da sociedade civil depois do 25 de Novembro e que não é redutível à ortodoxia do pensamento comunista. O melo-antunismo tornou-se assim a etiqueta consagrada da «ala esquerda» do Conselho de Revolução, da sobrevivência do M. F. A., da predominância da finalidade social sobre o esquema formal da democracia, do mito argelino como paradigma possível de sistema político, e da contemporização ou mesmo simpatia declarada pela presença das ideias marxistas na Constituição de 1976.

A situação do melo-antunismo no leque ideológico situar-se-ia assim na zona esquerda do P. S., sobrepondo-se eventualmente à U. E. D. S. mas em planos caracterizadamente diferentes. Para o melo-antunismo só um esquema socialista pode redimir a sociedade portuguesa e a teoria das liberdades individuais, partidárias e parlamentares dever-se-ia eventualmente inserir-se no quadro da realização socialista.

Nunca até hoje usei a expressão ou lhe dei foros de cidade. Sempre procuro situar o homem e o seu pensamento para além da circunstância ou da legenda consagrada e, por isso, nunca me prestei a transformar Melo Antunes num símbolo e aceitar o melo-antunismo como um ideário alternativo da esquerda portuguesa. Mas a recente generalização do termo e a acusação quase universal, dirigida ao Primeiro-Ministro indigitado, de sincronia intelectual com o melo-antunismo, despertou-me o desejo de escrever «variações sobre o tema» e tentar situar num campo de verdade objectiva o caso político Melo Antunes.

Haverá de facto uma ligação de causa e efeito entre o presidente da Comissão Constitucional e o conjunto um pouco desordenado de ideias que integram ou se procura que integrem o melo-antunismo? Isto é, será Melo Antunes responsável por tudo aquilo que lhe é imputado, quer em pensamento, quer em intenção política, quer em actuação manobradora?

Estou pessoalmente convencido de que não. Não tenho qualquer conhecimento da sua pessoa nem da sua ideologia, para além da observação continuada da sua actuação pública e de algumas — muito raras — intervenções nos meios de comunicação social. Pessoalmente tive apenas uma polémica curta, e de seu lado um pouco áspera, motivada pela minha intervenção em defesa de Gentil Viana, da Revolta Activa e dos membros do M. P. L. A. que o Governo de Angola mantinha sob prisão, dura, e para mim injusta. Dos presos de Angola alargou-se a polémica ao problema da liberdade da imprensa, em especial da imprensa estatizada, e também da nocividade que poderia acarretar para o

patar das relações entre Portugal e Angola o protesto contra a violação dos direitos humanos que representava essa situação violenta de prisões em massa. Já vai mais de um ano, e, ao contrário de tudo aquilo que me acusaram, julgo que contribui para a libertação dos presos, que não prejudiquem as relações políticas e que servi com coerência o ideal de justiça e de liberdade.

Estou pois inteiramente à vontade para julgar objectivamente esta estranha condensação de medo social a que se pôs o nome de melo-antunismo. Até porque o meu sistema lógico de pensamento político, económico e social diverge profundamente daquilo que julgo conhecer do pensamento Melo Antunes. Divergência talvez não tanto de ideal mas mais de processo de realização. Mas com um traço comum e que julgo ser extremamente importante — a capacidade de diálogo.

Sucessivamente Melo Antunes foi desde a revolução de Abril para o grande público — primeiro o pensador do programa do M. F. A., depois o coordenador da reforma económica e social — o célebre plano Melo Antunes cuja realização foi destruída pelo 11 de Março; na Primavera e no Verão de 75 Melo Antunes encarna a esperança democrática e antitotalitária do M. F. A. e é o redactor da carta de libertação — o Documento dos Nove; a 26 de Novembro é o homem que defende o equilíbrio da balança e a presença legal do Partido Comunista; e desde então surge como símbolo da oposição de esquerda no C. R. e em redor do seu nome começa a congregar-se o enevado conceito do melo-antunismo.

Dois traços do seu pensamento ou da sua inquietação estão presentes ao longo de todo este caminho e são eles que possivelmente concorrem para a formação do mito: a consciência do desvio da luta de classes para um plano mundial, em que o proletariado é constituído pelas massas miseráveis do Sul, e a crença no «socialismo» não só como instrumento de realização da justiça mas como necessidade cultural na evolução das sociedades desenvolvidas.

Julgo que a liberdade é aqui menos importante, embora se exija como necessária. Mas é possível que seja um

valor a realizar, mais do que um valor permanente de realização. Porém, seja como for, a lucidez ou o sentido de equilíbrio ditam-lhe a opção pela liberdade em 1975. E o realismo político determinam em 74-75 que o plano Melo Antunes fosse um plano tipicamente social-democrata, recusando as nacionalizações massivas da actividade económica, preservando o rigor da economia de mercado e as suas exigências e aceitando como ideal uma tendência de distribuição socializante.

Mas aquilo que se procura sobretudo traduzir no uso da expressão melo-antunismo é uma forma vaga de «projecto» político, liderado pelas Forças Armadas ou pelo menos condicionado por elas, assente na colectivização das grandes forças económicas da produção, aberto à colaboração com o P. C. P. e a uma política estrangeira de não alinhamento ou pelo menos da predominante adesão aos movimentos representativos do Terceiro Mundo. Ora é justo reconhecer que, pelo menos publicamente, não me parece que haja registo de uma formulação clara destas teses pelo homem em nome do qual se pretendem propagar.

Não me parece pois que seja possível ou justo teorizar um esquema do pensamento do celebrado melo-antunismo.

Talvez ele corresponda antes a um estado de espírito — àquele estado de espírito da raiz messiânica que é de certa formaapanágio dos socialistas sem partido. Em que uma certa imprecisão ideológica — traço fatal de todo o socialismo não redutível ao colectivismo de Estado — coincide com uma grande disponibilidade mental de evolução e um empenhamento vivo nas soluções concretas dos problemas sociais.

Estado de espírito que pode ser perigoso. Porque é facilmente susceptível de suscitar o «espírito de missão» ou o complexo da salvação colectiva, alçações traçozeiros onde morre com a maior facilidade a presença exigente do ideal de liberdade. E porque tende a conservar o híbrido absurdo da nossa economia e a impedir a clara e definitiva distinção entre socialismo — concebido como apropriação colectiva dos meios de produção — e socialismo — como tendência de igualdade através do desenvolvimento dos serviços de utilidade colectiva e de uma política de distribuição.

E o primeiro será, seja qual for a generosa oposição do melo-antunismo, o túmulo da liberdade democrática e a preparação do acto final da sovietação de Portugal.

FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

LOUREIRO DOS SANTOS CRITICA C.R.



O ministro da Defesa, coronel Loureiro dos Santos, referiu-se ontem de forma crítica ao Conselho da Revolução, sublinhando que «só o Partido Comunista» pretende a sua manutenção para

além da revisão constitucional. Loureiro dos Santos falava ontem no Lyons Club de Lisboa, durante uma conferência que proferiu, subordinada à problemática da Defesa Nacional e que

referimos na página central. «Porque é que o CR ainda não usou da sua competência constitucional» para recomendar ao Parlamento que aprove a Lei da Defesa? — perguntou o ministro.

Fundação Cuidar o Futuro

Cm 25.7.79

O ministro da Defesa Nacional, coronel Loureiro dos Santos, fez notar, numa conferência que ontem proferiu no Lyons Club, em Lisboa, que a única força política que se pronunciou abertamente pela manutenção do Conselho da Revolução, após a revisão constitucional de 1980, foi o Partido Comunista.

O ministro respondia a uma pergunta sobre o papel do CR após a revisão da Constituição. Na ocasião, recordou que «quem define os objectivos das Forças Armadas é o poder político, quem tem poder constitucional para dizer como atingir esses objectivos é o Conselho da Revolução». No entanto, Loureiro dos Santos, que adiante levaria mais longe as suas críticas ao Conselho da Revolução, disse existirem «ambigüidades», como a possibilidade, em tese, de o CR poder celebrar acordos militares, «que são sempre, no fundo, acordos políticos».

Referindo-se à ausência de uma Lei de Defesa Nacional, o coronel Loureiro dos Santos perguntou a dado passo: «Porque é que o Conselho da Revolução ainda não usou da sua competência constitucio-

nal» para recomendar à Assembleia da República que legisle nesse sentido?

ESTRUTURA DE INFORMAÇÕES

No debate que se seguiu à sua exposição, foi levantada a questão da criação de uma «estrutura de informações» integrada num sistema de segurança nacional.

Loureiro dos Santos, se bem que reconhecendo que existem alguns riscos na criação de uma tal estrutura, afirmou que os riscos que a sua inexistência faz correr ao País são ainda maiores.

«Em tese, quem é que não estará interessado em que em Portugal exista uma estrutura de informações?», perguntou Loureiro dos Santos, acrescentando: «em tese, quem possui as suas próprias informações».

A NECESSIDADE URGENTE DA LEI DE DEFESA NACIONAL

Outra das tónicas do dis-

curso do ministro Loureiro dos Santos diz respeito à necessidade urgente — que sustentou — de se definir uma política de Defesa Nacional.

«Quem lucra com a ausência de uma política de Defesa Nacional?» — perguntou o ministro da Defesa, salientando as vulnerabilidades do regime português, que qualificou de «não-normalismo» e «não-consolidado».

Utilizando um conceito moderno de Defesa Nacional, «em que bem-estar, justiça social e segurança» aparecem intimamente relacionados, Loureiro dos Santos disse que «nenhuma sociedade se limitou a defender-se apenas pelas armas» e que também «se faz Defesa Nacional com a política económica e a política social».

As «vulnerabilidades e as fragilidades» de uma nação não foram, nos exemplos apontados, limitadas ao âmbito militar. Citou, como insuficiências causadoras de «vulnerabilidades», a incapacidade do aparelho de Estado actuar eficazmente, a falta de autonomia em matéria de produção alimentar, e a inflação ou a taxa de desemprego, entre outras.

Depois de recordar que este conceito de Defesa Nacional é precisamente aquele que está consagrado no artigo nono da Constituição como tarefa fundamental do Estado, Loureiro dos Santos afirmou que «a inexistência de uma lei de organização da Defesa Nacional» se verifica devido «à falta de coragem» OU DE «oportunidade» dos diversos responsáveis políticos.

Defendeu também o princípio da subordinação das Forças Armadas ao poder político emanado das instituições democráticas.

FRANCO CHARAIS EM MAPUTO

Chegou ontem a Maputo, para uma visita de carácter particular, o brigadeiro Franco Charais.

Durante a sua estada em Moçambique, aquele membro do Conselho da Revolução deverá avistar-se com entidades governamentais e elementos da Frelimo. Circuitos moçambicanos sugerem mesmo que Franco Charais será recebido por Samora Machel.